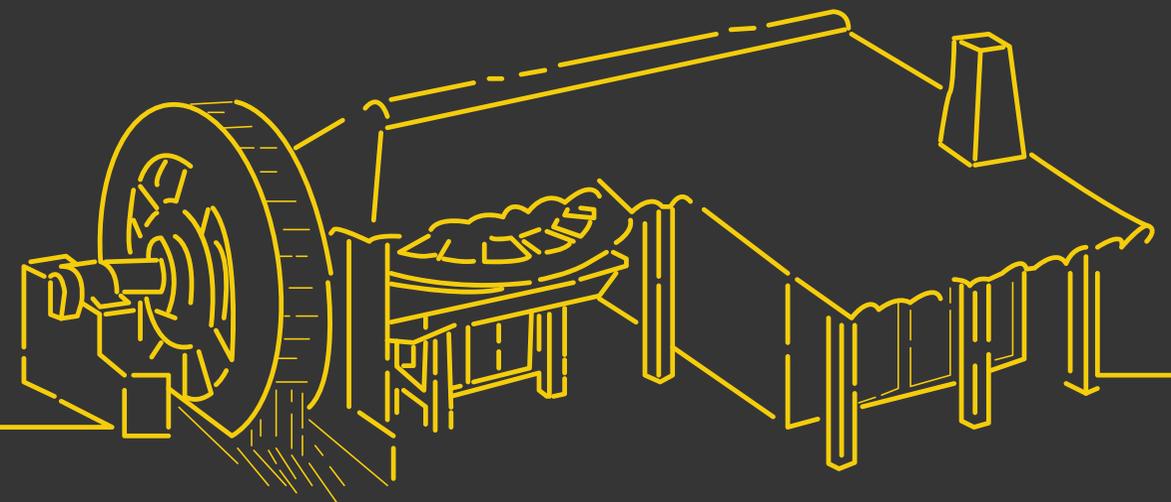




Editora
UFPE



ARQUEOLOGIA de ENGENHOS

Organizadores

Cláudia Oliveira

Neuvânia Cutti Guethi

Scott J Allen

Volume 3

Arqueologia e Preservação
do Patrimônio Cultural
de Pernambuco

ARQUEOLOGIA DE ENGENHOS

Volume 3 – Arqueologia e Preservação
do Patrimônio Cultural de Pernambuco

Organizadores
Cláudia Oliveira
Neuvânia Cutti Guethi
Scott J Allen

ARQUEOLOGIA DE ENGENHOS

Volume 3 – Arqueologia e Preservação
do Patrimônio Cultural de Pernambuco



Recife 2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

A772 Arqueologia de engenhos, volume 3 : arqueologia e conservação do patrimônio cultural de Pernambuco / organizadores : Cláudia Oliveira, Neuvânia Curty Guetti, Scott Allen. – Recife : Editora UFPE, 2018.
246 p. : il.

Vários autores.
Inclui referências.
ISBN 978-85-415-1168-1

1. Arqueologia e história. 2. Engenhos – Pernambuco – História. 3. Usinas de açúcar – Pernambuco – História. 4. Arqueologia social – Pernambuco. 5. Patrimônio cultural – Pernambuco. I. Oliveira, Cláudia (Org.). II. Guetti, Neuvânia Curty (Org.). III. Allen, Scot Joseph (Org.).

930.1

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2017-107)

CONTEÚDO

Apresentação7

**ESTUDOS DE CONSERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA PARA AS ESTRUTURAS
REMANESCENTES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAPELA VELHA,
ENGENHO BELO MONTE, PAUDALHO, PE**

Neuvânia Curty Ghetti

Cláudia Alves de Oliveira

Maria Aparecida da Silva Oliveira 9

**A COLONIZAÇÃO DO ESPAÇO: um estudo arqueológico da ermida de São
Gonçalo do Paiva (Cabo de Santo Agostinho-PE)**

Getúlio Alípio X. de J. Santos

Guilherme de Souza Medeiros37

**PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO
NA SESMARIA JAGUARIBE**

Maria Aparecida da Silva Oliveira

Neuvânia Curty Ghetti

Cláudia Alves de Oliveira 69

**ENGENHOS QUE CAEM E CASAS QUE SE ERGUEM: estudo de caso do
engenho Jaguaribe, Abreu e Lima, PE**

Rosemary Aparecida Cardoso

Alencar de Miranda Amaral

Cláudia Alves de Oliveira 103

**ESTUDO BIOARQUEOLÓGICO DOS REMANESCENTES ÓSSEOS
HUMANOS DO CEMITÉRIO HISTÓRICO DO TÚNEL DA ABOLIÇÃO,
RECIFE, PE (SÉC. XIX)**

Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva

Roseane Figueredo da SILVA

Marcos Albuquerque

Maria Eleonora da Gama Guerra Curado

Veleda Lucena

Taciana Tabosa 127

AS FACES DA MORTE: um estudo de arqueologia funerária em sítios arqueológicos do século XVII- Enfoque Brasil Holandês (1630-1654)	
<i>Izabela Pereira de Lima</i>	
<i>Lucas Alves da Rocha</i>	
<i>Endi Souza Ganem</i>	145
NOS CAMINHOS DA NATUREZA: correlações entre mobilidade logística Tupiguarani e recursos ambientais na porção pernambucana da chapada do Araripe	
<i>Alencar de Miranda Amaral</i>	
<i>Cláudia Alves de Oliveira</i>	
<i>Rosemary Aparecida Cardoso</i>	167
RESUMOS: Arqueologia e patrimônio cultural de Pernambuco	193
RESUMOS: Políticas e estratégias de preservação	221
ANEXO I: Comissão organizadora	235
ANEXO II: Programação	239

APRESENTAÇÃO

Este terceiro livro, que compõe a série de publicações dedicada à divulgação das discussões fomentadas com a realização do *I Simpósio Internacional Arqueologia de Engenhos* e do *I Seminário Arqueologia e Patrimônio Cultural de Pernambuco*, reúne uma série de artigos que visam problematizar as políticas públicas, o aparato legal, as técnicas e ações de conservação e preservação, bem como as alteração e apropriação do patrimônio arqueológico, tendo como foco a análise dos Engenhos. Assim, atinente ao eixo temático *Políticas e Estratégias de Preservação e Conservação*, são abordadas questões sobre a consolidação e a aplicação de novos paradigmas para as políticas de preservação e conservação do patrimônio; apresentadas pesquisas e as ações de salvaguarda; e discutido o papel dos vários agentes e atores envolvidos nos processos de preservação do patrimônio cultural/ambiental para o universo dos engenhos. Além disso, extrapolando os trabalhos sobre Arqueologia de Engenhos, a presente obra também conta com artigos dedicados a outros campos da pesquisa arqueológica.

Em termos estruturais, no primeiro capítulo Ghetti e colaboradoras apresentam o levantamento do estado de conservação e a caracterização das estruturas remanescentes do Sítio Arqueológico Igreja Velha – Engenho Belo Monte; além de propor um conjunto de ações diretas e indiretas para subsidiar a conservação deste bem patrimonial.

Numa perspectiva correlata, Santos e Medeiro analisam a Ermida de São Gonçalo do Paiva com vistas a compreender a antiga paisagem colonial, o sistema político, social e econômico da área estudada. Deste modo, os autores problematizam como edificações religiosas materializam a forma e exemplificam o um discurso ideológico utilizado na Empresa Colonial para a ocupação do espaço e consolidação da América Portuguesa.

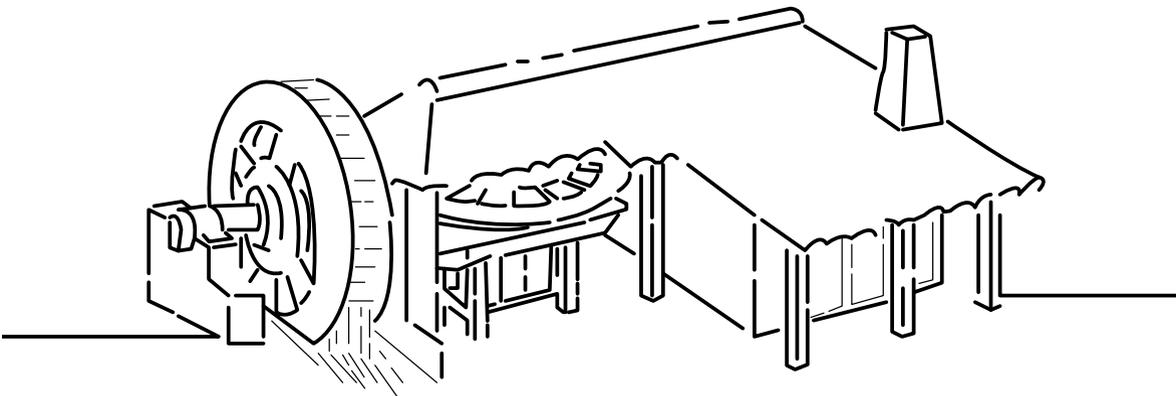
Os dois capítulos seguintes tem o patrimônio arqueológico da Sesmaria Jaguaribe como cenário para as discussões sobre conservação e memória. No terceiro capítulo, Ghetti e colaboradoras analisam e apresentam propostas, metodologias e ações de salvaguarda visando a preservação do patrimônio arqueológico e a renovação de políticas culturais para a área da Sesmaria Jaguaribe. Por sua vez, Cardoso e colaboradores têm como foco as ruínas do Engenho Jaguaribe, consideradas

não apenas enquanto remanescentes das primeiras fábricas de açúcar do período colonial, mas principalmente como “lugar de memória” e espaço afetivo para as pessoas que ali viveram nos últimos anos.

Nos três últimos capítulos do Livro foram abordados outros temas sobre a Arqueologia em Pernambuco. Deste modo, o quinto capítulo traz a caracterização do perfil biológico dos remanescentes ósseos encontrados durante as atividades arqueológicas no Túnel da Abolição, em Recife; apresentando os métodos utilizados e os resultados auferidos na identificação do número mínimo de indivíduos, sexo, idade, ancestralidade, estatura, patologias, traumas, anomalias e caracteres dentários. Também vinculado aos contextos funerários, no sexto capítulo, Lima e colaboradores buscam identificar os tipos de acompanhamentos funerários e as formas de deposição dos corpos recorrentes no século XVII em Recife, mais especificamente durante o período da ocupação holandesa.

Encerrando a presente obra, Amaral e colaboradoras abordam a presença dos ceramistas Tupiguarani no semiárido pernambucano, analisando como a oferta e distribuição dos recursos naturais na porção pernambucana da Chapada do Araripe influenciaram as estratégias de mobilidade logística dos grupos pretéritos que ocuparam esta área.

Dra. Rosemary Aparecida Cardoso.



ESTUDOS DE CONSERVAÇÃO
ARQUEOLÓGICA PARA AS ESTRUTURAS
REMANESCENTES DO SÍTIO
ARQUEOLÓGICO CAPELA VELHA,
ENGENHO BELO MONTE, PAUDALHO, PE

Neuvânia Curty Ghetti¹
Cláudia Alves de Oliveira²
Maria Aparecida da Silva Oliveira³

1 Prof^a Coordenadora do Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauração – LACOR, Departamento de Arqueologia, CFCH, UFPE.

2 Prof^a Coordenadora do Laboratório de Estudos Arqueológicos – LEA, Departamento de Arqueologia, CFCH, UFPE.

3 Mestranda do Programa de Pós-graduação do Departamento de Arqueologia, CFCH, UFPE.

1. Introdução

Os estudos em Arqueologia Histórica mostram o caráter multidisciplinar da Arqueologia como especialidade científica. O diálogo entre a Arqueologia e as outras áreas do conhecimento como a História, a Arquitetura, a Antropologia e com a Ciência da Conservação tem sido fundamental para a abordagem relativa à preservação do patrimônio arqueológico e cultural. Artefatos, documentos escritos, informação oral e a própria Arquitetura podem nos informar sobre as relações entre os seus ocupantes e desses com a sociedade.

Esta pesquisa insere-se no âmbito da linha de pesquisa Arqueologia da Arquitetura em Arqueologia Histórica – uma investigação a partir dos remanescentes construtivos em sítios arqueológicos históricos e refere-se ao conjunto arquitetônico do Engenho Belo Monte, na busca de um entendimento de como ocorreram as transformações na edificação e no próprio lugar, que traz uma significativa importância ambiental/paisagística e cultural. O trabalho é realizado a partir dos vestígios materiais das estruturas remanescentes do Sítio Arqueológico Capela Velha, parte integrante do referido complexo arquitetônico.

O Sítio Arqueológico Capela Velha (Capela de São Francisco), situa-se na microrregião da Mata Setentrional, na região norte da mesorregião da Zona da Mata Pernambucana. Geograficamente a área do Sítio encontra-se entre os Municípios de Carpina, Lagoa de Itaenga e Paudalho. Atualmente, o conjunto arquitetônico do Engenho Belo Monte corresponde às estruturas remanescentes das suas instalações, sendo composto pelas estruturas parciais da Capela de São Francisco e de uma Chaminé (bueiro), além de estruturas dos alicerces de edificações de moradias (Casa Grande) e demais dependências. A área onde está localizado o Sítio Capela Velha corresponde a aproximadamente 25.000 hectares, onde há plantio de cana-de-açúcar da Usina Petribu.

No local, foram executadas atividades de resgate arqueológico com vistas ao entendimento desse contexto e dentro desta perspectiva, o Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauração – LACOR, aprofundando a pesquisa no campo da preservação do patrimônio, traçando como objetivo para este trabalho a realização de estudos a partir de etapas sistemáticas, uma vez que o trabalho de conservação é uma atividade complexa e multidisciplinar, onde o objeto cultural é o eixo

comum que baliza o diálogo entre as disciplinas: Arqueologia, Arquitetura e Conservação.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário caracterizar os remanescentes construtivos da Capela de São Francisco de Assis (Sítio Arqueológico Capela Velha); e coletar sistematicamente os vestígios e micro-amostras, através de prospecção aleatória de juízo.

O estudo metodológico e aprofundado do rico material coletado gerado a partir da pesquisa arqueológica realizou-se por meio de três etapas distintas e complementares, partindo da coleta sistemática seguida de uma série de análises e consolidação sintética dos dados, de modo a gerar sólidos subsídios que embasarão as propostas para a preservação do patrimônio arqueológico da microrregião da Mata Setentrional Pernambucana.

Assim, realizaram-se as etapas de Pré-diagnóstico, Diagnóstico e a Etapa de Definição de um conceito de Conservação que será usado como suporte para as ações. A Etapa de Pré-diagnóstico iniciou-se com o registo fotográfico, a investigação arquivística, o levantamento do estado de conservação e o levantamento dos materiais construtivos, para compor uma análise dos vestígios materiais das estruturas remanescentes do Sítio Arqueológico Capela Velha. A Etapa de Diagnóstico contou com a realização de Amostragem para a caracterização dos materiais (pedra, argamassas, rebocos, etc.) e a interpretação dos processos de degradação e análise de danos.

Como principal resultado, na terceira etapa dos estudos de conservação para a Capela Velha, foi sistematizado um conjunto de ações diretas e indiretas para subsidiar a sua manutenção e transmissão para o futuro. Registrar dessa forma a sua existência e assegurar a sua fruição como bem cultural e arqueológico, respeitando sua identidade específica, levando em conta as repercussões sociais e culturais de seu reconhecimento como patrimônio cultural e arqueológico para a região norte da Zona da Mata Pernambucana.

2. Estudos de conservação – Contexto ambiental

2.1 Caracterização do macro ambiente

O Sítio Arqueológico Capela Velha situa-se na microrregião da Mata Setentrional, na região norte da mesorregião da Zona da Mata Pernambucana. Geograficamente a área do Sítio situa-se entre os Municípios de Carpina, Lagoa de Itaenga e Paudalho, como mostra a Figura 1. A região apresenta relevo constituído de superfícies planas, com suaves e fortes ondulações representadas por solos arenosos e argilo-arenosos. O clima é o Tropical Chuvoso, com verão seco (CPRM, 2005).

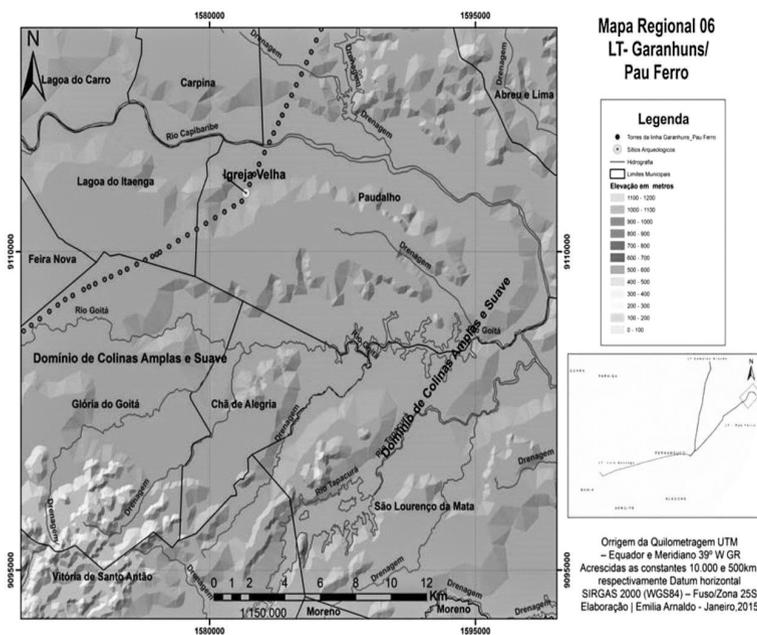


Figura 1: Localização do Sítio Arqueológico Capela Velha. Fonte: Relatório Final I.E.Garanhuns, 2015.

2.2 Caracterização do meso ambiente – Engenho Belo Monte e a Usina Petribu

Atualmente o conjunto arquitetônico do Engenho Belo Monte corresponde às estruturas remanescentes das suas instalações, sendo hoje composto pelas estruturas remanescentes da Capela de São Francisco e uma Chaminé (moita, bueiro), além de estruturas dos alicerces de edificações de moradias (Casa Grande – Demolida – Fonte FUNDARPE, OUT./1978) e demais dependências. No local, foram executadas atividades de resgate arqueológico, com vistas ao entendimento desse contexto.

O Engenho Petribu, localizado na Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco, desde o século XVIII, com a família Cavalcanti de Albuquerque, deu início ao que hoje se denomina Usina Petribu.

A área onde está localizado o Sítio Capela Velha corresponde a uma área de aproximadamente 25.000 hectares, com o plantio da cana-de-açúcar (Figura 2). O cultivo da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*) requer muita mão de obra, uma vez que metade de toda a cana-de-açúcar é colhida manualmente.

Normalmente a maturação da cana-de-açúcar se dá durante o período seco e a sua produção é regulada por diversos fatores, dentre os quais destacam-se: variedade escolhida, fertilidade do solo, condições climáticas, práticas culturais, controle de pragas e doenças e método de colheita (PARAQUAT,2015).

Antes do corte, os campos de cana-de-açúcar podem ser queimados para eliminar as folhas, que têm bordas afiadas, para espantar cobras, e evitar que sementes de ervas daninhas sejam devolvidas ao solo. Os talos e raízes da cana de açúcar são deixados intactos. De acordo com o Relatório Final I.E. Garanhuns, 2015, a colheita na área de plantio da Usina Petribu iniciava-se com a queima do canavial, ou mecanizada. A queima é uma técnica que visa limpar as folhas secas da planta; posteriormente os caules são cortados, desbastados, agrupados, colocados em caminhões e transportados para a Usina.



Figura 2: Sítio e entorno tomado por canaviais. Fonte: Pereira, A.A. Relatório Final I.E.Garanhuns, 2015.

A queima da cana de açúcar é controversa, devido aos efeitos adversos sobre o solo e a fauna, bem como o perigo de que os incêndios fujam do controle, e é proibida em alguns países.

2.3 Microambiente – A Capela

De acordo com o Levantamento Arqueológico da Capela (Relatório Final I. E. Garanhuns, 2015), sua planta, em partido retangular, localiza o altar na parte posterior da nave, ladeado pelos cômodos da sacristia, onde estes dois últimos já se encontram destruídos. Conforme apontado no Relatório, a mesma possuía aproximadamente 7,3 metros de largura e 15,3 m de comprimento, totalizando uma área edificada de 110 m². Sua altura aproximada era de 8,6 m, para o cume do telhado e 6,6 m para as laterais (Figura 3).

O Relatório apresenta uma descrição da Capela, tomando como base fotos antigas documentadas pelo “Inventário e Georeferenciamento de Engenhos de Cana-de-açúcar na Zona da Mata de Pernambuco”, publicado em 2010 pelo IPHAN/PE.

Estas descrições foram consideradas importantes em sua abordagem final, uma vez que teve como objetivo descrever as estruturas remanescentes da capela, procurando fornecer dados sobre as características construtivas e estilísticas; a funcionalidade; a dinâmica da edificação envolvendo construção / uso / reformas e arruinamento; bem como informar sobre o atual estado de conservação das mesmas.

Considerando que a etapa de trabalho em laboratório com investigação e análise teve como objetivo identificar os materiais coletados em campo e avaliá-los – individualmente e/ou coletivamente – através do cruzamento de seus dados, foram, assim, definidos procedimentos analíticos, que tratam das tarefas descritivas, avaliativas e interpretativas, com vistas ao entendimento do universo de materiais coletados e sua integração com as informações obtidas em campo.



Figura 3: Fachada Frontal
Capela do Engenho Belo Monte
(Capela de São Francisco).
Fonte: Barthel, S; Moura, M. *in*
IPHAN, 2010:144, Relatório
Final I.E.Garanhuns, 2015.

A partir desta premissa, os trabalhos de coleta sistemática de amostras tiveram como pressuposto consubstanciar um acervo amostral representativo e suficiente para o entendimento e a elucidação do contexto em questão.

3. Pré-diagnóstico e análise do estado de conservação

3.1 Pré-diagnóstico

O levantamento do estado de conservação de um objeto arquitetônico ou qualquer estrutura é um dos primeiros e mais importantes procedimentos a serem executados dentro de um programa de Preservação e Conservação. Seu objetivo é apresentar uma classificação de tipologias de degradação, para que, numa etapa seguinte, seja feita a especificação de metodologias de intervenção.

Esta pesquisa apresenta uma análise inicial das degradações encontradas e de um mapeamento de danos que visa à localização das patologias, bem como uma possibilidade de quantificá-las.

A metodologia empregada contou com a identificação dos tipos de patologias e danos, foi baseada nas especificações da Norma 1/88, elaborada pelo Instituto Central de Restauro de Roma e pelo Conselho Nacional de Pesquisa de Obras de Arte de Milão, para caracterizar e padronizar os termos que nomeiam os diferentes tipos de deterioração de materiais pétreos.

Foi examinado um total de aproximadamente 30 vistas de fachadas e paredes internas. Não foi contemplada a totalidade das superfícies, devido à falta de acesso e visibilidade, principalmente por causa da presença de vegetação. Acredita-se que as estruturas estudadas sejam um referencial seguro para a análise de danos de toda a capela.

3.1.1 Exterior da capela



Figura 4: *Parede lateral direita da Capela a São Francisco de Assis.* Fonte: Acervo imagético do Sítio Capela Velha, LACOR, 2014.

A fachada principal encontra-se em fase de arruinação, com desabamento parcial. Há parte do reboco na parede remanescente e uma grande parte faltante com os tijolos expostos, e parte está coberto por vegetação local que aflorou em meio aos tijolos feitos de barro.



Figura 5: *Parede lateral direita da Capela dedicada a São Francisco de Assis.* Fonte: Acervo imagético do Sítio Capela Velha, LACOR, 2014.

A parede lateral direita, assim como a da esquerda, tem grande parte do seu reboco faltante, deixando os tijolos de sua estrutura expostos, ainda tem em sua parte superior o beiral do teto e os quatro vãos caracterizando as aberturas para as janelas. Também no beiral do teto ainda se encontra resquícios do telhado. É evidente a presença de umidade em toda a construção.

3.1.2 Interior da Capela

O interior da capela ainda se encontra com grande parte do seu reboco, ainda que escurecido devido à umidade ascendente, sujidades e pela ação biológica agravada pela inexistência da cobertura, também se encontram elementos decorativos como ornamentos das colunas, das paredes e altar ainda no local de origem, o piso foi tomado por sedimento e plantas locais proliferam. Não há mais elementos do altar-mor e os ornamentos das paredes estão em estado avançado de deterioração, encontrando-se fragmentos destes pela superfície.



Figura 6: Interior da Capela dedicada a São Francisco de Assis. Fonte: Acervo imagético do Sítio Capela Velha, LACOR, 2014.

3.1.3 Elementos construtivos remanescentes da Capela

As fundações não foram acessadas nessa etapa da pesquisa arqueológica, mas de acordo com Relatório Final I. E. Garanhuns (2015), a pesquisa identificou a presença de uma base ou plataforma de nivelamento para elevação frontal e lateral direita cerca de dois metros em relação ao lado posterior e lateral esquerda, também elevada cerca de

30 cm do solo. Esta plataforma foi edificada em alvenaria de tijolos e blocos de rocha gnaisse. Foi identificada uma escada de acesso à entrada. O piso externo foi identificado como sendo de cimento grosso e o interno de cimento queimado, ambos na cor natural do cimento. O altar mor possuía um piso em plano elevado 25 cm em relação ao da nave, havendo entre os dois um degrau. No piso constatou-se que há furos nas pilastras e no piso entre o altar mor e a nave, indicando ter existido ali uma divisória entre estes dois ambientes. Estas divisórias costumavam ser de madeira, formando uma balaustrada.

A pesquisa arqueológica registrou ainda que dos elementos em madeira, portas e janelas restam os batentes com algumas dobradiças. Estas dobradiças, de diferentes tipologias, foram fixadas com cravos, pregos e parafusos.

A capela encontra-se sem sua cobertura e parte das telhas foi empilhada na lateral da nave, junto à parede, denotando que provavelmente o telhado foi desmontado. Reforça esta suposição o fato de que os sedimentos depositados sobre o piso da nave não apresentam muitos fragmentos de telha. Uma situação intermediária pode ter sido o telhado ter iniciado um processo de desabamento e então foi todo desmontado. De qualquer forma, não constam telhas empilhadas suficientes para cobrir todo o telhado. (Relatório Final I. E. Garanhuns, 2015).

As paredes em alvenaria de tijolos maciços de barro assentados em argamassa de argila e cal e de acordo com o Relatório Final I. E. Garanhuns (2015), o corpo principal da capela, que correspondente à nave, contava com paredes autoportantes de 85 cm e os cômodos posteriores 55 cm, constatando-se diferentes tamanhos de tijolos empregados e irregularidade no aparelhamento das fiadas. A fachada posterior apresenta-se com menos detalhes sendo evidente a presença de um reforço de chapisco, atravessando de cima abaixo pelo centro a parede. Esta intervenção também foi implementada na face interna desta parede, onde foi possível identificar uma viga de amarração, atravessando a mesma na altura do retábulo.

Os tijolos foram assentados com argamassa de argila e cal, com a presença de areia lavada e constatou-se, na pesquisa arqueológica, que a edificação sofreu diversas intervenções para manutenção ou reforma na qual se utilizou argamassa com cimento *Portland*.

A pesquisa arqueológica ainda destacou que uma característica do sistema de assentamento dos tijolos foi o uso de pequenas pedras e

fragmentos cerâmicos de telhas e formas de pão-de-açúcar. Como os tijolos maciços eram feitos de forma artesanal, ocorria muita variação dimensional nos mesmos. Com isso, ao serem assentados, a fiada terminava por tender a não ficar aplumadas, de forma que se tornava necessário o uso de calços para corrigir as imperfeições. No caso específico da capela, soma-se o fato de os tijolos apresentarem diferença dimensional por serem de tamanhos distintos, fato que ampliava este problema de nivelamento.

Devido à queda parcial do revestimento das paredes, pode-se observar arcos de descarga, cuja finalidade é aliviar os esforços sobre a verga. O arco construído em tijolo fica inserido dentro da alvenaria.

3.2 Análise do estado de conservação

A metodologia adotada para a análise do estado de conservação dos remanescentes da capela contou com um esquema para cada uma das paredes, sua localização na capela, registro do estado da parede, com marcação das patologias e breve descrição destas.

O mapeamento de danos foi feito sobre fotografias e separadamente para cada fachada ou vista interna. Foram identificadas de forma sequencial, partindo da fachada frontal, da esquerda para a direita, para então percorrer o perímetro da capela no sentido anti-horário.

A edificação conta com alterações sucessivas em sua construção. As plataformas da base sobre a qual está edificada a capela apresentam trechos em processo de arruinamento, principalmente nas laterais à direita. De acordo com o Relatório Final I. E. Garanhuns (2015), este pode ser um dos fatores a favorecer a desestabilização estrutural da edificação como um todo. A escada de acesso à entrada está soterrada pelos escombros da fachada frontal desmoronada.

Na fachada posterior a presença de rachadura motivou o uso de uma intervenção em cimento Portland para conter o seu avanço.

Algumas áreas ainda mantêm argamassa de revestimento. Esta é de textura lisa e é também utilizada como um estrato de nivelamento da alvenaria. Apresenta desprendimentos localizados do substrato.

Foram coletadas 07 amostras de argamassa para análise de traço, sendo 03 de argamassa de assentamento e 04 de revestimento. A análise

desses resultados acompanhará o documento de metodologia de intervenção para a conservação.

De acordo com o Relatório Final I. E. Garanhuns (2015), o sistema de pintura foi a caiação com uso de pinceis tipo brocha. Este procedimento será caracterizado em laboratório após análise microscópica dos revestimentos remanescentes com pintura.

A presença de vegetação é a maior causa de deterioração. Há uma cobertura vegetal em áreas dos topos das paredes. Há também perda de alvenaria, rachaduras de menor espessura, perda de argamassa de assentamento e de revestimento, perda de elementos decorativos na fachada frontal e nas paredes internas.

Não há presença de pichações, não sendo também identificados arranhões e riscos nos revestimentos remanescentes.

Toda cobertura foi perdida, no entanto algumas telhas de beirais nos topos das paredes permanecem.

As patologias de degradação identificadas correspondem a 05 tipos e levam às principais intervenções de conservação.

3.2.1 Patologias identificadas

Presença de vegetação: A presença de vegetação espontânea no topo das paredes com plantas naturais da região ocorre de forma constante.

Cabe ressaltar a proliferação de pátina biológica com algas, fungos, musgos e líquens, Rachaduras, trincas e fissuras de menor porte podem ser notadas.

Presença de vegetação regional, cactos, trepadeiras localizadas no topo das alvenarias.

Perda de Argamassa de revestimento: A perda de argamassa de revestimento acontece em quase toda a área baixa da capela e mais de 50% das alvenarias encontram-se expostas. A superfície argamassada remanescente nas partes baixas é recoberta por pátina biológica, proveniente da umidade ascendente.

Foram coletadas amostras de argamassas de revestimento e de assentamento para análise e caracterização de traço. Sendo identificadas diferenças entre locais distintos da estrutura da edificação. A análise

de traço auxiliará nos projetos de conservação para embrechamento de superfícies ou recomposição de alvenarias.

A argamassa de revestimento coletada tem superfície lisa e aparência homogênea, enquanto as argamassas de assentamento/ emboço têm coloração ocre e rosácea e apresentam areia de granulação variada.

Perda de Alvenaria: Houve perda de alvenaria, argamassa e elementos decorativos em muitos pontos. A perda de alvenaria ocorre de três maneiras características: A primeira ocorre com a perda total da parede; a segunda é a perda das extremidades da parede desabada, sendo possível identificar grandes tijolos que sobressaem da estrutura remanescente. A terceira é a perda localizada de cantos e partes em meio às superfícies, ocasionando nichos de crescimento biológico (vegetal ou casa de insetos) ou início de rachaduras.

Perda de elemento decorativo: Há perdas de frisos de arremate superior das fachadas, frisos internos e elementos decorativos individualizados. Encontra-se em superfície elementos decorativos dos púlpitos e nichos internos sendo facilmente localizados pela marca da perda na própria fachada e onde a peça foi encontrada, diretamente abaixo do seu local original. Tem a forma de Concha e encontra-se razoavelmente íntegro.

Madeira deteriorada: Há poucos remanescentes de esquadrias em madeira.

Alguns marcos de vãos altos ainda têm suas peças no local. São aquelas verticais e sobrevergas em arco abatido. As peças horizontais baixas não existem mais. Constatou-se que os elementos em madeira que sofreram ataques de cupins sofreram manutenção ao longo do tempo, indicando intervenções e uma preocupação com a preservação da capela.

Rachaduras e Tricas: Rachaduras estruturais são reconhecíveis nos arcos das grandes paredes da nave. Estas rachaduras menores são reconhecíveis nas quinas dos vãos e abaixo de locais, onde a presença de vegetação tem maior intensidade. Até agora estas rachaduras não representam risco para colapso das superfícies. Não foram identificados recalques diferenciais nas paredes.

A maior parte das patologias encontradas nas estruturas da capela está relacionada aos fatores ambientais extrínsecos, incluindo os fatores antrópicos de abandono e uso intenso para o manejo do canal.

4. A etapa de diagnóstico

Foi realizada uma coleta de superfície na área interna e externa da capela, onde foram encontrados materiais cerâmicos como telhas tipo canal e tijolos, argamassa com gesso para os elementos decorativos, e rebocos de paredes também com argamassa. Estes são compreendidos como vestígios/artefatos, e foram levados para o LEA (Laboratório de Estudos Arqueológicos) do Departamento de Arqueologia da UFPE.

O acervo totaliza 72 artefatos que tem em média entre 3,16 kg e 44 g com tamanhos que variam entre 42,11 a 205,10 mm de comprimento com espessuras que variam entre 28,08 a 150,90 mm. No LACOR (Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauração) estes artefatos, foram submetidos aos procedimentos de limpeza investigativa a seco com escova de cerdas macias, catalogação e acondicionamento individualizado. Estes remanescentes construtivos devidamente identificados foram segregados por tipologia de matéria-prima e função na edificação. Adotou-se como primeira etapa a seleção do acervo imagético relacionando a possível e real localização original dos artefatos, aos locais de coleta e de amostragem na tentativa de entender seu contexto, patologias e prever sua possível conservação.

Observa-se que alguns elementos coletados constituídos por gesso, que eram fixados por argamassa à parede ainda se encontram em considerável estado de preservação. Como exemplo o ornato – vestígio (SIV.7306.3) – que pertence ao nicho lateral direito em seu lado superior esquerdo.

Os elementos decorativos podem ser identificados e reconhecidos como partes faltantes em elementos principais como colunas, oratórios, púlpitos e fachada. Os elementos de origem barroca, podem ser associados a ligação com a ordem franciscana no Nordeste.



Figura 7: Ornato – Amostra SIV.7306.3 do banco físico de vestígios sob guarda da UFPE Fonte: LACOR,2014.

Estas características artísticas predominam nos conventos, igrejas e capelas dedicadas a São Francisco de Assis. A análise de alguns elementos quanto ao seu local original dependerá da interpretação do acervo imagético a partir das características da Capela como um todo priorizando elementos cruciais para se entender o ambiente artístico, como portas, janelas, altar-mor, púlpito, nichos laterais, fachadas como também elementos em sua estrutura como no caso da cobertura.

4.1 Análise das amostras – Metodologia e cuidados preliminares

A sucessão de campanhas de construção no edifício, a diferenciação de materiais e métodos empregados, bem como a sua distribuição espacial, e na medida do possível, temporal; deverão estar bem definidos antes de iniciar a amostragem, de modo a assegurar que serão recolhidas as amostras representativas do contexto analisado (LENEC, 2004).

4.1.1 Metodologias de amostragem

O primeiro momento da Amostragem é a observação macroscópica *in situ* e a análise da informação histórica.

O processo de Amostragem inicia-se considerando a divisão espacial da estrutura da edificação, as intervenções realizadas em cada parte ou zona da construção e segue considerando o conhecimento das possíveis transformações ocorridas pelos materiais ao longo do tempo.

1ª fase: uma amostragem completa e representativa dos elementos construtivos

Identificação de zonas homogêneas através da observação macroscópica das estruturas murárias (paredes) – Fases construtivas;
Estabelecimento de relações entre as fases construtivas e os materiais representativos da época no local.

2ª fase: identificação dos pontos mais representativos

Coleta de amostras de cada zona ou parte do edifício levando em conta o objetivo do trabalho a realizar
Amostras para identificação da constituição dos materiais originais
Amostras para estudo da patologia
Amostras para caracterização do estado atual.

3ª fase: Análise pontual

Realização da análise aprofundada dos vários estratos de uma única amostra de cada zona ou parte da edificação – partindo dos estratos internos para os externos.

4.1.2 Desenvolvimento e procedimentos

Realiza-se a coleta de superfície na área interna e externa da edificação com o registro imagético *in situ*, apresentando a localização inicial em superfície dos remanescentes construtivos. Foram coletados fragmentos de materiais cerâmicos como telhas tipo canal de diversas dimensões, tijolos de diversas dimensões, fragmentos de elementos

decorativos e amostras de revestimentos (argamassa de revestimento; argamassa de assentamento).

4.1.3 Análise inicial do conjunto amostral

Argamassa de revestimento com pintura: As amostras coletadas são referentes às paredes laterais externas direita e esquerda, paredes laterais internas da nave, fachada lateral direita e esquerda, fachada principal, e também parede lateral esquerda e direita do púlpito e parede interna lateral esquerda do altar–mor como também a parede externa do altar. As amostras coletadas representam o universo amostral dos revestimentos (emboço e reboco) sem pintura e com pintura e argamassa de assentamento.

O Relatório Final I. E. Garanhuns (2015) aponta que o revestimento original da edificação foi todo feito com argamassa do mesmo tipo que aquela utilizada no assentamento dos tijolos – argamassa de cal e argila. Todo revestimento da capela foi feito com uma camada prévia de emboço e sobre esta o reboco.

Foram identificadas diversas camadas de pintura com diferenciação de cores para os ambientes ou para setores distintos, como os rodapés e ornamentos. As cores utilizadas foram o branco, majoritariamente; seguido do azul, no altar mor, o amarelo na nave e o vermelho, em faixas nos rodapés da nave e altar mor e faixas nas paredes da sacristia.

Segundo Pôrto (2009) a caiação é o processo final mais usual para o acabamento de uma alvenaria argamassada com cal e argila constituindo-se em um sistema de revestimento e proteção da alvenaria.

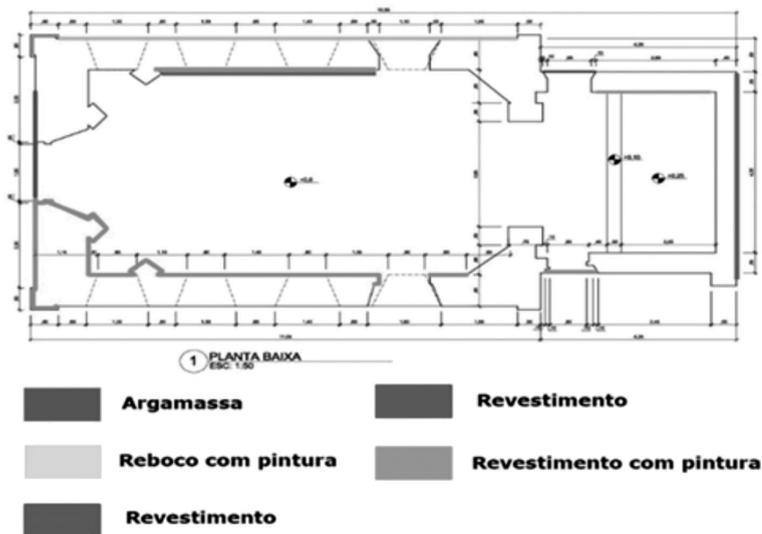


Figura 8: Planta baixa da capela de São Francisco de Assis, com localização das amostras retiradas respeitando a tipologia de materiais coletados. Fonte: LACOR, 2014.

Dentre as 16 amostras, 10 delas contém resquícios de tinta. O entendimento deste contexto leva a compreensão dos elementos artísticos usados no projeto de construção da capela como a tinta usada nas paredes, sua composição, seu aspecto tecnológico e a definição de cores usadas para a ornamentação da capela. Para análise dos revestimentos remanescentes das paredes, foi usada uma leitura microscópica, visando detectar inicialmente a sucessão das camadas de tinta e também o seu estado de alteração.

Percebe-se a presença de três camadas de tinta, estas três camadas ficam mais finas, a partir da primeira camada chegando a finalizadora. As primeiras camadas de tinta apresentam-se opacas. Encontram-se visíveis sujidades e patologias.

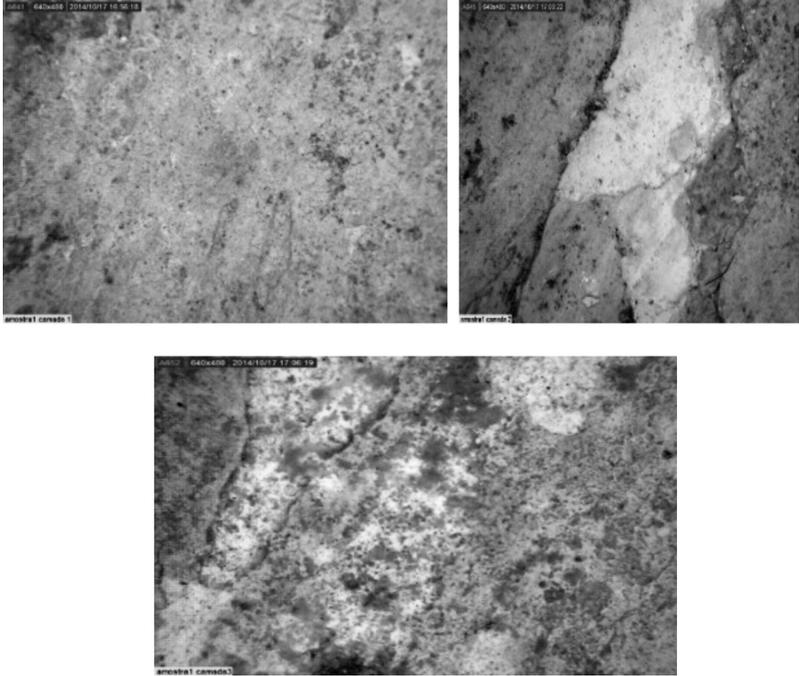


Figura 9: Amostra 1 camadas 1, 2 e 3.
Fonte: Acervo imagético LACOR, 2014.

A partir desse momento, destaca-se que os procedimentos complementares aos de conservação e restauro das estruturas remanescentes referem-se aos de intervenção arqueológica, não invasiva e/ou invasiva. Nesse caso, o acompanhamento de arqueólogos nos trabalhos de conservação e restauro dessas estruturas deve ocorrer em consonância com o da equipe de arquitetos e restauradores envolvidos e, como proposto anteriormente, deve incluir:

- a) a coleta superficial de vestígios arqueológicos nas áreas interna e externa e entorno da estrutura remanescente, dentro da área do caneteiro, com o seu devido registro planialtimétrico;
- b) a coleta de vestígios arqueológicos provenientes de subsuperfície, quando da abertura de furos para a construção de estruturas para os telhamentos e paredes de divisórias e muros de tapume, com o devido registro planialtimétrico;

- c) nos casos de intervenções severas em pisos e alicerces, especificamente na nave central e laterais da igreja, a excepcional decapagem arqueológica, com o conhecimento e autorização do IPHAN, para a retirada sistemática de remanescentes de interesse arqueológico;
- d) tratamento laboratorial com a higienização, numeração, inventário/registo, análise em fichas tipológicas e acondicionamento;
- e) produção de documentação fotográfica e gráfica de todos os processos acima descritos e de catálogo do material recuperado.

Essas atividades fazem parte da boa prática da arqueologia em conjunto com outros profissionais e tipos similares de intervenções em bens culturais.

5. Proteção e gestão do patrimônio arqueológico: Propostas de ações para conservação do sítio Capela Velha

De acordo com Pardi (2002), o processo de Gestão do Patrimônio Arqueológico (GPA) inclui parâmetros como os aspectos administrativos, econômicos, políticos e éticos e a preservação do patrimônio arqueológico necessita de apoio das instituições de patrimônio, espaço e desenvolvimento de práticas orientadas específicas.

Para o desenvolvimento de uma gestão do patrimônio arqueológico sistemática, torna-se importante o bom uso da documentação produzida para os Estados e Municípios e ainda, segundo Pardi (2002), os macros processos da gestão do patrimônio arqueológico incluem 4 aspectos básicos da especialidade: a) o da identificação: de sítios (regional ou pontual), de arqueólogos, empresas ou instituições, de peças ou coleções (acervos), de pesquisas (pré-colonial, histórica, subaquática, gestão do patrimônio); b) da documentação: que inclui a do sítio, acervo, do conhecimento e da devolução ou divulgação do conhecimento, do acervo e bloco testemunho; c) de proteção: com as normas de licenciamento (de material para o exterior, de projetos acadêmicos, de projetos empresariais, de turismo cultural, de outros tipos de licenciamento); de denúncia de destruição, trânsito, comércio e tráfico de bens; de tombamentos; de zoneamentos; de conservação (de peças arqueológicas, de sítios pré-coloniais, de sítios históricos, de sítios subaquáticos); e d) de promoção:

incluindo o turismo cultural, a educação patrimonial, campanhas, relações públicas (internas e externas) e a capacitação de pessoal.

O IPHAN encontra-se setorizado para atender a esses aspectos básicos da especialidade do GPA: identificação, documentação, proteção e promoção. Essa competência/responsabilidade havia sido atribuída pela Constituição Federal de 1988 e na Lei no. 3.924/61 (Pardi, 2002).

Embora a Constituição de 1988 tenha instituído legalmente o IPHAN como tutor legal do patrimônio arqueológico, também distribuiu responsabilidades compartilhadas pela proteção dos bens arqueológicos a outras instâncias (centros de pesquisa, institutos, fundações, universidades, entre outros) e a todos os cidadãos.

A região onde está inserido o Engenho Belo Monte apresenta aspectos arqueológicos, históricos e arquitetônicos importantes, que contribuem de forma significativa para o conhecimento da história da ocupação no estado de Pernambuco. O levantamento e estudo dos vestígios arqueológicos históricos ali existentes tem valor particularmente relevante, especialmente em face da inexistência de trabalhos de investigação anteriores e a consequente integridade do sítio arqueológico.

Os remanescentes da Capela de São Francisco encontram-se em estado precário de conservação o que pôde ser registrado pelo levantamento fotográfico e da observação sistemática macroscópica *in situ* e de análises em laboratório, derivando na vinculação destes dados, para montagem de um banco de amostras físico e imagético para os remanescentes construtivos do Sítio arqueológico Capela Velha.

Ações de Conservação alcançadas	Ações de Conservação desejadas
Pesquisa Arqueológica/Resgate arqueológico.	Continuação da Pesquisa Arqueológica.
Amostragem – Coleta sistemática de amostras.	Delimitação e sinalização para proteção física e institucional do sítio.
Banco de amostras físicas.	Estabilização das estruturas remanescentes.
Divulgação Científica/Artigos Científicos/realização de Seminário.	Implementação do “Sítio- escola Piloto”.
Atividades de Educação Patrimonial (EP)	Continuação das atividades de EP e ambiental e Sensibilização do Usineiro.

Tabela 1: Quadro-síntese das propostas de ações para Conservação do Sítio Capela Velha.

A partir dos estudos de conservação para a Capela Velha, foi sistematizado um conjunto de ações diretas e indiretas para a proteção do Sítio Arqueológico, desde a sua identificação, documentação, promoção e valorização. A seguir, apresenta-se uma síntese dessas propostas (Tabela 1).

6. Considerações finais

De acordo com Fonseca (2005), o patrimônio se tornou como que uma espécie de valor vital, com uma importância imprescindível para o equilíbrio de uma sociedade em mutação permanente e aprofunda em sua reflexão, dizendo que penetrar nas particularidades funcionais, físicas, estéticas, de uso ou simbólicas deste é como que entrar num emaranhado complexo e multifacetado, onde múltiplos e paralelos discursos se poderão compatibilizar ou antagonizar. A mesma autora ainda defende que as decisões, quanto a este universo, são, portanto, tão complexas que poderão até justificar a omissão destes componentes em grande parte das decisões ditas patrimonialistas e preservacionistas.

Destacamos que a percepção dessas dinâmicas relativas ao patrimônio é um fenômeno mais ou menos recente, sendo imprescindível levá-las em conta na formulação de uma política de preservação e do planejamento do uso desse patrimônio. O fato é que as análises críticas das políticas de preservação têm dado ênfase às propostas que visam a democratizar o patrimônio, a partir da ampliação do seu conceito e da participação da sociedade na constituição e no gerenciamento desse patrimônio.

Nesse contexto, ficou evidente a sequência de pensamentos e reflexões, a partir das quais numerosas legislações nacionais, internacionais e em cartas de caráter regional, constituíram um rol de documentos importantes e fundamentais, no que diz respeito aos princípios orientadores da conservação e da preservação do patrimônio.

A década de noventa do século XX foi marcada pelo conceito de desenvolvimento sustentável e pelo processo de uma crescente globalização econômica e cultural. A proteção dos recursos naturais, culturais e da diversidade das paisagens foi outro dos polos de reflexão. Segundo Paiva, Aguiar e Pinho (2006), transversal a todas as políticas, encontra-se uma nova atitude: a prudência e a gestão cautelosa dos recursos sejam eles naturais ou culturais.

Considerando que a proteção e a valorização das paisagens culturais e da paisagem em geral contribuem para preservar a memória das tradições e identidades culturais das comunidades humanas e são fatores de qualificação ambiental, surge então, a necessidade de se desenvolver novas estratégias para integrar a gestão da transformação dos lugares e da sua preservação no quadro de uma política abrangente de toda a paisagem (cultural e natural), através de uma proteção unificada dos interesses culturais, estéticos, ecológicos, econômicos e sociais dos lugares.

Desta forma, o uso que se faz com o patrimônio, seja ele sob qualquer adjetivação, como se manipula, ou se preserva apresenta, portanto, questões de uma complexidade crescente, isto porque o Patrimônio não existe somente como entidade física e objetiva. Nele está presente a memória e a legibilidade do passado e a sua fruição cultural precisa se harmonizar com o lado simbólico e com a dinâmica social local, sem o que seria impossível dar sentido aos bens culturais, porque, embora caindo na esfera de valor global, esses bens pertencem fundamentalmente à comunidade que lhes deu origem.

Nesse entendimento, analisamos os remanescentes construtivos resgatados da Capela Velha do Engenho Belo Monte, a qual encontra-se em estado de arruinamento.

As análises realizadas para esta pesquisa mostram que, apesar da perda de elementos cruciais como a cobertura da capela e de ornamentos importantes como a eira, além da alteração no piso, que deu lugar à vegetação local, a capela ainda guarda suas características construtivas.

O uso da área para plantação de cana-de-açúcar leva à possibilidade de que resíduos e o manejo associados à atividade agrícola possam gerar alterações específicas e potencialmente agressivas aos materiais constitutivos da edificação.

Constata-se, finalmente, que ações de preservação embora incidam sobre a matéria (substância), pois estas é que constituem o objeto da proteção jurídica, o objetivo da preservação do patrimônio é assegurar a permanência dos valores culturais neles identificados. Esses valores só são alcançáveis através da matéria, sendo incluída também a noção de conjunto dessas unidades materiais, da multiplicidade de coisas, geralmente heterogêneas. Além do que, no caso do patrimônio, os valores culturais estão inscritos na própria matéria, em função de seu agenciamento físico-material, que só pode ser captado através de seus atributos.

Desta, forma buscou-se evidenciar os remanescentes construtivos da capela e seus atributos, na tentativa de conhecer os fatores, mecanismos e indicadores de alteração, relacionando-os às patologias observadas na edificação.

Assim, destaca-se como diretriz e iniciativa de planejamento e gestão do patrimônio – Capela Velha do Engenho Belo Monte, com base no diagnóstico e análise do estado de conservação, a uma ação mais ampla, por meio da elaboração do banco de dados e amostras para a preservação dos remanescentes arquitetônicos, que compreendem um conjunto de valores materiais e não materiais, que fazem parte do testemunho natural do fazer humano e guardam a memória, as crenças e as tradições do lugar como patrimônio cultural da Mesorregião da Mata Pernambucana.

Agradecimentos

Interligação Elétrica Garanhuns
Arqueotec Consultoria e Gestão LTDA
Anderson Alves Pereira – Arqueólogo Coordenador de Campo
Rosemary Cardoso – Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arqueologia da UFPE
Celyne R. B. dos Santos – Estagiária do LACOR
Emilia Arnaldo – Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arqueologia da UFPE

Referências bibliográficas

- BASTOS, R. L.; SOUZA, M. C.; GALLO, H. (Orgs). Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico – IPHAN. São Paulo: Iphan, 2005.
- CORRÊA, S. R. M. O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- CURY, I. (Org.) Cartas Patrimoniais. 3. ed. Brasília: Iphan, 2000.
- CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Paudalho, Estado de Pernambuco / Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Manoel Julio da Trindade G. Galvão, Simeones Neri Pereira, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
- EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA A MATA NORTE. FUNDARPE. 2ª Edição. Recife, 2010.
- FONSECA, M. C. L. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 2005.
- Grupo Petribu - www.Petribusa.com.br acessado as Terça 10 out, 13:45.
- IPHAN. Inventário e Georreferenciamento de Engenhos de cana-de-açúcar na Zona da Mata de Pernambuco. V1. 2010.
- LEGER, Fernand. Funções da pintura. Livraria Nobel S.A .SP,1965. 93-130p.

LENEC – Conservação e Renovação de Revestimentos de Paredes de Edifícios Antigos. Divisão de Edição e Artes Gráficas, Lisboa, 2004.

NETO, Noblat Araújo Eurico, Alburquerque de Lima, José da Silva et Silva das Navaes Ana Maria. Desenvolvimento local sustentável na zona da mata – PE: Aspectos estruturantes do pro-mata no município de Paudalho. UFPE, 2003.

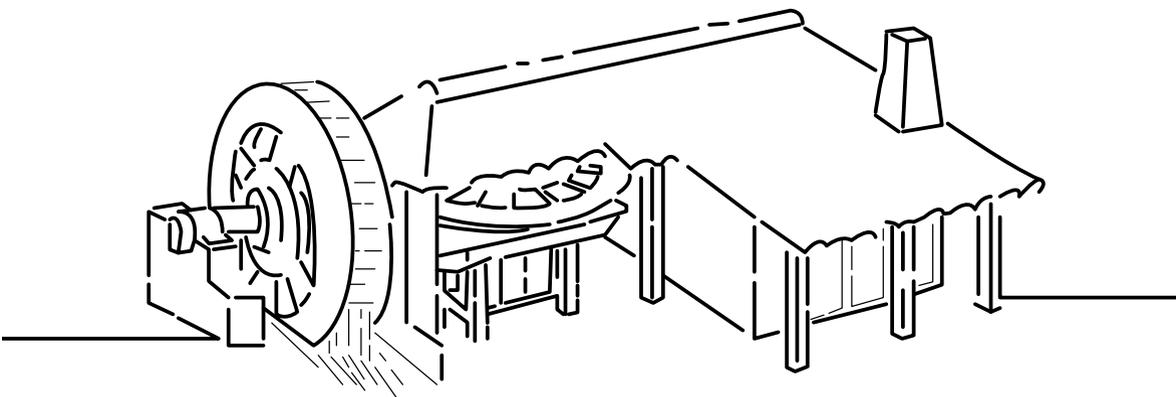
PAIVA J. V.; AGUIAR J.; PINHO A. (Coord.) Guia Técnico de Reabilitação Habitacional – Volume 1 – Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2006.

PARAQUAT – 2015. Centro de Informações sobre Herbicidas – Cultivo da cana de açúcar. <http://paraquat.com/portugues/banco-deconhecimentos/produ%C3%A7%C3%A3o-e-prote%C3%A7%C3%A3o-da-lavoura/cultivo-da-cana-de-a%C3%A7%C3%B4car>, acesso 13/04/2015.

PARDI, M. L. F. Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás / IGPA, 2002.

PÔRTO, N. Alvenarias e Argamassas: Restauração e Conservação: Org. Wallace Caldas. Rio de Janeiro: In –fólio, 2009.

SILVA; da Angélica Maria. O barroco como horizonte e a paisagem vista do particular. Uma prática dos conventos franciscanos do nordeste. Meme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais.



A COLONIZAÇÃO DO ESPAÇO: Um estudo arqueológico da ermida de São Gonçalo do Paiva (Cabo de Santo Agostinho – PE)

*Getúlio Alípio X. de J. Santos¹
Guilherme de Souza Medeiros²*

1 Mestrando em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP/IPHAN. (E-mail: getulioggg@hotmail.com).

2 Prof. Dr. do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. (E-mail: guilhermemedeiros@univasf.edu.br).

1. Introdução

O Período Colonial no Brasil é constantemente alvo de pesquisas históricas que se baseiam principalmente nos relatos escritos sobre a época. Nos últimos anos, com a expansão e desenvolvimento das pesquisas científicas no campo da Arqueologia Histórica³ no país, observa-se que a produção textual sobre esse período vem sendo constantemente enriquecida com o aporte do conhecimento produzido através do viés arqueológico.

Ao imergirmos nos aspectos da cultura material da sociedade canaveira da Capitania de Pernambuco (1535-1654), temos as diversas edificações, tais como igrejas, ermidas⁴, capelas, fortes e edifícios do complexo dos engenhos de açúcar⁵, fragmentos que compõem um cenário único e rico em evidências materiais do desenvolvimento econômico e social da região.

As ruínas da Ermida de São Gonçalo do Paiva, monumento colonial do século XVI, situado no município do Cabo de Santo Agostinho, litoral sul de Pernambuco, encontram-se atualmente encobertas pela densa vegetação de Mata Atlântica da Reserva Estadual do Camaçari. Durante o ciclo da cultura do açúcar na região, esta edificação destacava-se na paisagem representando “a lógica arquitetônica de dois tipos de edificações – militares na estratégia, espirituais na simbologia” (Custódio, 2011:193).

Diante de tais características, questiona-se: qual a função de edificações religiosas, como a Ermida de São Gonçalo do Paiva, para o processo de colonização da América Portuguesa, especificamente da Capitania de Pernambuco?

3 Orser Jr. (1992:23) define como “o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje”.

4 O dicionário Bluteau (1712:198) define o termo como “igreja pequena, que não tem jurisdição parochial”. Para o dicionário Aurélio (2004:271), significa “capela edificada fora do povoado, em lugar deserto ou descampado”.

5 Segundo Prado Jr. (1977 apud Gomes, 2006:118), “o engenho compreende numerosas construções e instalações: moenda, caldeira, casa de purgar, etc.; além da casa grande, [...] a senzala dos escravos e instalações acessórias e suntuárias, oficinas, estrebarias etc”.

Segundo Caio Prado Júnior (2006:22-23), o processo colonizador atuou nos trópicos com características de uma empresa mercantilista, sua complexidade diferenciava-se de antigos sistemas econômicos viáveis na época, mas mantinha o mesmo objetivo de exploração econômica dos territórios conquistados. Para Dean (1996:71), *“ao cruzar os oceanos os colonizadores não levaram apenas elementos materiais para as terras além-mar, trasladaram uma ideologia/discurso imbuído em cada ação tangível ou intangível”*.

Infere-se, desta forma, que a Ermida seria a materialização do discurso ideológico existente no processo de colonização, funcionando como mecanismo utilizado durante o processo de ocupação e dominação do espaço.

Ante a complexidade que envolve o objeto de estudo, optou-se por uma abordagem teórica interdisciplinar e contextual, que possibilitasse contemplar os vários elementos da cultura material ainda presentes no monumento.

A Ermida de São Gonçalo do Paiva⁶ passa a ser analisada como um “superartefato”, elemento material definidor de um passado, existente no presente, que possuiu intenções e significados específicos à sua época e aos diversos grupos sociais, acrescentando que *“o fato de não poder ser removido, como acontece com outro artefato menor, não diminui o sentido que pode ser retirado dele”*. (Leone apud Orser, 1992:79).

Esta abordagem permite, antes de tudo, *“inferir comportamento humano, e também idéias, [...] e do impacto físico de sua presença no meio ambiente”* (Trigger, 2004:19), interpretando-os num presente contextualmente distinto e crítico. A Arqueologia e a História, portanto, tornam-se imperativas (Moreland apud Funari, 1998), para o estudo do processo de colonização da América Portuguesa.

A cultura material, conseqüentemente, é repleta de intencionalidade; ela é concebida, materializada e utilizada dentro de determinadas sociedades. Por isso, ela pode ser lida para a compreensão do funcionamento das regras culturais. É importante destacar que existem inúmeras maneiras de analisar os vestígios materiais e de refletir sobre suas

6 A Ermida está edificada no cume de um dos morros da formação Algodois, entre as praias de Itapoama e Paiva, abrangendo as antigas terras dos Engenhos Caramuru, Camaçari e Jurissaca. Essa formação é conhecida geomorfológicamente como “mar-de-morros”, e suas feições foram esculpidas à custa de processos de decomposição química e escoamento superficial das precipitações (Andrade & Lins, 1984:36).

intencionalidades e efeitos. A leitura sobre o universo material, entretanto, é crucial para a compreensão das regras culturais e sociais em que estamos inseridos.

O estudo é imperativo, diante do quase total desconhecimento da história do monumento e do estado de destruição e abandono do patrimônio arqueológico histórico do litoral sul de Pernambuco. A Ermida de São Gonçalo do Paiva, como monumento representativo dos períodos iniciais da colonização do Brasil, tornou-se um valioso objeto de estudo, seja por suas características singulares, composto pela paisagem, arquitetura e valor simbólico, seja pelo iminente risco de depredação desse patrimônio cultural. Espera-se, com este estudo, contribuir para a divulgação, valorização e salvaguarda desse monumento colonial.

2. Primeiros impulsos coloniais

O período inicial da história colonial brasileira⁷ é caracterizado intensamente pela união de duas forças que emergiram na Europa no século XV, com atributos de uma “empresa”. Segundo Fausto (2009:29), “*o Estado e a Igreja Católica, foram as duas instituições que por natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil*”. A estratégia utilizada estava apoiada fortemente na exploração econômica do território, para atender às necessidades da Metrópole, onde o poder centralizador estava materializado na figura do rei e a Igreja Católica, que representava a materialização de Deus na Terra, tinha por função oficializar e legitimar toda a conquista deste sobre as terras do Novo Mundo (Hoornaert *et al.*, 1992).

Desta maneira, forjou-se uma associação perfeita entre as duas instituições, onde, em seu eixo principal, vincula-se a conquista, catequização e dominação dos novos territórios e dos grupos neles existentes. “*Ao Estado coube o papel administrativo, político e povoamento da colônia, à Igreja um mecanismo ideológico eficaz para a disseminação das ideias de obediência ao poder do Estado*”. (Fausto, 2009).

7 A colonização desencadeou um processo de adaptações, inovações e destruições, através da posse da terra e da instituição de unidades coloniais para dominação do espaço, como as igrejas, fortes e engenhos. (Fernandes, 2005:203).

Dentro deste discurso ideológico, o projeto colonial litorâneo foi pensado como uma ampla ofensiva colonizadora, caracterizada inicialmente por um padrão feitorial e posteriormente materializada com a chegada dos primeiros donatários, e implantação das suas referidas Capitâneas (D'araujo, 2000:42).

Dessa maneira, os donatários foram os beneficiários das ações de catequização religiosa para fins de efetiva posse e expansão das fronteiras territoriais, o que constituiu um sistema que se dilatava cada vez mais sobre o vasto território, e onde

Os missionários faziam normalmente parte do esquema das “fronteiras”, quer dizer que eles tinham que colaborar para que as fronteiras do sistema colonial se dilatasse sempre mais: [...] ora fundando conventos em lugares ermos e desertos como pontos de segurança e avanço para a empresa colonial. Daí uma fundamental desconexão entre a instituição missionária e as necessidades reais, desconexão que é típica e significativa do sistema colonial, não só no Brasil, mas também em outras partes. (Hoornaert *et al.*, 1992:37).

Logo, as ações da Igreja no início da colonização do Brasil estavam diretamente subordinadas ao Padroado⁸, o qual determinava diretamente as ações a serem efetuadas pelos religiosos. Criou-se, desta forma, uma submissão dos religiosos seculares para com o sistema colonial. Uma vez que

[...] a paróquia é concebida, dentro da ideologia do Padroado, como “posto de controle”, de sorte que se torna ex-

8 O Padroado consistiu em uma ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca da garantia de que a Coroa promoveria e asseguraria os direitos e a organização da Igreja em todas as terras descobertas. O rei de Portugal ficava com o direito de recolher o tributo devido pelos fiéis, conhecido como dízimo, correspondente a um décimo dos ganhos obtidos em qualquer atividade. Caberia também à Coroa criar e nomear os bispos. (Fausto, 2009:29).

tremamente extensa (Saint-Hilaire notou paróquias de 40 léguas [Salgado], 45 léguas [Barra], 80 léguas [Itacambira], 100 léguas [Morrinhos] ao longo do rio São Francisco) e extremamente afastada da Sé Episcopal (a paróquia de Santo Antônio de Curvelo, ao longo do rio das Velhas, ficou a 1.100 km da sé de Salvador). Como conceber a paróquia, nestas condições, senão como um posto avançado de um sistema centralizador, um sistema que procura estender sua ação o mais longe possível? (Hoornaert *et al.*, 1992:99).

O sistema colonial valeu-se, então, da doutrinação cristã para atingir os seus objetivos expansionistas. Esse sistema pode ser definido como possuidor de um duplo viés: o do dominador sobre o dominado. Indicando a intencionalidade e a existência de um “projeto”, estruturado dentro de um discurso colonialista escravizador, somado ao discurso evangelizador doutrinador, reforçando a existência de um forte discurso ideológico dominante.

Neste intuito, as edificações religiosas (igrejas, missões, capelas e ermidas) funcionavam como áreas para a doutrinação na fé católica e como marcos das conquistas sobre as terras e grupos nativos. Estas edificações estavam estreitamente mergulhadas nas concepções políticas da empresa colonial, funcionando como balizas para a implantação e desenvolvimento dos núcleos de povoamento colonial.

As edificações religiosas, especificamente as ermidas, eram limites fronteiriços para o alargamento da conquista do espaço, muitas vezes financiados pela Coroa, com finalidades eminentemente estratégicas dentro da “*lógica do sistema mercantilista europeu*”. Esta se contrapunha às igrejas construídas pelas confrarias, que eram financiadas por doações de populares denominados de “irmãos”.

Identificou-se, desta forma, a existência de condições para as construções dos templos, que estavam condicionadas a vários fatores: econômicos, militares, votivos, entre outros. Para Hoornaert e colaboradores (1992:157), a mentalidade dominante vigente na época dava importância aos aspectos visíveis da fé, predominando, assim, uma religião reconhecida mais por limites territoriais e materiais do que por marcos espirituais.

Os territórios conquistados pela empresa colonial, dessa forma, tornavam-se cristãos, com a utilização dos símbolos religiosos, através da cruz, ermidas, oratórios ou capelas, que, segundo Hoornaert (1974 apud Hoornaert *et al.*, 1992:158),

Na colonização latino-americana em geral e brasileira em particular, a construção de igrejas e capelas tornou-se marca de conquista em dimensões nunca alcançadas na história anterior do cristianismo. As maiorias das construções religiosas do período colonial não obedecem principalmente a considerações de ordem pastoral, mas significam “padrões” de posse em nome do império e garantia de domínio sobre índios, franceses, holandeses, quilombolas.

Versa, assim, a preocupação primordial do Império Português em tornar o espaço conhecido e domável, dilatando as fronteiras da fé e do governo. Essa maneira racional de colonizar, onde os dois poderes, “Igreja Católica” e “Coroa Portuguesa”, estão vinculados, propiciou o surgimento de características próprias diferentes das Igrejas europeias. A Igreja institucional dependia plenamente do rei de Portugal, sendo este uma autoridade central, que decidia efetivamente as ações de construções de igrejas, fundação de conventos, criação de dioceses e paróquias.

Desta forma, foram-se impondo uma nova dinâmica e re-significações na construção e modificação do novo espaço, transformado num lugar produtor de divisão entre os grupos viventes, privilegiando uns e marginalizando outros. O extenso território dividido em Capitânias Hereditárias alargava-se. Ao passo que se ia consolidando a conquista do novo território, estabeleciam-se as ermidas e as doações de porções de terras, denominadas de sesmarias, para a posterior implantação de engenhos de cana-de-açúcar⁹. Em consequência à implantação dessas unidades funcionais políticas desenvolveram-se os núcleos de

9 Segundo Gomes (2006:292), a denominação engenho em Pernambuco significa o conjunto de edifícios industriais e residenciais da unidade produtiva de açúcar.

colonização, povoados, vilas e cidades, dinâmica da construção desses novos espaços.

Neste caso, Dean (1996:23) afirma que *“o homem reduz o mundo natural à paisagem, entorno domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética”*. As estruturas edificadas constituem elementos materiais fundamentais para a consolidação do discurso ideológico dominante, funcionando como um mecanismo eficiente de propagação dessa ideologia dominante e atuando como um marco central na paisagem, estruturando e determinando novos padrões mentais e espirituais a serem adotados.

3. A igreja, centro difusor da colonização

Coube às instituições religiosas o papel fundamental de legitimar a conquista do chamado Novo Mundo; as quais geralmente contavam com financiamentos do rei, dos donatários e particulares (comerciantes e senhores de engenho), para edificação dos templos religiosos, estes, na maioria das vezes, erguidos em lugares estratégicos, *“tornando-se balizas para o desenvolvimento dos povoados e vilas”*. (Aires & Albuquerque, 1996:466).

Essas balizas coloniais configuraram as “fronteiras” na faixa litorânea, sendo uma característica da lógica de implantação estratégica dos templos católicos, em função das vitórias sobre os grupos nativos. Eis uma das razões por que as antigas cidades brasileiras são situadas em colinas. (Hoornaert et al., 1992:289).

Mas, além da estratégia de defesa dos povoados e vilas assim instalados, configuravam outra realidade latente: *“o espaço físico e topográfico é o mesmo, o seu uso é radicalmente diferente. A segregação se manifesta não na separação de espaços, mas na maneira diferente de usá-los”*. (Hoornaert et al., 1992:269-270).

O cenário da vida cotidiana colonial estava carregado de significados próprios, materializados nos símbolos utilizados pelas instituições católicas, os quais estavam sujeitos às re-significações atribuídas pelos grupos marginalizados, denunciando a existência de um verdadeiro processo de segregação, *“a própria construção de igrejas no Brasil português partia desta mesma dialética entre um poder central, nas mãos dos donos da terra, e um poder marginalizador, expresso no esforço comum*

(*mutirão*) do povo”. (Hoornaert *et al.*, 1992:294). O poder central ditava as regras para as edificações dos templos, os quais dependiam quase que exclusivamente do financiamento do Padroado (Coroa), que tinha os objetivos estratégicos de ocupação territorial dentro da lógica da empresa colonial. A Igreja, vista como edifício “lugar”, atendia à dinâmica da colonização, organizando de forma racional a vida dos que nela se inserem e estabelece um discurso ideológico, que, segundo Hoornaert *et al.* (1992:295),

[...] a igreja ou capela ou ermida a um verdadeiro padrão de posse por parte dos colonizadores. Para só apontar o caso da origem das primeiras ermidas de Pernambuco: o donatário Duarte Coelho mandou erigir a ermida dos santos Cosme e Damião em Igarçu após a vitória sobre os potiguares, a da Conceição em Itamaracá pelo mesmo motivo, a de São Salvador em Olinda por causa de uma lenda justificativa da presença dos portugueses na “sagrada colina”, [...] – em linguagem milagreira e providencialista, a de Nossa Senhora da Graça destinada aos padres de Santo Agostinho [...]. Mais tarde uma senhora rica da nova sociedade olindense doou a ermida de Nossa Senhora das Neves aos franciscanos (1585), [...].

Vistas dessa forma, as construções das Ermidas em Pernambuco estavam sujeitas a um dinamismo específico, ou seja, a edificação do templo estava subordinada a um contexto prévio, militar ou religioso, funcional ou social. Um símbolo com significados verbais e não verbais, “*posto avançado de um sistema centralizador, um sistema que procurava estender sua ação o mais longe possível*” (Hoornaert *et al.*, 1992:99), a serviço da religião e da colonização, como um mecanismo eficiente, dentro de uma cultura escravocrata, patriarcal e monopolizadora. Fica clara esta intenção quando constatamos no estudo realizado por Aires & Albuquerque (1996:466) para o litoral norte do Estado que

[...] foi possível detectar informações sobre a construção de mais de 60 templos religiosos, localizados principalmente ao norte de Pernambuco, nos municípios de Olin-da, Goiana, Igarassu e Ilha de Itamaracá. Eram comu-mente financiados pelo rei, donatário, ordens religiosas e particulares (comerciantes e senhores-de-engenho), com o intuito da conversão da população à fé cristã, as-sim como facilitar a ideologia da dominação portuguesa. Geralmente eran edificações em situações privilegiadas, tornando-se balizas para a distribuição das Igrejas e Capelas neste período corresponde aproximadamente a entender o processo de expansão português no início da colonização. (Aires & Albuquerque, 1996:466).

Segundo Gomes (2006), os laços entre a Igreja católica e a socie-dade do açúcar foram se estreitando ao longo da história colonial, os se-nhores de engenho valiam-se das práticas religiosas como mecanismo de “*conversão do escravo ao conformismo e à sua condição de ser inferior*”. Não só as edificações eram necessárias para a afirmação e conforto es-piritual da sociedade dominante, como se fazia simbolicamente a re-presentação do poder divino na paisagem dos trópicos.

As sucessivas etapas de ocupação lusitana valeram-se das unida-des funcionais implantadas nas longínquas regiões da colônia. “*A cultu-ra criada em torno da cana-de-açúcar influenciou sobremaneira a evange-lização e lhe deu características próprias*” (Hoornaert et al., 1992:42), tão marcantes que estão presentes ainda hoje na sociedade pernambucana.

4. Terras do Cabo: ocupação e colonização do espaço

As terras do Cabo de Santo Agostinho são conhecidas desde 1501, mas só a partir de 1535, com a chegada do primeiro donatário, Duarte Coelho, à Capitania de Pernambuco, se deu a efetiva colonização da re-gião. As terras foram conquistadas a custa do “extermínio” dos grupos indígenas Caetés, que habitavam a costa da foz do rio Capibaribe à foz do rio São Francisco. Com a morte de Duarte Coelho, em 1554, em Por-

tugal, o governo da Capitania ficou sob a administração da sua esposa, D. Brites, e do seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque.

Com a intensificação dos ataques e a morte do primeiro bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha (1556), pelos Caetés, a regente, D. Catarina d'Áustria, ordenou que o primogênito de Duarte Coelho, Duarte de Albuquerque Coelho, retornasse de Portugal para assumir o governo da capitania pernambucana e guerrear contra os grupos revoltosos.

Em 1560, o irmão de Duarte de Albuquerque Coelho, Jorge de Albuquerque Coelho, é eleito general da guerra, juntamente com João Pais, para combater os Caetés, tendo este último recebido as terras do baixo Pirapama como mérito das vitórias durante a “guerra justa”¹⁰. Segundo Andrade & Lins (1984:86), teve início

[...] em 1560, com o assédio contra as cercas dos Guararapes, que uma vez ultrapasadas abriram caminho à queima de numerosas aldeias caetés e Duarte de Albuquerque logo repartiria as terras pelos companheiros de armas, que sem demora puseram-se a cultivar canaviais. Varridos os selvagens da região do Cabo, a segunda investida alcançou a várzea de Sirinhaém e daí prosseguiria o avanço até as margens do rio São Francisco. Mas como a campanha não estaria consumada antes de 1565, foram-desse ano e de 1568 as primeiras sesmarias concedidas no vale do Jaboatão e em Muribeca.

As terras do Cabo de Santo Agostinho tornam-se cobiçadas devido aos vários elementos favoráveis para a implantação e desenvol-

10 Em 1562, a Coroa portuguesa declara escravos todos os Caetés, culpados ou não, e os seus descendentes pelo trucidamento do primeiro bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha, e mais de cem pessoas que naufragaram na costa das Alagoas e ali foram submetidas ao ritual antropofágico característico dos povos de língua Tupi, dentre os quais os Caetés.

vimento dos engenhos de açúcar¹¹. Terras férteis, bons cursos de rios para alimentar as rodas d'água e viabilizar o transporte do açúcar para o mercado consumidor, reservas de madeira para a construção da fábrica e alimentar os fornos, e principalmente a aquisição de mão de obra escrava resultante das inúmeras “guerras justas” declaradas aos grupos nativos.

João Pais foi, assim, um dos pioneiros na ocupação das terras do baixo Pirapama, instalando, em 1571, o seu primeiro engenho, denominado de “Velho”. Nos anos seguintes, prosperou e instalou novos engenhos e adquiriu terras vizinhas a sua sesmaria¹².

Andrade & Lins (1984:93) fazem referência à doação de terras localizadas ao sul da Capitania, próximo ao rio do Extremo, Histimo ou das Jangadas, pertencentes a Jorge de Albuquerque Coelho (1592), quando se encontrava em Portugal, para um grupo de religiosos da ordem beneditina edificar engenhos e um mosteiro. Tendo frustrado a doação, o grupo dirige-se para Olinda. Infere-se, desta forma, que a área seria um território fronteiro à sesmaria de João Pais, e corresponderia à área da Ermida de São Gonçalo, esta já provavelmente existiria em um formato primitivo de capela, ou fora edificada anos após o estabelecimento da família de João Pais na região, como forma de assegurar as terras litorâneas do baixo Pirapama.

Com um patrimônio em ascensão, João Paes institui, em 1580, o Morgadio de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho,¹³ como forma de assegurar a permanência de seus bens nas mãos de seu primogênito, João Pais Barreto. Dentro deste cenário, o estudo

11 Distinguem-se engenhos d'água e trapiches; os primeiros eram chamados de reais por serem movidos a água e os segundos, trapiches movidos a tração animal. Os principais engenhos de João Pais eram movidos a água.

12 Segundo Andrade & Lins (1984:129-130), uma légua da sesmaria correspondia a 6.600 metros. Geralmente a área doada ao sesmeiro equivalia a pelo menos 43.560 km², ou 4.356 hectares, quase cem vezes maior, portanto, que a área média das propriedades atuais.

13 Com o morgadio, o patrimônio hereditário vinculava-se sucessoriamente ao primogênito, com exclusão dos demais, e só na falta dele aos seus imediatos, segundo a ordem de sucessão por direito estabelecida. (Andrade & Lins, 1982:15).

restringiu-se ao território do engenho Jurissaca¹⁴, por abranger as terras onde se localiza o objeto da pesquisa.

Antes da morte de João Pais, em 1617, destitui o Morgado em favor de sua filha, D. Catarina Barreto, doando o engenho Jurissaca (casa grande, capela, fábrica e senzala), o qual foi dado como dote de casamento, em 1614, para D. Luis de Souza Henriques. Os demais bens foram doados aos seus outros filhos.

Com o episódio da invasão holandesa sobre as terras da capitania pernambucana, em 1630, as propriedades do Cabo, “*núcleo da riqueza da terra e o centro de maior brilho da sociedade da capitania*” (Melo apud Andrade & Lins, 1984:97), sofreram grandes danos, como confiscos das terras e dos engenhos, saques, destruições das construções, assassinatos, entre outras práticas violentas.

Ressalta-se que muitos dos colonos portugueses preferiram destruir suas propriedades e plantações a entregar ao invasor holandês, fato este que, na historiografia consultada, não menciona danos ao Engenho Jurissaca ou à Ermida de São Gonçalo do Paiva, que neste período encontrava-se edificada. Apenas registra-se a retirada de D. Catarina Barreto para a Bahia, em 1635, e o confisco e venda do engenho para o judeu Moisés Navarro.

Após esse episódio, é mencionada a utilização da Ermida para reuniões de grupos de insurgentes em 1653 (Costa, 1923:353) e, no mesmo ano, tem-se o retorno da sua antiga proprietária para as terras do engenho Jurissaca. Por fim, tem-se a expulsão dos invasores holandeses e, com a Restauração Pernambucana, em 1654, o engenho Jurissaca, que antes da invasão chegava a produzir de 5.000 a 6.000 arrobas anuais de açúcar, começa a retomar as suas atividades e o processo de dilatação dos canaviais.

14 O engenho Jurissaca era classificado como engenho real, pois o mesmo tinha seu moinho movido a água.

5. A modificação da paisagem: uma estratégia de controle do espaço

Tanto a geografia física como a humana relaciona-se de maneira estreita com a arqueologia, possibilitando a elaboração de modelos interpretativos que auxiliam a leitura da paisagem do passado e de como os grupos humanos a utilizaram e modificaram.

A partir da análise da paisagem¹⁵, da estrutura¹⁶ e da cultura material existentes em superfície, foi possível perceber tais transformações e contextualizá-las no recorte temporal proposto, assim como identificar a importância da Ermida para o processo de colonização e o discurso ideológico existente, seu uso e forma para a manutenção da hegemonia dos grupos dominantes.

Ao transformar a paisagem, as formas arquitetônicas têm o poder de aproximar ou afastar as pessoas, de proibir ou convidar, de conectar ou separar, e assim por diante. Pode-se então deduzir que criar espaços é um meio de exercer poder, na medida em que eles reproduzem ou negam a organização social. (Medeiros, 2011:23).

Nesta perspectiva, a paisagem assume um papel primordial no contexto arqueológico e, segundo Medeiros (2011:23), “a paisagem é repleta de historicidade, marcada pela ação do tempo e dos seres humanos. Dentre seus componentes, a terra e as formas arquitetônicas constituem fontes potenciais para o estudo do contexto”. É através da análise do contexto que é possível inferir, “a percepção do espaço que cada grupo humano tinha, em diversas escalas, condicionadas as formas como nele pode intervir” (Oosterbeek, 2009). Segundo Boado (1999:23),

15 Para Santos (2008:103), paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.

16 Estrutura é qualquer evidência de presença humana, em um sítio arqueológico, que não pode ser removida. (Orser Jr., 1992:134).

[...] diferentes estrategias sociales de apropiación del espacio y, en definitiva, de construcción de paisajes arqueológicos, describiremos en éste de forma somera la metodología posible para, a través de la Arqueología, determinar la presencia de alguna de esas estrategias anteriores. El recurso básico de esta metodología consiste en utilizar como categoría operativa la noción de visibilidad. Esta puede ser definida como la forma de exhibir y destacar los productos de Cultura Material que reflejan la existencia de un grupo social.

A estratégia de visualização, neste caso, está estreitamente vinculada com o tipo de racionalidade espacial vigente e com o contexto histórico-cultural. Sendo assim,

[...] la percepción, como cualquier otra capacidad, está determinada socialmente. De este modo, aunque una cosa sea visible para nosotros o para sus autores, no tiene por qué ser percibida del mismo modo por ellos y por nosotros. A su vez, para que ese objeto pueda ser identificado, es necesario poseer un conocimiento previo del mismo que permita reconocer lo percibido a través de los sentidos. (Boado, 1999:23).

A Ermida, desta forma, assume uma relação histórica com a paisagem, imbuída nos discursos e estratégias dos grupos dominantes. Tal afirmação é percebida por Naasson Figuerêdo, durante a visita da comissão do Instituto Histórico, Geográfico e Archeologico Pernambucano, em 1928, às ruínas da Ermida, constando que o local onde está edificada demonstra que houve, por seus autores, “*um propósito de estratégia e resguardo na estrutura da obra*”. O seu plano de edificação indica a utilização como fortaleza, presente nas paredes largas, de um metro de espessura, na existência de seteiras e na localização privilegiada. Isto justifica, segundo Tenório (2006 apud Custódio, 2011:179), “*que muitos dos primeiros arquitetos do período colonial eram, até por força das circunstâncias, religiosos e militares*”.

A afirmação dos pesquisadores quanto à existência de um propósito de estratégia, uma intencionalidade para a edificação da Ermida, enquadra-se na mentalidade vigente de defesa do território e propagação da fé católica. Naasson chega até mesmo a afirmar que a edificação é contemporânea à Invasão Holandesa, mas Gomes (2006) acredita que a edificação apresenta características anteriores a esse período. Acredita-se que a referida edificação fazia parte da estratégia de alargamento das fronteiras territoriais, servindo de posto de controle durante o governo de Duarte Coelho (1535-1554), pois estaria atrelada à porção de terras pertencentes ao seu cunhado, Jorge de Albuquerque Coelho, que participou da conquista do território e doou, em 1592, aos frades e religiosos de São Bento. Com a invasão dos holandeses, em 1630, infere-se que já existia uma edificação primitiva no local, que foi apropriada por grupos que resistiram aos ataques flamengos nesta região e, posteriormente, anexada às terras do engenho Jurissaca, de propriedade de D. Catarina Pais Barreto, em 1643.

Desta forma, a região do Cabo de Santo Agostinho, uma das portas de entrada do Invasor na Capitania pernambucana, também foi palco de resistência luso-brasileira, tendo o Outeiro da Ermida de São Gonçalo do Paiva sido um reduto estratégico na paisagem da região, possibilitando as realizações das ações que culminaram na Insurreição Pernambucana e expulsão dos holandeses, em 1654.

Percebem-se, com a análise cartográfica, os fatores que remetem à escolha da Ermida (Figura1) como local estratégico durante o período da ocupação holandesa. Primeiro, a existência do porto de Suape e da área fortificada da Vila de Nazaré do Cabo de Santo Agostinho. Segundo, o acesso para o interior da capitania pelos rios, o que possibilitou a comunicação entre os insurgentes, além de a área ser favorecida pela existência de plantações, pesqueiros, caças e fontes de água doce, permitindo a permanência das tropas no local por longos períodos.

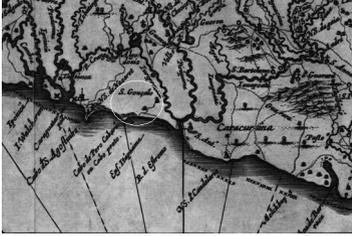


Figura 1: Mapa “Praefecturae Paranambucae pars Borealis” (trecho ampliado). Autor: Georg Markgraf (1610-1644). Fonte: Biblioteca Digital Mundial.

Foi possível também, com a leitura cartográfica do mapa de Georg Margraf, elaborar um modelo do controle visual do espaço, fator esse privilegiado pela topografia do lugar da Ermida. Para elaboração do mapa de “controle visual” (Figura2), consideramos os relatos históricos, os dados geográficos da região e a cartografia da época. Percebe-se, segundo Boado (1999:23), o domínio visual, o tipo de racionalidade e a estratégia utilizada (visibilidade e invisibilidade), que, no contexto da região, foram determinantes para a vitória dos luso-brasileiros.

Infere-se, portanto, que a Ermida exercia um “controle visual” da região, o que corrobora a hipótese levantada quanto a sua função inicial durante o processo de expansão da Capitania desde 1535, sendo posteriormente apropriada pelos insurgentes como núcleo de resistência contra a ocupação holandesa. A topografia privilegiada do local proporcionava o domínio visual dos portos ao sul, das movimentações das tropas por terra e da Ermida de Nossa Senhora de Nazaré, núcleo fortificado ocupado pelos invasores holandeses.

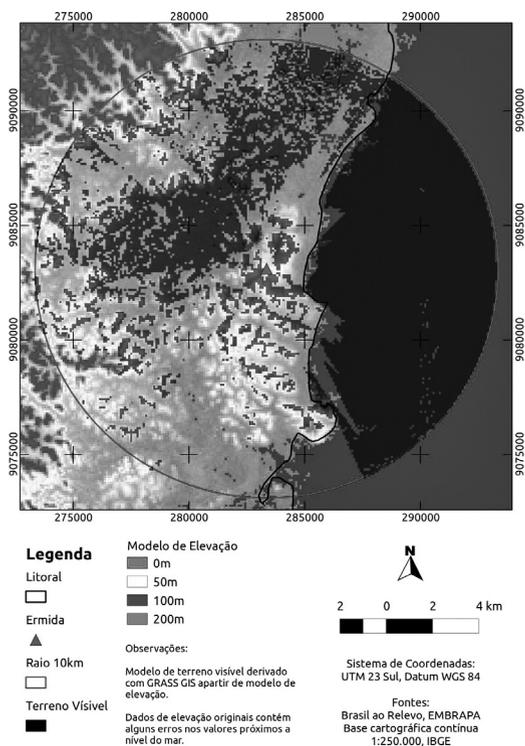


Figura 2: Mapa de alcance visual da Ermida de São Gonçalo do Paiva.
Autor: MaximJaffe.

6. A Ermida: a materialização do poder colonial

A capela rural, no contexto colonial, desempenhou um papel de poder religioso dentro da unidade econômica dos engenhos (Gomes, 2006). O engenho Jurissaca contava com todo o conjunto de prédios característicos dos engenhos de açúcar do século XVII e tinha, inserida em seu contexto, a Igreja de São João. A Ermida de São Gonçalo do Paiva, situada nas imediações deste Engenho, dispunha de características arquitetônicas acadêmicas, destoantes dos demais templos da região.

Para fins classificatórios, Gomes (2006) estabeleceu a divisão em três grupos de partidos diferentes e em ordem cronológica, para as ca-

pelos dos engenhos no Nordeste, embora nada impeça que um modelo do grupo I se reproduza no século XIX.

Sugere-se, portanto, que a Ermida funcionava como a apropriação do poder do Senhor de Engenho sobre a Igreja católica, em virtude de que, politicamente, as Ermidas não tinham jurisdição paroquial, ficando a cargo de particulares a sua edificação, manutenção e pagamento da permanência do religioso (ermitão) em suas dependências para as celebrações dos cultos religiosos. Esse fato corrobora a ideia de antiguidade para a Ermida e de reapropriação, antes mesmo da construção do conjunto do Engenho Jurissaca, como bem constata Gomes (2006), que, baseando-se na análise arquitetônica do prédio, afirma que: “*a Ermida de São Gonçalo do Paiva apresenta aspectos arquitetônicos singulares e a classifica tipologicamente como pertencente ao grupo 1 (I-A)*”, por possuir as seguintes características:

[...] este tipo tem somente os elementos básicos do grupo. [...] Trata-se de uma capela que pode não ter sido de um engenho propriamente dito, a ermida de São Gonçalo, em terras do antigo engenho Jurissaca, no Cabo. Ela possui ainda uma capela-mor de planta quadrada coberta com os restos de uma cúpula de alvenaria de tijolos [abóbada]. As paredes dessa capela-mor eram revestidas de azulejos tipo tapete.

A capela não possui originalmente uma sacristia. As paredes que lá se encontram, e que podem ter formado a sacristia posterior, não têm amarração com as paredes da capela-mor. Na frente da capela existe também uma saliência no terreno que poderia encobrir o que teria sido um adro ou as bases de um alpendre. A ermida é, com certeza, anterior à invasão dos holandeses. (Gomes, 2006:217).

Desta forma, a divisão espacial interna (Figura3) demonstra o caráter religioso do edifício, e a monumentalização interna e externa

evidencia o poder econômico do proprietário, visto que as Ermidas não estavam associadas diretamente às ordens religiosas da época.

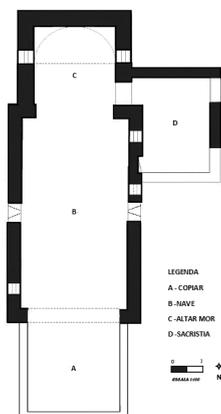


Figura 3: Planta baixa da Ermida de São Gonçalo do Paiva. Fonte: Próprio autor.

Já os elementos arquitetônicos comuns às edificações militares existentes no monumento denunciam a intencionalidade e uso militar da Ermida e, somados à topografia privilegiada, demonstram a estratégia utilizada como “ponto de controle” da paisagem. Andrade & Lins (1982:74), constatam que

As muralhas espessas como de praça forte e aqui e ali providas de seteiras foram construídas com pedaços de canga, fragmentos duma couraça ferruginosa típica dos solos tropicais, couraça cujos restos ainda se veem nas cercanias da ermida, bordando a beira de escarpados barrancos. Além da canga e da argamassa calcária, feita com óleo de baleia, que une os blocos, o arenito calcário do arco da capela-mor aparece também na sombreiras das portas e janelas. Tijolos pouco espessos, mal cozidos, formam os pequenos arcos dos pórticos laterais.

O estudo da estrutura arquitetônica da Ermida permitiu inferências, respaldadas na materialidade dos elementos apresentados (Figura 4). Para Saia (1939:249), a divisão do espaço e a existência do alpendre também nos informam como se comportava e dividia-se a sociedade. Ou seja, revelam a estratificação social existente, as condições impostas simbolicamente pela divisão do espaço interno. Assim como o emprego de determinados materiais construtivos e decorativos nas edificações pelos proprietários de engenhos valia-se da capacidade de “*controlar o espaço*”, como mecanismos para exercer e perpetuar o seu poder centralizador. (Zarankin, 2002:14).

7. Os artefatos: um símbolo de status

A cultura material¹⁷ existente nos sítios arqueológicos revela imediatamente características socioculturais do passado dos seus ocupantes, como viveram, utilizaram os recursos naturais, como interagiram entre si e com o ambiente. O estudo dos artefatos revela também preferências, modismos e adaptações, comuns a cada época da história da humanidade. A possibilidade de interpretação desses indícios explica-se pelo fato de os artefatos serem produtos do trabalho humano e, portanto, apresentarem necessariamente duas facetas: “*terem uma função primária (uma utilidade prática) e funções secundárias (simbólica)*” (Funari, 2003:33).

17 Para Renfrew&Bahn (2011:580), cultura material corresponde aos edifícios, ferramentas e outros artefatos que são os restos tangíveis de sociedades passadas.



Figura 4: Ruínas da abóbada (altar mor) e do nicho do orago da Ermida. Autora: Pâmara Araújo dos Santos.

Realizou-se, desta forma, uma prospecção superficial no entorno das ruínas da Ermida de São Gonçalo do Paiva, para levantar o potencial artefactual móvel do sítio. Foram evidenciados fragmentos de materiais construtivos, fragmentos de artefatos utilitários e bioartefatos. Os materiais construtivos presentes no sítio são designados de telhas coloniais, tijolos artesanais e lajotões, oriundos do período da colonização portuguesa no país, quando as técnicas de engenharia e arquitetura se adaptavam ao Novo Mundo.

Na área oeste da Ermida, próximo à parede dos fundos da sacristia, constatou-se a existência de pequenos fragmentos cerâmicos policrômicos nas cores azul, branca e amarela (Figura5). Estes provavelmente poderiam ter pertencido ao conjunto de azulejos¹⁸ que revestia todas as paredes internas da capela-mor, visto que tal artefato é conhe-

18 A designação azulejo é de origem espanhola e provém do árabe Az-zuayg, (HOLANDA, Aurélio Buarque. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Editora Nova Fronteira. p. 212), que quer dizer “*pequena pedra lustrosa*”, nada tendo a ver com a predominância da cor azul cobalto, muito usada na azulejaria dos séculos XVII e XVIII e mesmo XIX, como o nome poderia sugerir.

cido historicamente e os vestígios indiretos¹⁹ dos azulejos ainda estão presentes em todas as paredes da capela-mor.



Figura 5: Fragmento cerâmico policrômico (azulejo). Fonte: Próprio autor.

Fez-se necessária uma investigação, para corroborar tal afirmação e identificar o padrão decorativo, que é descrito na literatura histórica como pertencente ao estilo “tapete”, de influência árabe. Portanto, aprofundamos a pesquisa artefactual nestes elementos, devido ao seu potencial informativo, visto que:

Mesmo quando ele não é historiado, quando é um azulejo de tapete ou decorativo, o azulejo diz, de alguma forma, direta ou indireta, como as coisas se passam. [...] a história do azulejo no Brasil é a história da economia do país, que se reporta à história do Império Ultramari-

19 Prous (1992:26) chama vestígios indiretos objetos ou estruturas ausentes do lugar onde se poderia esperar que existissem (vestígios negativos), ou que sugerem a existência de outros objetos ou atividades, cujas marcas diretas não são encontradas no sítio (vestígios sugestivos).

no Português e à importância relativa que, em diferentes momentos, o Brasil teve dentro desse conjunto. Assim, os azulejos mais antigos que possuímo sem quantidade significativa são do século XVII e estão concentrados na região Nordeste, devido à economia açucareira, à agroindústria, aos engenhos, à riqueza. Em nossa colonização, pela primeira vez fora implantado um sistema de produção. Até então, nas terras conquistadas pela Espanha, por exemplo, só eran praticadas atividades extrativistas. (Cavalcanti et al, 2002:28).

Através do levantamento bibliográfico, chegou-se a resultados surpreendentes sobre os referidos fragmentos, agora identificados como faiança azulejar²⁰, pertencentes ao primeiro ciclo de azulejos produzido em Portugal do século XII, dados estes confirmados por suas características morfológicas e tipológicas, onde

A maior parte dos azulejos, que se encontram no Brasil, são de origem portuguesa; só poucos saíram de olarias holandesas. As faianças neerlandesas não se confundem facilmente com as lusitanas, pois divergem, tanto na fabricação e nas dimensões como nos temas representados. J. Queiroz afirma que os azulejos holandeses são de pintura mais fina, de melhor esmalte e têm quase a metade da espessura dos portugueses; nas dimensões há, aproximadamente, um centímetro de diferença, pois aquêles possuem 13:13 cm e êste 14:14 cm. (Riley, 2004:12).

Munidos desta informação, foi possível verificar a existência deste tipo específico e raro de azulejos nas edificações religiosas do

20 “O vidrado de estanho é essencialmente um vidrado de chumbo transparente que se torna branco com a adição de óxido de estanho. [...] As cores provinham de óxidos metálicos, a saber: o azul do cobalto, o verde do cobre, o púrpura do manganês, o amarelo do antimônio e do chumbo, os vermelhos e os castanhos do ferro. Os pigmentos eram moídos até ficarem em pó e, depois, aplicados em forma líquida.” (Riley, 2004:16).

Nordeste. Na igreja Franciscana de João Pessoa, Paraíba, Convento de São Francisco de Cairu, em Cachoeira, Bahia e no Colégio Jesuíta e Igreja da Sé de Olinda, Pernambuco. Esta última nos forneceu um exemplar do padrão decorativo existente no revestimento azulejar na Ermida de São Gonçalo do Paiva (Figura 6).

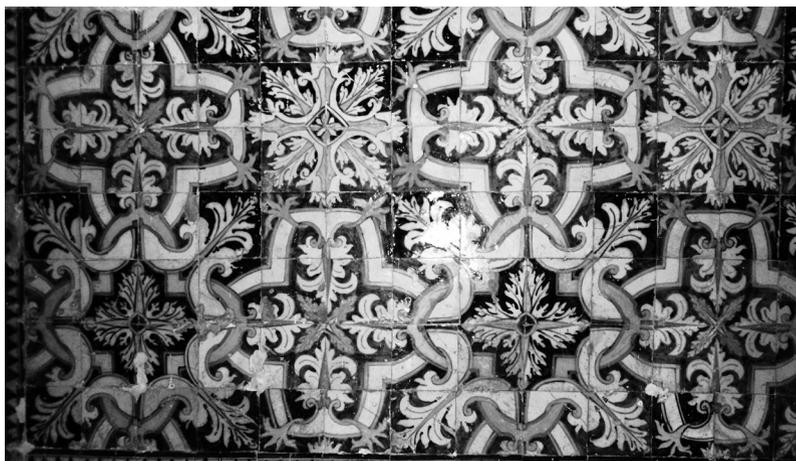


Figura 6: Painez azulejar, Sé de Olinda–PE.
Fonte: Próprio autor.

Neste caso, o valor comercial e estético dos azulejos tapetados²¹ configura uma monumentalidade interior da Ermida. O emprego deste artefato, portanto, atendia a uma necessidade de ostentação e manutenção do poder central de uma classe social muito abastada. Segundo Telles (2002:28), “o término da ocupação holandesa trouxe uma retomada geral de construções, reconstruções e ampliações de igrejas e conventos por parta das ordens religiosas”. A Colônia, agora reorganizada, passa a apre-

21 Os azulejos do século XVII trazidos para o Brasil foram chamados de tapetes. De origem muçulmana, sua decoração era simétrica, ordenada, como os tapetes orientais. Suas cores são tricrônicas e as mais comuns são o amarelo, o azul, e o branco, com ornamentações geométricas, laçarias, arabescos e motivos florais estilizados de técnica de majólica. (Amaral, 2013).

sentar um crescimento econômico, um momento de extrema riqueza (Dias, 2001:28).

Diante de tais fatos, o que justificaria o emprego de um artefato de elevado custo, importado de Portugal, difícil de ser transportado e dependente de artífices especializados para o seu assentamento, em um templo isolado e distante dos principais núcleos de povoação da Capitania?

Foi a partir de uma fonte histórica êmica, existente no relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil, datado de 10 de dezembro de 1639, que foi possível constatar a existência de uma estrutura social nos engenhos da região sul da Capitania. Segundo Mello (1981:133),

[...] a visão de um engenho é sempre a da dualidade senhor-escravo. A realidade é diversa: num engenho, abaixo do proprietário, da família deste e do capelão, havia um grupo variado de profissionais especializados no fabrico do açúcar; um outro de agricultores, os lavradores, também com suas famílias e com seus capitais representados em escravos, bois de carro, canaviais plantados nos “partidos” etc; [...], também a existência de certo número de “moradores” livres, autorizados pelo senhor a permanecer no engenho, onde faziam pequenas plantações e prestavam serviços. A documentação do período holandês permite perceber a existência desses “moradores” na área açucareira. Abaixo desses grupos estavam os índios engajados e os escravos negros. Portanto, varios níveis sociais e não apenas dois.

A sociedade do açúcar, a partir desta perspectiva, é fortemente marcada por uma estratificação social complexa²². Isso fica evidente na

22 O esboço da estratificação social da civilização do açúcar, para os engenhos da Região sul de Pernambuco, com base na descrição de Louis-François Tollenare (1780 – 1853) é composto por: Proprietário do Engenho; Família do Proprietário; Capelão; Profissionais Especializados; Agricultores e Família; Lavradores de cana-de-açúcar e Família; Moradores Livres; Índios Engajados e Escravos Negros.

produção e padrão de consumo da cultura material destes grupos, reflexo da cultura dominante do Velho Mundo na Colônia. Segundo Etchevarne (2006:54),

[...] os engenhos de açúcar, além da sua função produtiva, foram lugares onde os grupos sociais elitizados, as famílias dos proprietários, podiam demonstrar seu prestígio e poder econômico, apegando-se aos modismos da metrópole e, obviamente, adaptando-os.

A região do Baixo Pirapama, onde se situam as terras do Engenho Jurissaca, compunha um cenário social e econômico dinâmico, múltiplo e socialmente estratificado. Hodder (apud Trigger, 2004:343) afirma que

[...] a cultura material não é um mero reflexo da adaptação ecológica ou da organização sociopolítica; também constitui um elemento ativo nas relações entre grupos, elemento que tanto pode ser usado para disfarçar relações sociais como para refletir. [...] Grupos de Status elevado empregam ativamente a cultura material para legitimar sua autoridade.

Desta forma, a civilização do açúcar não deve ser retratada apenas do ponto de vista documental. Tem que se contextualizar e confrontar com as evidências materiais existentes em cada contexto, evitando, assim, generalizações que não sustentam a sua realidade. Explicar o período colonial unicamente através do viés documental é deixar de lado todo um arcabouço mental utilizado para movimentar uma estrutura complexa que caracterizou a Empresa Colonial.

A Ermida configurou, desta forma, o centro do controle social, cultural e religioso, visível por todos, mas pertencente a poucos. A unidade funcional do engenho, vista nesta perspectiva, toma a proporção de uma esfera de dominação espacial ampla e composta para além da enraizada estrutura da casa-grande, capela, senzala e fábrica.

Silva (1897 apud Andrade & Lins, 1982:117) menciona que a lousa sepulcral de D. Catarina Barreto foi recolhida à capela de S. José da praia do Paiva, a qual cobria o túmulo da mesma na capela de São Gonçalo. Este relato atesta o valor simbólico que a Ermida tinha para os proprietários do engenho Jurissaca, os quais provavelmente foram seus maiores investidores. Visto que o templo não tinha jurisdição paroquial e todas as despesas eram mantidas por particulares, neste caso a família Paes Barreto.

Mesmo localizado fora do contexto edificado do engenho, o templo tinha uma função maior que a própria capela existente no Engenho. A Ermida funcionava como demonstração do poder do Senhor de Engenho. Esse elemento, ao mesmo tempo em que unia os grupos, mostrava o lugar a ser ocupado por cada um destes. O grupo dominante o utilizou como um elemento afirmador da sua condição de superioridade diante da sociedade colonial.

8. Considerações finais

A Ermida desempenhou um papel múltiplo e dinâmico, diante do contexto histórico do processo de colonização. Esse superartefato foi re-significado dentro de cada momento histórico, e suas estruturas utilizadas para atender aos interesses das classes detentoras do poder, durante o processo de colonização e perpetuados até os dias atuais.

O monumento foi utilizado na cultura da sociedade do açúcar, como “*indicador de relações sociais*” e também como “*mediador das atividades humanas*” (Funari, 2003:15), e desempenhou a função primária de templo religioso católico, e também a secundária, como reduto militar e símbolo de ostentação social.

O primeiro momento é marcado com a chegada do primeiro Capitão-donatário da Capitania de Pernambuco, em 1535, quando a edificação dos primeiros templos atendia à estratégia de colonização do espaço, funcionando como pontos específicos na paisagem para o desenvolvimento das vilas e engenhos.

No segundo momento (1630), a Capitania passa por uma mudança política e administrativa, agora sob a égide do poder do invasor holandês. A Ermida, localizada em um ponto estratégico, dotada de aspectos da arquitetura militar-religiosa, torna-se um reduto de resistência

e local seguro para as reuniões dos insurgentes, a tática agora é a de um monumento “invisível” aos olhos dos inimigos.

No terceiro momento (1654), tem-se a restauração do poder político administrativo anterior (português), culminando na expulsão do invasor (holandês), com a retomada dos engenhos por seus antigos proprietários luso-brasileiros e o retorno do fervor religioso católico. Fica evidente que a Ermida passa a ser novamente um referencial visível na paisagem, símbolo de poder econômico e religioso, constatados com as ampliações dos espaços físicos, como o copiar e a sacristia, assim como com o emprego de materiais suntuosos no corpo do edifício, por exemplo, os azulejos.

A materialidade da cultura humana é sujeita a várias re-significações, interpretações e não poderia ser diferente para o período colonial do Brasil, onde, distante da Metrópole portuguesa, fundiram-se estratégias de controle, muitas destas, importadas e adaptadas às novas culturas recém contatadas.

Muitos destes mecanismos jamais serão passíveis de identificação, pois pertencem à dinâmica cultural imaterial e não material. Mas aqueles que se valeram das estruturas edificadas para coagir, submeter e reprimir são arquivos prontos a serem acessados e decodificados. A história nos fornece esses códigos, e o arqueólogo tem de saber como manuseá-los. Não é uma tarefa fácil, este deve saber conduzir a pesquisa, dialogando com as mais variadas disciplinas que possam dar suporte para ir além do convencional.

A estrutura da Ermida de São Gonçalo do Paiva demonstra que, desde a escolha de seu local de edificação, a preferência por determinados materiais construtivos e as utilizações são indicadores das relações e estruturas sociais existentes, as quais são fontes inesgotáveis de novas pesquisas e inferências.

O estado atual das ruínas da Ermida de São Gonçalo do Paiva reflete o completo abandono em que se encontra este sítio arqueológico histórico. Não é por se tratar de uma edificação símbolo da classe dominante que merece ser preservado, mas como referencial histórico para que as próximas gerações questionem as políticas existentes no país, que, mesmo passados cinco séculos da colonização, são praticamente as mesmas.

Agradecimentos

A Universidade Federal do Vale do São Francisco e ao corpo docente do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato – PI.

Referências bibliográficas

AIRES, M. G. & ALBUQUERQUE, M. 1996 Igrejas e capelas das Capitanias de Pernambuco e Itamaracá no século XVI. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 4., 1996, Recife. *Resumos...* Recife: UFPE/PROPESQ. 466pp.

AMARAL, L. S. *Arquitetura e Arte decorativa do Azulejo no Brasil*. Disponível em: <www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/2/arq_e_arte_decorativa_do_azulejo_no_brasil.pdf>. Acesso em: 11 maio 2013.

ANDRADE, G. O. de; LINS, R. C.; BARRETO, Silvio Pais. 1882 *João Pais do Cabo: o patriarca, seus filhos, seus engenhos*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco. 146pp.

ANDRADE, G. O. de; LINS, R. C. 1984 *Pirapama: um estudo geográfico e histórico*. Recife, Massangana. 224pp.

BLUTEAU, R. 1728 *Vocabulárioportuguez& latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus. 8 v.

BOADO, F. C. 1999 Del terreno al Espacio: Planteamientos y perspectivas para la Arqueología Del Paisaje. *CAPA, Criterios y convenciones en Arqueología Del Paisaje*, Santiago de Compostela, Espanha, 06:1-82.

CAVALCANTI, S. T. de H.; CRUZ, A. de M. E. 2002 *O azulejo na Arquitetura Civil de Pernambuco, século XIX*. São Paulo, Metalivros. 192pp.

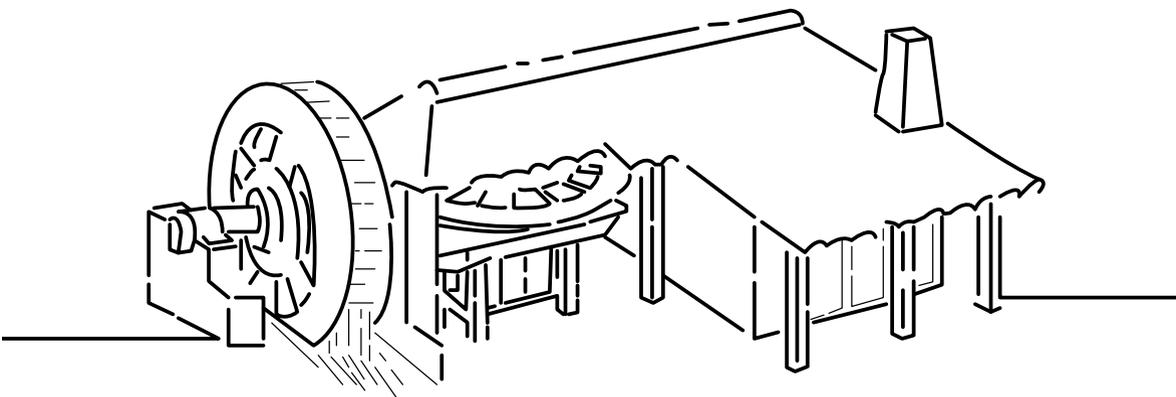
COSTA, F. A. P. da. 1983 *Anais pernambucanos 1591-1654*. Prefácio de José Costa Porto. Aditamentos e correções de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais. V. 2 il. (Coleção pernambucana - 2ª. Faze, 3).

CUSTÓDIO, J. A. C. 2011 A Arquitetura de defesa no Brasil colonial. *Discursos fotográficos*, Londrina, 7:173-194.

D'ARAUJO, A. L. 2000 *Arte no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Revan. 272pp.

- DEAN, W. 1996 *A ferro e fogo: a história da Mata Atlântica brasileira*. Trad. de C. K. Morreira. São Paulo, Companhia das Letras. 488pp.
- DIAS, M. C. V. L. (Org.). 2000 *Patrimônio Azulejar Brasileiro. Aspectos históricos e de conservação*. Brasília, Ministério da Cultura. 195pp.
- ETCHEVARNE, C. 2006 *Aspectos da Cerâmica Colonial do Século XII, em Salvador, Bahia*. *CLIO, Série Arqueológica, Recife*, 20:53-79.
- FAUSTO, B. (Org.). 2009 *O Brasil Colonial (1500-1822)*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. pp. 9-76.
- FUNARI, P. P. A. 2003 *Arqueologia*. São Paulo, Contexto. 126pp.
- FUNARI, P. P. A. 1998 *Arqueologia, história e arqueologia histórica no contexto sul-americano*. In: FUNARI, P. P. A. (Org.). *Arqueologia histórica e cultura material*. Campinas-SP, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. pp. 7-34.
- GOMES, G. 2006 *Engenho e arquitetura*. Recife, Massangana, 416pp.
- HOORNAERT, E. 1974 *Formação do Catolicismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes. 140pp.
- HOORNAERT, E.; AZZI, R.; GRIJP, K. V. D.; BROD, B. 1992 *A História da Igreja no Brasil*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes. 442pp.
- MARCGRAF, G. *Praefecturae Paranambucae pars Borealis, una cum Praefectura de Itamaracá*. [Material cartográfico] / [Georg Markgraf]. - Escala [ca 1:440000], 4 Milliarum Germanicarum 15 uni gradibus respondentia = [6,75 cm]. - [Amstelodami:extypographeio Joannis Blaev, 1647]. - 1 mapa: gravura, p&b; 42,00x54,30 cm em folha de 51,50x63,00 cm. Disponível em: <<http://purl.pt/4068/1/P1.html>>. Acesso em: 04 maio 2011.
- MEDEIROS, M. C. de. 2011. *A lógica de planejamento português na Capitania de Pernambuco – 1535 a 1555*. Tese de Doutorado. Interior-Covilhã, Portugal, Universidade da Beira. 284pp.
- MELLO, J. A. G. de. 1981 *Fontes para a História do Brasil Holandês: 1. A Economia Açucareira*. Recife, Parque Histórico Nacional dos Guararapes/MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória. 506pp.
- OOSTERBEEK, L. 2009 *Arqueologia da Paisagem do Sul do Brasil*. Erechim-RS, Habilis. 146pp.
- ORSER JR., C. E. 1992. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Trad. de P. P. A. Funari. Belo Horizonte, Oficina de livros. 142pp.
- PRADO JR, C. 2006 *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense. 366pp.

- PROUS, A. 1992 *Arqueologia Brasileira*. Brasília, Editora UnB. 613pp.
- RENFREW, C.; BAHN, P. 2011 *Arqueología. Teorías, métodos y prácticas*. Madrid, Ediciones Akal. 659pp.
- RILEY, N. 2004 *A arte do Azulejo: A História – As técnicas – Os artistas*. Lisboa, ed. Estampa. 165pp.
- SAIA, L. S. 1939 O alpendre nas capelas brasileiras. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 03:235–259.
- SANTOS, M. 2008 *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 392pp.
- TELLES, C. da S. 1970 *Atlas dos monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. Claustro do covento Franciscano*. João Pessoa-PB, Instituto Moreira Salles. 352pp.
- TRIGGER, B. G. 2004 *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo, ed. Odysseus. 629pp.
- ZARANKIN, A. 2002 *Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista. O caso de Buenos Aires*. Campinas, ed. CHAA-IFICH- UNICAMP/FAPESP. 182pp.
- SILVEIRA, Martha Luciana. Introdução a teoria da cor. Editora UTFPR, 2011.
- RELATÓRIO FINAL – IPHAN-PE. INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS. Org. OLIVEIRA, C. A. - Relatório Capela Velha- Belo Monte. Pernambuco, 2015.
- RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS PARA O CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR FORRAGEIRA EM RONDÔNIA Nº21, nov./00, p.1-5 http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Rt_21_00ofkvoqne702wyiv8osq98yqvmh7ouy.PDF.



PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA SESMARIA JAGUARIBE

Maria Aparecida da Silva Oliveira¹

Neuvânia Curty Ghetti²

Cláudia Alves de Oliveira³

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação do Departamento de Arqueologia, CFCH, UFPE.

2 Prof^a Coordenadora do Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauração – LACOR, Departamento de Arqueologia, CFCH, UFPE.

3 Prof^a Coordenadora do Laboratório de Estudos Arqueológicos – LEA, Departamento de Arqueologia, CFCH, UFPE.

1. Introdução

A preservação e a conservação de sítios arqueológicos têm como eixo norteador o pensamento atual que é entender a preservação como um ato de cultura, no qual se dá importância relevante aos aspectos estéticos, históricos, paisagísticos, memoriais e simbólicos, podendo ainda apresentar-se com fins educativos. Entende-se, dessa forma, que o papel da preservação do patrimônio cultural assume contornos mais densos e profundos que a ideia de simples preservação material de edifícios e monumentos. Sendo assim, este trabalho busca trazer para o centro das discussões a consolidação de propostas, metodologias e ações de salvaguarda, visando a preservação do patrimônio arqueológico e a renovação de políticas culturais para a área da Sesmaria Jaguaribe. Com isso, o objetivo principal deste trabalho é elaborar um Plano de Diretrizes que contemple ações diretas e indiretas, em ordem de priorização, para a preservação dos sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe. Os estudos na área da antiga Sesmaria Jaguaribe, hoje território dos municípios de Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, localizados no litoral norte do estado de Pernambuco, iniciaram em 2001 com o projeto “Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe”, que visou o cadastramento dos sítios arqueológicos na área, buscando compreender o processo de assentamento das populações pré-históricas e do sistema colonial português. No cadastro, foram identificados 13 sítios arqueológicos. Destes, 07 são sítios arqueológicos históricos, 04 são pré-históricos e 02 são pré-históricos e históricos. Em 2005, foram intensificados os estudos na Fazenda de São Bento de Jaguaribe, na casa de vivenda, evidenciando ainda os remanescentes das estruturas arquitetônicas superficiais que se referiam às Senzalas/pavilhão erguidas nos séculos XVIII e XIX. A preservação do patrimônio cultural e arqueológico é, na verdade, uma forma de proteção à própria dignidade da pessoa humana, partindo do pressuposto de que o homem só é respeitado integralmente quando a sua cultura e a formação também são respeitadas. As políticas públicas na área da cultura, expressas em programas e ações, são significativas, e possibilitam ações para, num plano comum, compatibilizar os objetivos da preservação do patrimônio, da diversidade e das identidades com a dimensão econômica e geração de renda para a população local. Nesse sentido, o resultado desta pesquisa apresenta uma proposta de Con-

servação para os Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe que poderá subsidiar um Plano Municipal de Cultura com diretrizes prioritárias, compondo metas que contemplem as necessidades locais e colaborem para a preservação dos sítios arqueológicos e de seus remanescentes.

2. Fundamentação teórica – A proteção do patrimônio cultural e arqueológico

2.1 A gestão da conservação do patrimônio cultural: Conceitos e práticas

As práticas recentes de gestão para o patrimônio cultural têm seguido, com frequência, os fundamentos do planejamento estratégico inter-relacionado com a teoria do desenvolvimento sustentável e da conservação do patrimônio cultural. Essas práticas buscam orientar intervenções com eficiência e eficácia, isto é, objetivam minimizar as perdas sociais e os vestígios da história (PONTUAL, 2002).

Para isso, a gestão da conservação do patrimônio cultural, com a perspectiva da sustentabilidade e das ações estratégicas, deve garantir a sensibilização da sociedade para a importância dos bens culturais; garantir a manutenção do que existe de específico, de irreprodutível, de não-renovável; incorporando novos objetivos econômicos e sociais e promover um contínuo monitoramento do estado de conservação e estratégias de sustentabilidade.

Do ponto de vista da sustentabilidade, a possibilidade de uso do patrimônio, deve estar ligada diretamente às atividades da própria comunidade, representada por seus diversos atores sociais e nela própria encontrar, assim, estímulos para múltiplas iniciativas de planejamento, gestão, controle e também do desenvolvimento de atividades sócio-econômicas como, por exemplo, atividades turísticas, agrícolas, gastronômicas, artesanais, industriais, comerciais – que contribuíssem para a continuidade qualitativa do uso do patrimônio num determinado local.

A noção de Preservação se ampliou, transcendendo as questões patrimoniais propriamente ditas, para atender às estratégias e objetivos de valorização do lugar, levadas também pela perspectiva da sus-

tentabilidade. Esses elementos encontram-se alocados dentro das chamadas “dimensões da sustentabilidade”. Algumas dessas dimensões são: a social, a econômica, a histórico-cultural, a ambiental, a político-institucional e a espacial.

Segundo Saviolo, Delamarco e Bartholo (2005), é indispensável ter consciência de que a sustentabilidade de uma dimensão de um fenômeno complexo não garante a sustentabilidade das outras dimensões.

As dimensões apresentadas a seguir não existem isoladamente, mas se referem às possibilidades integradas de desenvolvimento futuro, sustentável, de um todo – um território, um lugar, uma cidade, uma região, um país, um continente, o planeta. (OLIVEIRA, 2003, p. 19).

A **dimensão social** apresenta entre seus principais objetivos a garantia de distribuição dos recursos existentes e renda entre todos e a melhoria da qualidade de vida da população, seu acesso a bens, direitos e serviços básicos tais como educação, saúde, saneamento, transporte, habitação, entre outros

A **dimensão econômica** visa à gestão e a aplicação mais eficiente dos recursos, tendo em vista suprir as necessidades da sociedade.

A **dimensão histórico-cultural** se refere à garantia da preservação das diversidades culturais, preexistentes e em permanente adaptação nos diferentes territórios, respeitando as especificidades locais.

A **dimensão ambiental** objetiva a conservação e a utilização racional e adequada dos recursos naturais que são incorporados nas atividades produtivas. Existem recursos naturais renováveis e não renováveis, assim devem ser verificadas a capacidade dos ecossistemas de absorver e de se recuperar das agressões promovidas pelo homem e minimizá-las sempre que possível.

A **dimensão político-institucional** – está diretamente relacionada à readequação das instituições reguladoras da sociedade com a introdução das dimensões social e política da sustentabilidade nas suas ações, ou seja, a formulação e implementação de políticas públicas às condições de governabilidade e à prática da governança.

A **dimensão espacial ou territorial** – caracteriza a territorialidade, construída ao longo de um processo histórico e dialético entre a espacialidade geográfica, a organização ecológica e a significação cultural.

As discussões teóricas acerca da sustentabilidade têm identificado que não é possível conceber a existência de uma forma única de apropriação e de uso do meio ambiente (natural ou construído), dada

a diversidade de sistemas, ecossistemas, recursos naturais ou cidades com seus respectivos patrimônios construídos e naturezas próprias.

Sob a ótica da sustentabilidade, o uso e a apropriação do patrimônio deixam sinais impressos no objeto físico e no cotidiano dos lugares, nos hábitos, nas crenças e ações de uma comunidade. Sendo assim, é preciso considerar a posição do homem dentro de sua cultura, sua forma de entender e compreender os fenômenos que o cercam, os aspectos cognitivos e experimentais compartilhados por um grupo da população, mediante uma representação coletiva da memória e das formas de se relacionar com o espaço físico.

Assim, novos rumos para a preservação se apresentam e se mostram num movimento que é cíclico e crescente, como uma espiral, que ao fechar um ciclo inicia um outro, re-alimentando-o e re-qualificando-o. Desse modo, com a energia adquirida, ele se eleva a um novo estágio de desenvolvimento, que vai se ampliando por ressonância, dinamizando a percepção para a complexidade dos fenômenos envolvidos.

Nesse sentido, destaca-se o território da Sesmaria Jaguaribe, sendo formado por um conjunto de bens culturais e patrimoniais, históricos e pré-históricos entendidos em seus contextos inter-relacionados e interdependentes cuja dinâmica de funcionamento se movimenta em direção a um objetivo comum – a preservação do patrimônio cultural.

Além do citado, segundo Williams e Gill (apud THEOBALD, 2002) baseando-se na comunidade e no bem patrimonial específico e respaldado em formas sustentáveis de uso do patrimônio são enfatizados os seguintes aspectos:

- um desenvolvimento que reflita o caráter cultural, histórico e pré-histórico sensível à herança cultural e ao ambiente;
- a preservação, proteção e melhoria da qualidade do recurso cultural e do lugar;
- a criação de serviços que melhorem os recursos ambientais e a herança cultural local;
- um movimento que represente um avanço na qualidade de vida da comunidade e do lugar.

Estes aspectos considerados nos estudos para a sustentabilidade permitem praticar ações de preservação que podem ser embasadas nos modelos do controle ambiental, segundo a visão ecológica, onde se relacionam os mecanismos da sustentabilidade com a preservação do bem patrimonial.

Segundo Jokilehto (2002), a evolução dos conceitos relacionados com a definição, proteção, restauração e conservação do patrimônio cultural mostra que a sociedade atravessou um processo de transformação, resultando em julgamentos de valores, valores esses como produtos de processos culturais e relativos à culturas envolvidas, levando ao reconhecimento da pluralidade de valores e diversidade cultural na sociedade.

Assim, Jokilehto (2002) destaca que as atividades humanas são consideradas uma representação do universo da humanidade e que cada expressão genuína de uma cultura individual pode ser associada com valor universal como parte do todo.

Consideramos que as localidades ao se requalificarem, são entendidas como as mais representativas, expressões autênticas de tipos particulares de patrimônio em cada cultura, ou culturas e incluem valores culturais, como valões de identidade (idade, tradição, espiritual, simbólico); valores sócio-econômicos; valores funcionais e de uso, incluindo o turismo e valor político.

Nesse sentido, recorreremos à proposta de aplicação do conceito de conservação integrada aplicado à Sesmaria Jaguaribe, com vistas a alcançar a aplicação de técnicas de restauração sensíveis, pela escolha correta de funções apropriadas no contexto das áreas históricas, levando em conta a pluralidade de valores, tanto econômicos como culturais, e visando a julgamentos e decisões equilibradas.

2.2 Cartas patrimoniais, legislação nacional e gestão do patrimônio arqueológico

A proteção do patrimônio cultural, especialmente do patrimônio arqueológico, como é o caso da antiga Sesmaria Jaguaribe, em Pernambuco, advém da aplicação das cartas patrimoniais, entre outros instrumentos que contenham normas, procedimentos e conceitos que fundamentam a prática da conservação.

Inúmeras cartas patrimoniais, quer no âmbito internacional como nacional, foram escritas nas últimas cinco décadas (Tabela 1). Participaram da elaboração das mesmas entidades como a ONU, a UNESCO e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Essas cartas e recomendações apresentam uma síntese filosófica da prática da proteção e conservação dos monumentos no momento em que foram

publicadas. Sua importância está relacionada ao auxílio na criação de leis de proteção do patrimônio cultural, melhorar a gestão do dinheiro público dispendido e a qualidade de vida da população usuária e moradora dos edifícios e áreas de preservação do patrimônio (Corrêa, 2012).

No final da Primeira Guerra Mundial, é redigida em conferência entre os países europeus a primeira carta patrimonial internacional, voltada à restauração do patrimônio destruído naquele contexto histórico: a Carta de Atenas, em 1931. Passava a ser de interesse dos Estados Nacionais a criação de uma unidade internacional para entender, intervir e realizar o gerenciamento do patrimônio cultural. O título de patrimônio da humanidade, instituído pela UNESCO nos anos 1970 dará origem a inúmeras cartas patrimoniais subsequentes. Nessas circunstâncias, as cartas têm procurado consolidar os princípios relativos à conservação e à salvaguarda dos bens da lista do patrimônio mundial. Ainda, cada país, com seus contextos políticos, sociais e culturais específicos, produziram e ainda produzem cartas diferenciadas e complementares entre si.

Cartas Patrimoniais Nacionais e Internacionais listadas por Cury (2000)		
Documento	Contexto da criação ou objetivos	Ano
I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural	Síntese preliminar das discussões feitas durante o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, e documento Subsídio para a II CNC do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural.	Mar. 2010
Cartagena de Índias, Colômbia	Decisão nº 460 sobre proteção, recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina	Mai. 1999
Declaração de Sofia	Declaração de Sofia de 09 de outubro de 1996, elaborada durante a XI Assembleia Geral do ICOMOS.	Out. 1996

>

Cartas Patrimoniais Nacionais e Internacionais listadas por Cury (2000)

Documento	Contexto da criação ou objetivos	Ano
Recomendação Europa	Recomendação Europa sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais com as políticas paisagísticas, adotada pelo Comitê de Ministros por ocasião do 543º encontro de vice-ministros.	Set. 1995
Conferência de Nara	Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial	Nov. 1994
Carta do Rio	Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	Jun. 1992
Carta de Lausanne	Carta para a Gestão e Proteção do Patrimônio Arqueológico. No seu artigo 8 estabelece normas para a GPA: A gestão do patrimônio arqueológico exige o domínio de numerosas disciplinas em elevado nível científico.	1990
Carta de Cabo Frio	Encontro de Civilizações nas Américas	Out. 1989
Carta de Washington	Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas	1987
Declaração do México	Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais.	1985
Declaração de Nairóbi	Assembleia Mundial dos Estados, no Quênia.	Mai. 1982
Carta de Burra	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, na Austrália.	1980
Carta de Machu Picchu	Encontro Internacional de Arquitetos	Dez. 1977
Recomendações de Nairóbi	19ª Sessão da UNESCO	Nov. 1976
Carta do Turismo Cultural	Seminário Internacional de Turismo	Nov. 1976
Declaração de Amsterdã	Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu	Out. 1975

>

Cartas Patrimoniais Nacionais e Internacionais listadas por Cury (2000)

Documento	Contexto da criação ou objetivos	Ano
Resolução de São Domingos	. I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano, pela OEA	Dez. 1974
Recomendação Paris	Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural	Nov. 1972
Carta do Restauro	Carta do Restauro, do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália	Abr. 1972
Compromisso de Salvador	II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Natural do Brasil	Out. 1971
Recomendação Paris	Conferência Geral da UNESCO – 15ª Sessão – Paris Recomendação sobre Obras Públicas: A preservação, ou o salvamento, dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas deveria ser assegurada pelos meios abaixo relacionados, cabendo à legislação e à organização de cada Estado precisar as medidas: legislação; financiamento; medidas administrativas; Métodos de preservação e salvamento de bens culturais; Sanções; Reparações; Recompensas; Assessoramento e Programas Educativos.	Nov. 1968
Normas de Quito	Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico	Nov. Dez. 1967
Carta de Veneza	II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos	Mai. 1964
Recomendação Paris	12ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas	Dez. 1962
Recomendação de Nova Delhi	9º Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas	Nov. 1956

>

Cartas Patrimoniais Nacionais e Internacionais listadas por Cury (2000)		
Documento	Contexto da criação ou objetivos	Ano
Carta de Atenas – Sociedade das Nações	Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus.	Out. 1931
Carta de Pero Vaz de Caminha*	Primeira obra literária brasileira. Relata o descobrimento e descreve os primeiros contatos com a terra e seus habitantes	Mai. 1500

Tabela 1: Síntese das Cartas Patrimoniais e documentos correlatos nacionais e internacionais listados por Cury (2000).

Fonte: adaptado de Cury (2000). *A Carta de Pero Vaz de Caminha é um documento histórico que está incluído na categoria dos documentos dos viajantes dos séculos XVI ao XIX ao Brasil, não representando propriamente uma carta patrimonial.

A Carta de Atenas de 1931 identificava a importância da preservação do patrimônio para a humanidade como um todo, com a participação de vários países e o uso dos monumentos (bens culturais imóveis), conforme os seus significados históricos. No momento histórico da sua elaboração, objetivava a proteção dos monumentos nacionais. Esse documento enfatizava a manutenção permanente, evitando grandes intervenções de restauração. Sob esse aspecto, a carta incentiva a aplicação de novas tecnologias de restauração, desde que esteja evidenciada a diferença entre as partes originais e as reconstituídas (anastilose, com reintegração de elementos originais, mantendo a unidade estética do bem).

Outra carta patrimonial significativa surgiu em 1964, a Carta de Veneza. Este documento apresenta uma mudança na noção de patrimônio ampliado, que inclui, além dos monumentos ou edifícios isolados, edificações mais modestas e também conjuntos urbanos, passando a incluir o meio ambiente, associado ou não a essas construções. Ampliando a noção de meio ambiente como patrimônio, em 1972, é publicada a Carta de Paris, voltada à proteção dos patrimônios mundial, cultural (monumentos, conjuntos e lugares notáveis) e natural. Nesse

sentido, o patrimônio natural considera os monumentos naturais físicos ou biológicos de valor científico ou estético, as formações geológicas ou fisiográficas, também de valor universal excepcional e os lugares notáveis naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas de mesmo valor (Cury, 2000).

Conforme Correa (2012), o Programa de Cidades Históricas (PCH) no Brasil foi implementado no início da década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral sob a égide de política pública voltada à preservação do patrimônio cultural. Formulado e coordenado por órgão federal distinto do Iphan, apresentou capacidade de investimento de recursos na área do patrimônio cultural superior à do próprio Instituto naquele período.

Quanto à legislação brasileira que trata do patrimônio arqueológico, Bastos et al (2005) reuniram os seguintes documentos:

Sobre a legislação geral estão incluídos: na Constituição Federal de 1988, artigos 215 e 216; a Lei Federal 3.924/61; Lei 7.542/86 e Lei 9.605/98, lei de crimes ambientais;

Quanto às normas de licenciamento: a Resolução CONAMA no. 001/86; Portaria SPHAN no. 007/88; Portaria IPHAN no. 230/02; Portaria IPHAN no. 28/03; Portaria Interministerial no. 69/89; as normas específicas sobre os bens arqueológicos submersos previstas na Lei 7.542/86 e a Resolução SMA no. 34/02;

Os procedimentos de segurança estão previstos no Decreto no. 72.312/73;

Entre as cartas de recomendações internacionais, os autores incluem a Carta de Nova Delhi, de 1956; a Carta de Lausanne, de 1990; Carta de Sofia, de 1996 e a Convenção da UNESCO/Patrimônio Cultural Subaquático, de 2001;

Sobre as penalidades em relação à destruição ilegal do patrimônio arqueológico, estão destacados os artigos 165 e 166 do Código Penal; artigos 1 a 22 da Lei no. 7.347/85; artigos 2 a 82 da Lei no. 9.605/98 e artigo 1 ao artigo 62 do Decreto no. 3.179/99;

Incluem-se, ainda, como cartas e moções, a Carta de Santos, de 2004; Moção Arqueologia Subaquática, de 2004; e a Moção em prol a Portaria IPHAN no. 230/02.

Em 2014, foi criada uma Instrução Normativa (IN) do IPHAN em relação à Portaria 230/2002. Entretanto, ainda devem ocorrer mo-

dificações na legislação e o possível reconhecimento da profissão do arqueólogo.

O processo de gestão do patrimônio arqueológico inclui parâmetros como os aspectos administrativos, econômicos e políticos e éticos relacionados com os bens dessa natureza, as vertentes de proteção e de promoção da Gestão do Patrimônio Arqueológico – GPA, assim como sua teoria e prática, os aspectos históricos e a sua realização em outros países. Esses parâmetros foram detalhados por Pardi (2002). Para a autora, encontrava-se ausente uma estrutura eficiente de gestão, diante de uma arqueologia empresarial crescente e desordenada; a invisibilidade do patrimônio arqueológico para os brasileiros, resultado da pouca documentação divulgada sobre os bens arqueológicos e a inexistência de políticas públicas voltadas ao patrimônio arqueológico. Esses problemas registram-se ainda nos dias atuais.

A GPA é uma área de especialidade complexa, que ainda necessita de apoio das instituições de patrimônio, espaço e desenvolvimento de práticas orientadas específicas. Para o desenvolvimento de uma Gestão do Patrimônio Arqueológico sistemática, torna-se importante o bom uso da documentação, como a do SGPA, de alcance nacional, o PPA, INCA e CNSA para os Estados e Municípios. Para Pardi (2002), a GPA pode ser compreendida, de forma mais específica, como

[...] uma área de especialidade da arqueologia, a qual além dos conhecimentos tradicionais do setor, deve reunir noções de legislação, relações públicas, políticas e administração pública, orçamento e finanças, organização e método, psicologia etc. A especialidade pode ser aberta a profissionais de outras áreas, mas que deverão ter nível de ações e decisões definidas, em relação ao nível de interferência da conservação física dos sítios, acervos e documentos (PARDI, 2002, p. 9).

Ainda, segundo Pardi (2002), os macros processos da gestão do patrimônio arqueológico incluem 4 aspectos básicos da especialidade: a) o da identificação: de sítios (regional ou pontual), de arqueólogos, empresas ou instituições, de peças ou coleções (acervos), de pesquisas

(pré-colonial, histórica, subaquática, gestão do patrimônio); b) da documentação: que inclui a do sítio, acervo, do conhecimento e da devolução ou divulgação do conhecimento, do acervo e bloco testemunho; c) de proteção: com as normas de licenciamento (de material para o exterior, de projetos acadêmicos, de projetos empresariais, de turismo cultural, de outros tipos de licenciamento); de denúncia de destruição, trânsito, comércio e tráfico de bens; de tombamentos; de zoneamentos; de conservação (de peças arqueológicas, de sítios pré-coloniais, de sítios históricos, de sítios subaquáticos); e d) de promoção: incluindo o turismo cultural, a educação patrimonial, campanhas, relações públicas (internas e externas) e a capacitação de pessoal.

O IPHAN encontra-se setorizado para atender esses aspectos básicos da especialidade do GPA: identificação, documentação, proteção e promoção. Essa competência/responsabilidade havia sido atribuída pela Constituição Federal de 1988 e na Lei no. 3.924/61 (Pardi, 2002).

Embora a Constituição de 1988 tenha instituído legalmente o IPHAN como tutor legal do patrimônio arqueológico, também distribuiu responsabilidades compartilhadas pela proteção dos bens arqueológicos a outras instâncias (centros de pesquisa, institutos, fundações, universidades, entre outros) e a todos os cidadãos. Não são considerados da mesma forma os patrimônios paisagísticos, espeleológicos e os paleontológicos (Pardi, 2002).

3. Sesmaria Jaguaribe: caracterização ambiental

A área que compreende a Sesmaria Jaguaribe está inserida na região metropolitana do Recife, na parte norte do litoral pernambucano. A Zona Norte do litoral do Estado de Pernambuco é formada, em sua maioria, por depósitos dos períodos terciário e quaternário. É constituída das formações Barreiras, Beberibe, Gramame e Maria Farinha, embora a maior extensão dentre as formações constituintes da Bacia Sedimentar Costeira Pernambuco-Paraíba seja a Formação Barreiras. Integrando a Bacia Sedimentar Costeira Pernambuco-Paraíba, com cronologias que vão do Cretáceo ao Pleistoceno, os terrenos do Litoral Norte estão constituídos por depósitos terciários, sobre um embasamento cristalino que aflora numa faixa estreita de sua porção oeste. Integrando a Bacia Sedimentar Costeira Pernambuco-Paraíba, com cronologias que vão do

Cretáceo ao Pleistoceno, os terrenos do Litoral Norte estão constituídos por depósitos terciários, sobre um embasamento cristalino que aflora numa faixa estreita de sua porção oeste.

Merecem destaque na área os estuários e manguezais do Rio Timbó e do Canal de Santa Cruz, ambos protegidos por legislação estadual como áreas de proteção ambiental (Lei 9.931/86). O Estuário do Rio Timbó é marcado por paisagens distintas. Suas margens são dominadas por extensos manguezais e rica fauna. A área estuarina do Canal de Santa Cruz é um braço de mar que separa a Ilha de Itamaracá do continente, de significativa beleza cênica e diversidade animal. Ao longo de seu percurso, deságuam vários rios, dos quais se destacam ao norte o Catuama e o Carrapicho, a noroeste, o Botafogo e o Arataca, e ao sul, o Igarassu e o Maniquara. A sua vegetação se apresenta com restos de Mata Atlântica nas encostas de tabuleiros e morros com alta declividade, contando ainda com manguezais, praias e restingas.

Na Sesmaria Jaguaribe, encontramos ainda a zona litorânea, formada por vegetação típica das praias, restingas e mangues, estes ocupando vastas áreas em toda a extensão do Canal. Dentre as principais espécies da fauna associadas ao manguezal, encontram-se os socós, o martim-pescador grande, as garças, as saracura-três-potes, o martim-pescador pequeno, além das várias espécies de crustáceos, moluscos e peixes.

Entre os remanescentes da Mata Atlântica e restinga que compõe a região, registramos a presença no território da Sesmaria e do seu entorno, algumas unidades de conservação estaduais, criadas como Reservas Ecológicas pela Lei Estadual Nº 9.989/87. São elas: Mata do Janga, Mata de Jaguarana e Estação Ecológica de Caetés, localizadas no Município de Paulista, Matas de São Bento no Município de Abreu e Lima e Mata da Usina São José, situada no município de Igarassu. Entre estas, a Mata do Janga constitui um dos últimos remanescentes de mata de restinga do Estado de Pernambuco.

4. Arqueologia na Sesmaria Jaguaribe

A Arqueologia Histórica, assim como a Arqueologia Pré-histórica, pode contribuir de forma significativa para a reconstrução e compreensão do nosso passado, fornecendo informações históricas, antro-

pológicas e arquitetônicas, envolvendo dessa maneira o plano cultural e social, investigando questões de contatos interétnicos e os consequentes fenômenos de aculturação, questões relativas à adaptação ao meio ambiente, à organização social, assim como, à recuperação de memórias sociais e reinterpretação da historiografia oficial.

Os estudos na área da antiga Sesmaria Jaguaribe, hoje território dos municípios de Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, localizados no litoral norte do estado de Pernambuco, iniciaram em 2001 com o projeto “Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe”, que visou o cadastramento dos sítios arqueológicos na área, buscando compreender o processo de assentamento das populações pré-históricas e do sistema colonial português.

No cadastro, foram identificados 13 sítios arqueológicos. Destes, 07 são sítios arqueológicos históricos, 04 são pré-históricos e 02 são pré-históricos e históricos. Em 2005, foram intensificados os estudos na Fazenda de São Bento de Jaguaribe, na casa de vivenda, evidenciando ainda os remanescentes das estruturas arquitetônicas superficiais que se referiam às Senzalas/pavilhão erguidas nos séculos XVIII e XIX.

A Sesmaria Jaguaribe, apesar da proximidade a grandes centros urbanos, apresenta um conjunto de sítios históricos que ainda mantém muitas de suas estruturas, de modo a possibilitar a reconstituição de uma unidade funcional colonial.

4.1 As prospecções arqueológicas

O projeto “*Levantamento e prospecção dos sítios arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe*” levou em conta os aspectos históricos, arqueológicos, ambientais e culturais, e trabalhou numa perspectiva multidisciplinar. As pesquisas arqueológicas realizadas na Sesmaria Jaguaribe apresentam um conjunto de sítios que permite discutir aspectos sociais da interação entre grupos de diferentes posições sociais, considerando o papel do negro, do europeu e do índio nesta área. Procurou-se reconstituir o passado colonial, as atividades realizadas na área e suas relações com a economia colonial, até o século XX, quando é extinta a produção de cal.

As prospecções arqueológicas na área tiveram início no ano de 2001, quando foram registrados os sítios São Bento (Fazenda rural per-

tencentem à ordem beneditina) e Timbó (Forno de Cal), estruturas, possivelmente do século XVII e XIX. Durante os anos seguintes, foram realizados outros levantamentos, principalmente, no município do Paulista.

	Sítios Arqueológicos – Históricos/Coloniais	Município/UF
1	Sítio Forno Salinas	Paulista/PE
2	Sítio Maranguape	Paulista/PE
3	Sítio Igreja Nossa Sr ^a dos Prazeres	Paulista/PE
4	Sítio Timbó	Abreu e Lima/PE
5	Sítio Engenho Jaguaribe	Abreu e Lima/PE
6	Sítio Engenho Inhamã	Igarassu / PE
7	Sítio Engenho Desterro	Abreu e Lima/PE
	Sítios Arqueológicos – Pré-Coloniais	Município/UF
8	Sítio do Frio	Paulista/PE
9	Sítio Alto dos Macacos	Abreu e Lima/PE
10	Sítio Alto da Belenga	Abreu e Lima/PE
11	Sítio Alto Córrego do Ouro	Abreu e Lima/PE
	Sítios Arqueológicos Multicomponenciais*	Município/UF
12	Sítio do Campo	Paulista/PE
13	Sítio São Bento	Abreu e Lima/PE

Tabela 2: Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe.

Os sítios encontrados foram registrados com fichas contendo todas as informações coletadas em campo e durante a pesquisa documental. Ainda como forma de registro arqueológico, utilizou-se como recursos o posicionamento geográfico com o GPS e coleta dos vestígios arqueológicos em risco. Uma vez coletados e cadastrados, todos os materiais estão sob a guarda do Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA) da UFPE. Foram identificados neste período aproximadamente 13 sítios arqueológicos na região que vai do município de Paulista até o município de Igarassu (Tabela 2).

5. Propostas para gestão e diretrizes prioritárias

O desejo pessoal e local de falar de seu lugar, do passado histórico, de acontecimentos recentes, ou mesmo problemas atuais, bem como a coleta das evidências pessoais da história, são fundamentais e de grande valor no processo de interpretação e valorização do patrimônio e destaca também que, tanto no exterior quanto no Brasil, a gestão de sítios históricos e áreas naturais e a formulação de políticas de preservação e de turismo tenderão a incorporar planos interpretativos, para melhor atender à crescente demanda por sustentabilidade integral do patrimônio (MURTA, 2005).

A área que abrange a antiga Sesmaria Jaguaribe e seu entorno oferece um grande potencial ecológico e cultural importante para o desenvolvimento das cidades e seu entorno. As propostas visam subsidiar a criação de políticas de gestão ambiental e cultural, no sentido de proteger o patrimônio natural e arqueológico da região.

O tema da conservação de ruínas é complexo e amplo e situa-se, em grande parte, nas agendas das instituições voltadas para a conservação e preservação desse patrimônio. Em Abreu e Lima, na região da antiga sesmaria Jaguaribe, do séc. XVII, foram encontrados vestígios das primeiras ocupações pré-coloniais e coloniais do Brasil.

A organização das estruturas dos bens imóveis na área denota uma diversidade cronológica e espacial de construções, ainda em processo de identificação e delimitação. Nessa localidade, o que se destaca na paisagem, juntamente com o forno de cal, são as ruínas da igreja de São Bento, pesquisadas por arqueólogos da UFPE desde 2001.

A seguir, destaca-se a área da Sesmaria Jaguaribe, apresentando um complexo arquitetônico beneditino do séc. XVII/XVIII denominado sítio São Bento, situado no município de Abreu e Lima, Pernambuco, na região da antiga Sesmaria Jaguaribe, de 1540.

A partir do levantamento fotográfico produzido entre 1978 e 2015 (OLIVEIRA, 2016), é possível observar o estado de conservação, dimensões e o acelerado grau de deterioração da igreja de São Bento (Figuras 1 a 9).

Considerando a igreja como um exemplo preliminar, esta faz parte de um complexo arquitetônico beneditino dos séculos XVII e XVIII, denominado Fazenda Jaguaribe de São Bento ou Sítio São Bento,

dentro da então Sesmaria Jaguaribe, de 1540. Os remanescentes arquitetônicos da igreja de São Bento, fundada pouco antes de 1646 (1660?), permaneceram mais ou menos estruturados até 1978, quando as fachadas frontal, lateral direita e posterior da igreja ainda se apresentavam relativamente preservadas (Fotografia 1). Um manuscrito do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda, de 1953, faz referência aos consertos nas edificações existentes nesta propriedade, até o final do século XIX (MEDEIROS e SURYA, 2008).

Esta igreja está inserida na fase da arquitetura colonial compreendida entre o estilo maneirista (1600-1650) e o Barroco, que se estendeu até cerca de 1800 a 1900 (CALDAS et al. 1975-80, p. 29). Suas características, em consulta a Bazin (1983), aproximam a construção religiosa de outras de estilo barroco na Bahia e Pernambuco.



Figura 1. Fachada frontal da igreja em 1978 (esquerda) e em 2015 (direita): note-se a deterioração e desmoronamento da área do frontão e janelas frontais, bem como da porta principal da entrada, com perda de cantarias. Fonte: IPHAN, 1978; Oliveira, 2015.



Figura 2. Fachada lateral direita da Igreja de São Bento em 2002. Fonte: Medeiros, 2005.



Figura 3. Fachada lateral direita, face interna, da igreja de São Bento em 2005. Fonte; Acervo LEA, 2005.



Figura 4. Vista da fachada lateral direita da igreja de São Bento, vista dos fundos e face externa. Fonte: Oliveira, 2014.



Figura 5. Detalhe das pichações ocorridas entre setembro e novembro de 2015 na fachada frontal e base da torre do campanário (cunhais de alvenaria). Fonte: Oliveira, 2015.



Figura 6. Detalhe do campanário, com aspectos de descascamento de argamassa e reboco, perda de ornatos da decoração e ação de fatores biológicos (esquerda). Detalhe de uma janela do campanário, na fachada frontal em degradação. Fonte: Oliveira, 2015.



Figura 7. Detalhes das ações de vandalismo realizadas sobre a estrutura da ruína: incisões praticadas na argamassa de fixação de cantaria da porta central da nave central (acima a esquerda); incisões no fragmento de bloco de calcário usado no cunhal da torre do campanário; pichação na parede lateral interna da torre do campanário, inexistente até 2012; incisões no reboco da base interna do campanário. Fonte: Oliveira, 2015.

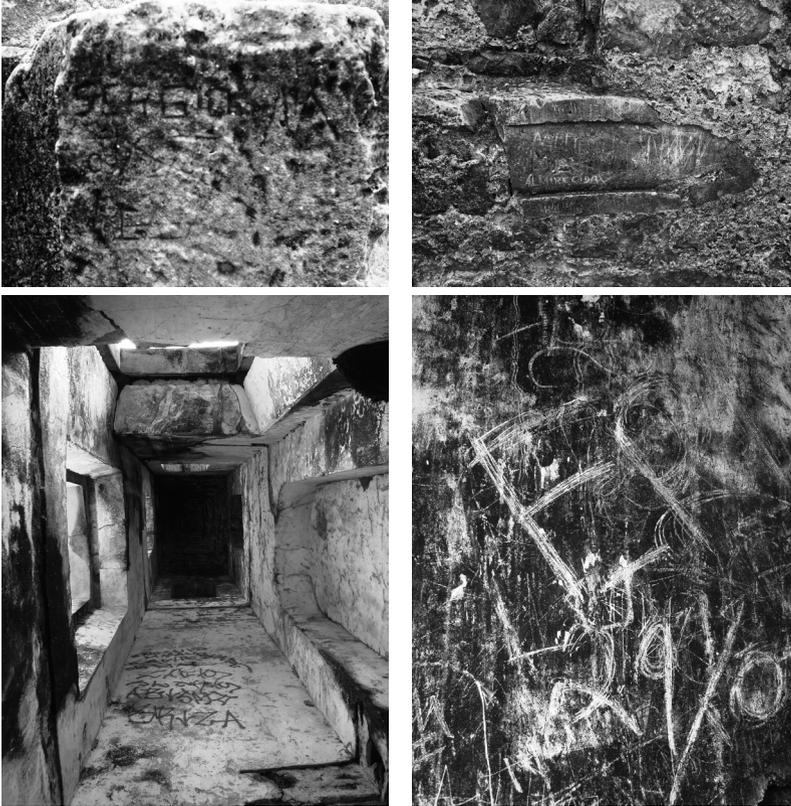


Figura 8. Vista do campanário, pela face interna da parede lateral direita da igreja com sinais de fissuras e rachaduras preenchidas de argamassa. A ação da vegetação pode ser observada. À direita, detalhe do beiral (eira e beira). Fonte: Oliveira, 2015.



Figura 9 .Piso externo lajeado em frente da fachada frontal e campanário. O calçamento colonial foi sistematicamente destruído pela nova estrada construída na ladeira de acesso e detalhe do piso externo lajeado colonial ao lado do campanário, o qual encontra-se parcialmente destruído, com a retirada sistemática de pedras. Fonte: Oliveira, 2015.

Os arremates do campanário são similares aos da Igreja de São Brás, na Bahia, de 1660 e aos da Igreja de São João Batista, do séc. XVI (BARDI et al, 1986, p. 65). O frontão assemelha-se aos da Igreja de Conceição das Jaqueiras, com uma desenvoltura próxima do frontão do convento de Santo Antônio, ambos em Recife (BAZIN, 1983), como também ao do Mosteiro de São Bento, de Olinda, do séc. XVIII (BARDI et al, 1986, p. 71). As cantarias são de calcário amarelo fossilífero da região (porta central da fachada frontal, sua verga, ombreiras e soleira) e de alvenaria (janelas e suas vergas, ombreiras e peitoril, copos, cunhais, cornijas, bases e socos dos pedestais). As vergas, ombreiras e peitoris das janelas são de alvenaria e pigmentadas similarmente ao calcário amarelo da cantaria da porta principal da fachada frontal. Não foram detectadas estruturas de madeira remanescentes na estrutura da igreja.

Nas ruínas, parte da alvenaria existente apresenta “encasamento” e da presença de emboço e reboco (CALDAS et al, 1975–80). Es-

ses revestimentos apresentam descascamentos em várias das paredes, especialmente aquelas expostas às chuvas e ação eólica e da vegetação.

A estrutura arquitetônica vem passando por remodelações de origem natural e cultural, desde o século XVII ao XXI. Em contínua degradação, nas últimas medições, a estrutura arquitetônica possuía 14,09 m de largura e 20,25m de comprimento, com área aproximada de 232,71m, contendo uma torre/campanário, nave central, altar mor, uma sacristia e corredor lateral. Em 2015, somente partes das fachadas frontal (com campanário), lateral direita e posterior encontravam-se estruturadas (Fotografia 2). Apresenta beiral duplo em toda a extensão das paredes laterais. Ainda preserva elementos da arquitetura religiosa defensiva, estando atualmente distante de áreas densamente urbanizadas. Possivelmente as paredes laterais remanescentes foram mais preservadas devido a essa característica do telhado.

Conforme a ficha do CNSA IPHAN PE 00338⁴, o sítio, como um todo, apresenta grau de integridade variando entre 25% a 75%. Aí participam os seguintes fatores de destruição, ou tafonômicos: erosão eólica, construção de estradas, atividades agrícolas – com queimadas locais e vandalismo – pichações e deslocamento de materiais construtivos.

6. Bases para um plano de gestão da conservação para a Sesmaria Jaguaribe

De acordo com Milet (2002), é necessário trabalhar o Plano de Conservação integrada no sentido do estabelecimento de objetivos e metas a serem alcançados, valores a serem conservados, além da definição de instrumentos jurídicos, políticos, administrativos e financeiros.

Milet (2002) chama atenção para o Plano da gestão da conservação, entendendo este como os processos e tarefas desenvolvidos no cotidiano que irão viabilizar a implementação do Plano de Conservação e classifica o mesmo em quatro etapas não necessariamente sequenciais, mas um conjunto de atividades e tarefas a serem desenvolvidas: a) levantamento, análise e avaliação, b) proposição e negociação, c) im-

4. Todas as fichas CNSA citadas neste Plano estão disponíveis no site oficial do IPHAN.

plementação, e d) monitoramento, controle, promoção, difusão e democratização da informação.

Destaca Milet (2002) que a base do Plano de Gestão da Conservação deve atender aos requisitos da conservação integrada e da sustentabilidade, quais sejam:

Integração interinstitucional: Integração das diferentes esferas do governo (mundial, federal, estadual e municipal), de poder (legislativo, executivo e judiciário), das instâncias de planejamento (econômico, sociocultural, territorial, meio ambiente, etc);

Integração intersetorial: integração das distintas esferas de planejamento (habitação, educação, cultura, infra-estrutura, turismo, etc);

Multidisciplinaridade: contribuição dos diversos campos do saber: história, arquitetura, geografia, arqueologia, economia, sociologia, antropologia (identificação de métodos e técnicas e aptidões);

Responsabilidade compartilhada: pública e privada dos diversos setores da sociedade, incluindo recursos e níveis decisórios;

Democratização: do processo de planejamento, da gestão da conservação, dos processos decisórios;

Descentralização: dos níveis decisórios.

O plano de conservação e o da sua gestão, nesse contexto, estão vinculados a estratégias integrativas, multidisciplinares e de compartilhamento de responsabilidades pela descentralização dos níveis decisórios e por meio da democratização do próprio sistema de planejamento no âmbito da conservação integrada.

7. Na Sesmaria Jaguaribe – Elementos identificados para a gestão da conservação integrada

Os quadros sinópticos 3 e 4 apresentam os atores relacionados aos processos de preservação, conservação e salvaguarda do patrimônio cultural na Sesmaria Jaguaribe em ações de responsabilidade compartilhada e as ações diretas e indiretas identificadas para a gestão da conservação integrada na Sesmaria Jaguaribe, respectivamente.

Responsabilidade compartilhada – Atores diretamente envolvidos	
Setor público a nível Municipal (Abreu e Lima, Paulista, Igarassu)	Secretarias da Cultura, da Educação, de Turismo, de Obras.
Setor público a nível Estadual	FUNDARPE/ CPRH
Setor público a nível Federal	IPHAN
Sociedade civil	Escolas/Comunidades/Moradores/Proprietários
Pesquisadores	Historiadores/Arqueólogos/Turismólogos/ Pedagogos/ Biólogos/Arquitetos/ Geógrafos, entre outros.
Setor Privado	Usineiros, industriais, banqueiros, empresários

Tabela 3: Responsabilidade Compartilhada – Atores relacionados ao processo de Preservação, Conservação e Salvaguarda do patrimônio cultural na Sesmária Jaguaribe. Fonte: Neuvânia Ghetti, 2015.

Ações Diretas

Execução dos Projetos de Pesquisas Arqueológicas. Projeto “Levantamento e prospecção dos sítios arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe”, com início em 2001.

Registro dos sítios arqueológicos

Vistoria técnica pelo IPHAN

Ações Indiretas

<p>Emissão de Portaria de autorização para Pesquisa Arqueológica.</p>	<p>Dissertação /UFPE: O Cativeiro Rural Colonial: Reconstituição Arqueológica da Senzala da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, Município de Abreu e Lima, Pernambuco, 2006.</p>	<p>Divulgação científica: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2005. Artigo: Ethnohistória e Arqueologia: Perspectivas para o Litoral Norte do Estado de Pernambuco</p>
<p>Relatório Técnico para o IPHAN-PE: Prospecção Arqueológica na Sesmaria Jaguaribe, 2005.</p>	<p>Divulgação científica: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2005. Artigo: Programa Jaguaribe – Preservação Ecológica e Cultural da Sesmaria Jaguaribe.</p>	<p>Dissertação /UFPE: O Cativeiro Rural Colonial: Reconstituição Arqueológica da Senzala da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, Município de Abreu e Lima, Pernambuco, 2006.</p>
<p>Criação do Programa Jaguaribe Preservação Ecológica e Cultural da Sesmaria Jaguaribe</p>	<p>Divulgação científica: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2005. Artigo: Ethnohistória e Arqueologia: Perspectivas para o Litoral Norte do Estado de Pernambuco</p>	<p>Divulgação científica: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2005. Artigo: Programa Jaguaribe – Preservação Ecológica e Cultural da Sesmaria Jaguaribe.</p>

>

Ações Indiretas		
Proposta de Oficina: Grupo Produtivo Artesanal na Comunidade de São Bento do Município de Abreu e Lima/PE .	Dissertação/UFPE: Reconstituição de uma Fazenda Colonial: estudo de caso Fazenda de São Bento de Jaguaribe, 2005.	Divulgação científica: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2005. Artigo: Etnohistória e Arqueologia: Perspectivas para o Litoral Norte do Estado de Pernambuco.
Divulgação científica: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2005. Artigo: Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe, Litoral Norte do Estado de Pernambuco.	Divulgação científica: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2005. Artigo: Programa Jaguaribe – Preservação Ecológica e Cultural da Sesmaria Jaguaribe.	Dissertação/UFPE: Reconstituição de uma Fazenda Colonial: estudo de caso Fazenda de São Bento de Jaguaribe, 2005.
Palestra em 2005, na 53ª Reunião Ordinária do CERBMA Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – apresentação do Programa Jaguaribe com a proposta a criação de uma unidade de conservação – APA Sesmarias de Jaguaribe.	Divulgação científica: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2005. Artigo: Etnohistória e Arqueologia: Perspectivas para o Litoral Norte do Estado de Pernambuco	Dissertação /UFPE: A Casa de Vivenda do Sítio São Bento de Jaguaribe: Uma Reconstituição Arqueológica, 2006.
Divulgação científica: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2005. Artigo: Programa Jaguaribe – Preservação Ecológica e Cultural da Sesmaria Jaguaribe.	Dissertação/UFPE: Reconstituição de uma Fazenda Colonial: estudo de caso Fazenda de São Bento de Jaguaribe, 2005.	Dissertação /UFPE: O Cativo Rural Colonial: Reconstituição Arqueológica da Senzala da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, Município de Abreu e Lima, Pernambuco, 2006.

>

Ações Indiretas		
Divulgação científica: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2005. Artigo: Etnohistória e Arqueologia: Perspectivas para o Litoral Norte do Estado de Pernambuco	Dissertação /UFPE: A Casa de Vivenda do Sítio São Bento de Jaguaribe: Uma Reconstituição Arqueológica, 2006.	Dissertação/UFPE: Engenho Maranguape: uma Leitura Arqueológica, 2006.
Dissertação/UFPE: Uma Política de Preservação em defesa do Patrimônio cultural: A antiga Sesmaria Jaguaribe, Abreu e Lima/PE, 2009.	Projeto de Iniciação Científica – PIBIC: Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial de Abreu e Lima, PE, 2008.	Proposta Técnica de Execução do Projeto para Aproveitamento e Desenvolvimento Turístico da Sesmaria Jaguaribe, 2011.
Proposta Técnica de Execução do Projeto para Aproveitamento e Desenvolvimento Turístico da Sesmaria Jaguaribe, 2011.	Projeto de Iniciação Científica PIBIC: A Tecnologia de grupos Pré-Históricos ceramistas no litoral norte de Pernambuco: Estudo da variabilidade artefactual no Sítio São José. 2015.	1º Seminário do Patrimônio Cultural de Pernambuco- Promoção: Departamento de Arqueologia/ UFPE e Prefeitura do Município de Abreu e Lima, PE., 2016.

Tabela 4: Ações Diretas e Indiretas identificadas para a gestão da conservação integrada na Sesmaria Jaguaribe. Fonte: Neuvânia Ghetti, 2015.

Conforme as responsabilidades compartilhadas e ações diretas e indiretas formuladas para a Sesmaria Jaguaribe, foi elaborado um plano de ação, comportando as seguintes ações, objetivos e resultados esperados:

- a) retomar o Programa Jaguaribe: preservação ecológica e cultural da sesmaria Jaguaribe, proposta criada por pesquisadores da UFPE, conclamando ações entre a Universidade e o Poder Público de Abreu e Lima;

- b) apresentar os estudos arqueológicos e históricos já realizados na região;
- c) visitar o sítio com a população e seus representantes, a Prefeitura, Fundarpe e o Iphan;
- d) propor em conjunto com esses órgãos uma agenda de intenções, para delimitar ações sequenciais, de curto, médio e longo prazos sobre os destinos da preservação da sesmaria Jaguaribe;
- e) propor um convênio entre a Universidade e o poder público local, para que se torne possível a criação de um laboratório de estudos, que proponha a continuidade das pesquisas arqueológicas, consolidação das ruínas, estudos de preservação e conservação, tendo como base os estudos das técnicas construtivas, na linhagem da gestão e prática de obras de conservação e restauro do patrimônio cultural;
- f) propor ações contínuas de educação patrimonial, para a conscientização da preservação do patrimônio regional.
- g) sistematizar um conjunto de ações diretas e indiretas, para subsidiar a manutenção e a preservação dos Sítios Arqueológicos da antiga Sesmaria Jaguaribe;
- h) assegurar o seu reconhecimento como patrimônio cultural e arqueológico para a região de Abreu e Lima, Paulista e Igarassu.

O plano de ação prioriza a relação orgânica entre universidade e sociedade como um caminho para a conscientização coletiva sobre a importância da memória e da conservação integrada do bem patrimonial, objetivando como uma das finalidades o desenvolvimento local e regional.

8. Considerações finais

Existem muitos fatores complexos e inter-relacionados, cujas dimensões se concentram no estabelecimento de condições ou de resultados desejados que parecem ter valor prático para a aplicação na preservação do patrimônio. Isso porque alguns processos da sustentabilidade, que visam às mudanças desejáveis e aceitáveis, oferecem a possibilidade de orientar acerca do grau, da taxa e da direção da mudança que se quer alcançar.

O caminho da sustentabilidade na preservação não está acabado; ao contrário, representa-se como um processo contínuo de construção, que requer avaliação permanente e flexibilidade para mudanças,

sendo um ponto de partida, sem garantia de chegada, mas uma direção possível que pode ser vislumbrada pelo ponto de vista da qualidade. Entendendo um pouco mais esta definição, pode-se entender que “qualidade” também é um estado em processo dinâmico, que proporciona possibilidades de trabalho, renda, diversidade cultural e inclusão social.

Daí, observa-se que o único caminho evolutivo a ser seguido para o uso do Patrimônio é o do aumento na qualidade da experiência vivida, onde pode se encontrar uma combinação favorável de práticas interessantes para a localidade, que garanta que a pressão sobre o patrimônio permaneça tolerável e onde a receita econômica seja aumentada, acompanhada de menor tensão social e cultural entre os atores envolvidos.

No planejamento para esse uso “com qualidade”, o controle e os limites respondem ao objetivo da sustentabilidade e podem antecipar e prever possíveis conflitos e degradações no patrimônio, chegando mesmo a evitá-las, propondo diretrizes e medidas preventivas.

Conservar ruínas representa um processo extremamente complexo e amplo e situa-se, em grande parte, nas agendas das instituições voltadas para a conservação e preservação desse patrimônio. Em Abreu e Lima, na região da antiga sesmaria Jaguaribe, do séc. XVII, foram encontrados vestígios das primeiras ocupações pré-coloniais e coloniais do Brasil. A organização das estruturas dos bens imóveis na área denota uma diversidade cronológica e espacial de construções, ainda em processo de identificação e delimitação.

O desafio da preservação permeia as questões relacionadas a sustentabilidade e, para atender tal demanda, será preciso construir um aparato conceitual capaz de dar conta de seus múltiplos aspectos como o redimensionamento das relações do bem patrimonial com os indivíduos e destes com a sociedade.

No relatório da Comissão Mundial de Meio ambiente e Desenvolvimento (WCDE), 1987 – comumente conhecido como Relatório Brundtland (BRAMWELL e LANE, 1993, apud HALL, 2004), destacam-se cinco princípios básicos de sustentabilidade, dos quais nos apropriamos e adaptamos ao considerá-los fundamentais para a composição do Plano de Gestão da Conservação Integrada para a Sesmaria Jaguaribe: (1) o conceito do planejamento holístico e a criação de estratégias; (2) a importância de preservar processos ecológicos e culturais essenciais; (3) a necessidade de proteger o patrimônio cultural, humano e a biodi-

versidade; (4) a necessidade de buscar um tipo de desenvolvimento que permita à produtividade ser sustentada no longo prazo para as gerações futuras (o conceito de equidade intergeracional); (5) a meta de atingir um melhor equilíbrio de justiça e oportunidades.

Nesse conjunto complexo, Hall (2004) destaca dois princípios essenciais que complementam a nossa análise:

- 1) a equidade intergeracional, ou seja, que “se legue uma certa quantidade de ”capital” para a próxima geração, com sua suposta capacidade de produzir bem-estar pelo menos equivalente ao usufruído no presente; e
- 2) as capacidades biofísicas não são infinitamente elásticas.

Tal interpretação é muito significativa, porque, ao ser compreendida em função da conservação do patrimônio ambiental e do patrimônio territorial.

De acordo com Jokilehto (2002), as metodologias de conservação e planejamento desenvolvidas nas últimas décadas parecem ainda ser válidas, e existem sinais de que estão surgindo novos interesses pelo planejamento e pela gestão da conservação.

Muitos são os desafios, mas cremos na capacidade das instituições e das pessoas, orientadas no sentido da conservação, para demonstrar liderança e iniciativa para que possam encontrar os julgamentos equilibrados na resolução dos problemas, entre esses, os problemas da conservação do patrimônio que precisam ser estudados e compreendidos, para que os valores relevantes sejam despertados e associados à preservação do patrimônio.

Referências bibliográficas

- BARDI, Pietro Maria; PENIDO, Dom Basílio; FONSECA, Edson Nery; MELLO, J. A. Gonsalves de.; MENEZES, José Luiz Mota. **Benedictinos em Olinda: 400 anos**. São Paulo: Editora Samba, 1986.
- BASTOS, R. L.; SOUZA, M. C.; GALLO, H. (orgs). *Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico – IPHAN*. São Paulo: Iphan, 2005.
- BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. v.1. Rio de Janeiro: Editora Record, 1983.
- CALDAS, Zildo Sena; MENEZES, José Luiz Mota; LIMA FILHO, José de Melo; RAIMUNDO, José; SILVA TELLES, A. C. da. **Conservação e restauração de monumentos históricos**. SEPLAN-PR/IPHAN/FUNDARPE [1975-80].
- CORRÊA, S. R. M. *O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- CURY, I. (org.) *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. Brasília: Iphan, 2000.
- CUSTÓDIO, José de Arimathéia Cordeiro. A arquitetura de defesa no Brasil colonial. **Discursos Fotográficos**. Londrina, v.7, n.10, p.173-194, jan./jun. 2011.
- HALL, C. Michael. **Planejamento turístico: políticas, processo e relacionamentos**. trad. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- JOKILEHTO, Jukka. Conceitos e ideias sobre conservação. In: **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Centro de Conservação Urbana e Territorial. Ed. Universitária da UFPE. Recife, 2002.
- MEDEIROS, Mércia Carréra; SURYA, Leandro. A organização espacial de uma fazenda colonial beneditina: reflexo da estruturação social vigente. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme. Revista de humanidades**. Caicó: UFRN, v.9, n.24, set/out. 2008. Disponível em <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- MILET, Vera. Base de Informação para as tarefas da gestão. In: **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Centro de Conservação Urbana e Territorial. Ed. Universitária da UFPE. Recife, 2002.
- MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do Patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: Murta, Stela M.; Albano, Celina (Org.) **Interpretar**

o **Patrimônio – um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2005.

OLIVEIRA, Fernando Vicente de. **Capacidade de carga nas cidades históricas**. Campinas, Ed. Papirus, 2003.

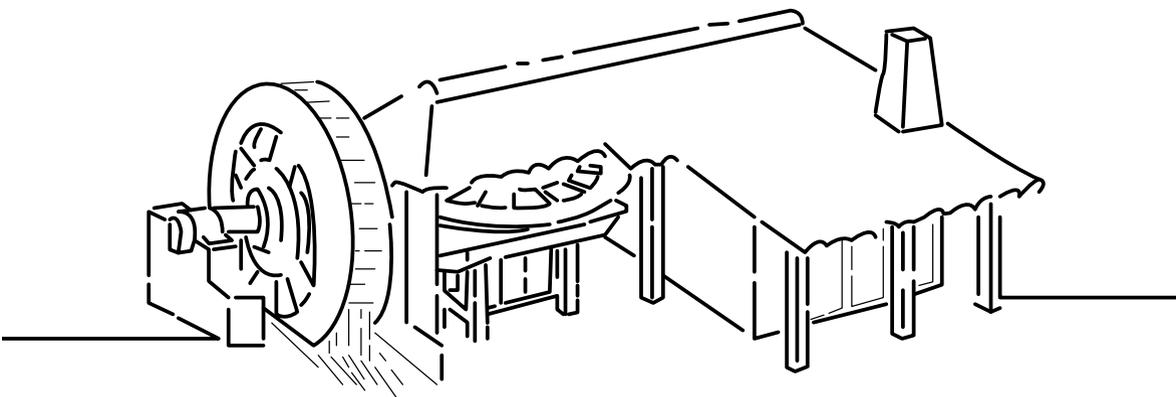
OLIVEIRA, M. A. da S. **Plano de gestão de restauro: restauração, conservação e arqueologia nas ruínas da igreja de São Bento, Abreu e Lima, Pernambuco, Brasil**. Olinda: CECI, 2016 (monografia de conclusão do Curso de Gestão e Prática de Obras de Conservação e Restauro do Patrimônio Cultural, não publicado).

PARDI, M. L. F. **Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás / IGPA, 2002.

PONTUAL, Virgínia. **A Gestão da Conservação Integrada**. In: **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Centro de Conservação Urbana e Territorial. Ed. Universitária da UFPE. Recife, 2002.

SAVIOLO, S; DELAMARCO, M. C.; BARTHOLO, R. **Sustentabilidade, turismo, diálogo**. In: BARTHOLO, DELAMARO, BADIM (Orgs). **Turismo e Sustentabilidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamound, 2005.

THEOBALD, William. F. (Org.) **Turismo Global**. 2ª Ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.



ENGENHOS QUE CAEM E CASAS QUE SE ERGUEM: Estudo de caso do Engenho Jaguaribe, Abreu e Lima, PE

Rosemary Aparecida Cardoso¹
Alencar de Miranda Amaral²
Cláudia Alves de Oliveira³

1 Arqueóloga, doutoranda do Departamento de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, rsmrycardoso@gmail.com.

2 Arqueólogo, professor do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF aneeka07@gmail.com.

3 Arqueóloga, professora do Departamento de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, olivas@hotlink.com.br.

Se ninguém sabe do que o passado é feito, uma inquietante incerteza transforma tudo em vestígio, indício do possível, suspeita de história com a qual contaminamos a inocência das coisas. Pierre Nora (1993:20).

1. Introdução

Na região metropolitana do Recife, no litoral norte pernambucano, está situado um dos primeiros núcleos de povoamento do Nordeste. Este núcleo fazia parte da antiga Sesmaria Jaguaribe, atualmente localizada nos municípios de Paulista, Abreu e Lima e Igarassu. Já o complexo arquitetônico que compõe o Engenho Jaguaribe está situado especificamente na parte da sesmaria que, hodiernamente, integra o município de Abreu e Lima.

Nas últimas décadas, a sede do Engenho Jaguaribe foi ocupada pela família do Sr. Antônio Maurício da Costa, que por mais de setenta anos morou na casa grande do antigo engenho. Atualmente a área comporta apenas as ruínas da fábrica de açúcar, casa grande, senzala e capela, sendo encontrados em superfície diversos fragmentos de tralha doméstica como, por exemplo, faiança, porcelana, grés e cerâmica; e material construtivo: cravos de ferro, tijolos, telhas, etc. Além disso, algumas paredes da antiga casa grande ainda resistem, e associadas a estruturas recentes, formam um pequeno “quartinho”, que até hoje é ocupado pelo Sr. Maurício, sendo este um dos focos do presente trabalho.

Assim, neste ensaio, buscamos discutir não apenas o processo de reapropriação das estruturas e contextos arqueológicos do antigo Engenho Jaguaribe pela comunidade local, mas também analisar como esta situação engendra a formulação da memória sobre a ocupação deste espaço. Deste modo, almejamos refletir sobre a possibilidade de leituras alternativas e complementares, sobre os contextos arqueológicos, em consonância com as propostas de Hodder (1999) sobre a multivocalidade; e também problematizar os processos de apropriação, física e simbólica, dos espaços e sua correlação com a formulação da memória coletiva e individual.

Para alcançar tais objetivos, lançamos mão de alguns aportes conceituais e metodológicos que subsidiaram nossa pesquisa, assim, as reflexões ora apresentadas estão centradas nos levantamentos bibliográficos e trabalhos *in loco*, ou seja, prospecção e coleta de informação oral⁴. Para realizar a coleta das informações orais, optamos em utilizar a Entrevista Semi-Estruturada⁵, que permite uma maior flexibilidade durante a coleta de dados. A técnica de Entrevista Semi-Estruturada possibilitou um diálogo com o Sr. Antônio Maurício, momento em que o entrevistado apresentou a partir do seu ponto de vista, das suas memórias e experiências, informações detalhadas sobre a sua história e a história de sua família nas terras de Jaguaribe.

Porém, antes de discutirmos o processo de reapropriação do Engenho Jaguaribe, apresentaremos um breve panorama histórico da fundação e ocupação ao longo dos séculos.

4 As primeiras pesquisas arqueológicas realizadas na área da Sesmaria Jaguaribe, e por consequência na área do Engenho Jaguaribe iniciaram em 2005 (OLIVEIRA, 2005, 2007, 2011), no entanto, somente em 2015 é que foi autorizada pelo proprietário, Sr. Antônio Maurício, a pesquisa nas terras do Engenho. A primeira campanha ocorreu no mês de setembro, quando foram realizadas prospecções não interventivas em toda área do engenho e as primeiras escavações realizadas na ruína da capela. A partir das primeiras análises, ainda em campo, observamos que tanto a casa como a capela, passaram por várias intervenções construtivas no decorrer dos séculos XVI a XIX; mas no momento, é precipitado apresentar qualquer tipo de conclusão, tendo em vista que será necessário realizar mais algumas campanhas arqueológicas na área.

5 Em relação a sua estruturação, o entrevistador introduz a temática e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre a temática sugerida. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversa informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima, esse deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante (MINAYO, 1993).

2. Panorama histórico

De certo modo, a história do Engenho Jaguaribe tem início em 1534, quando o rei de Portugal, Dom João III, instituiu o sistema de capitâneas hereditárias como forma de ocupação e colonização do Brasil, assim a Capitania Nova Lusitânia (posteriormente denominada Pernambuco) foi outorgada em Carta Régia de 10 de março de 1534, em regime de Capitania Hereditária a Duarte Coelho Pereira. Em 1535, Duarte Coelho iniciou a doação de terras, Sesmarias, para promover o povoamento⁶ da nova colônia da Coroa Portuguesa.

Em 24 de julho de 1540, Duarte Coelho doa as terras da Sesmaria Jaguaribe ao feitor e almoxarife da fazenda real Vasco Fernandes de Lucena, Cavaleiro da Casa Real (LIVRO DO TOMBO 1946, p. 17). Esta sesmaria tinha uma légua de terras ao comprido por uma légua de terra de largura, situada ao norte de Olinda, cabendo ao dito Vasco Fernandes um quarto desta terra, e, um quarto para cada um dos seus filhos: Clara Fernandes, Francisco Fernandes e Sebastião Fernandes. Embora tenha recebido suas terras em 1540, oito anos depois Vasco Fernandes, por questões financeiras, ainda não havia edificado um engenho em sua sesmaria. O problema da falta de recursos do donatário foi resolvido quando ele passou a comercializar o pau-brasil. Posteriormente, em 1548, Vasco Fernandes implantou uma fábrica de açúcar a qual denominou de Engenho Jaguaribe (Figuras 1 e 2), sendo este um dos cinco primeiros engenhos construídos em Pernambuco (ROCHA, 1948).

6 Os primeiros núcleos de povoamento foram instalados, procurando estruturar um corpo estatal. As capitâneas foram organizadas com base administrativa local em uma vila, com um bom porto, numa baía ou estuário. Os donatários recebiam propriedades em que podiam explorar diretamente ou por parceria. Além disso, possuíam monopólio do comércio de alguns produtos. A Coroa, em contrapartida, ficava com os lucros da Alfândega, também com o monopólio das especiarias e, ainda, com o quinto dos metais preciosos e o dízimo eclesiástico (SILVA, 2004, p. 64).



Figura 1: Área da Igreja Santo Antônio do Engenho Jaguaribe. Fonte: Rosemary Cardoso.

Em 1660, parte da área da Sesmaria Jaguaribe foi adquirida pelos monges beneditinos do mosteiro de São Bento de Olinda, através de compras e doações, e recebeu o nome de Fazenda São Bento. Durante a permanência da ordem beneditina, ocorreram algumas atividades econômico-produtivas no local, sendo assim, a fazenda era composta pela da Igreja de São Bento, casa dos monges, senzalas, casa de farinha, fornos de cal e olaria. Na Fazenda São Bento, também, se cultivavam produtos alimentícios para a subsistência dos monges da fazenda e do Mosteiro, em Olinda (OLIVEIRA, 2007).



Figura 2: Área da Casa grande (atual casa do Sr. Maurício) do Engenho Jaguaribe.
Fonte: Rosemary Cardoso.

Sob gestão da ordem beneditina, a Fazenda São Bento em Jaguaribe passou por dois momentos difíceis para a sua manutenção. O primeiro, e com consequências mais duradouras, se relaciona à diminuição do número de religiosos, em decorrência dos decretos pombalinos de 1764, cuja proibição da recepção de noviços nas corporações monásticas de Portugal e do Brasil levaram à diminuição do quadro da Ordem, bem como o predomínio de membros com a idade avançada. O segundo momento difícil foi em 1888, a alforria de todos os escravos, que somavam o total de 37 pessoas, prejudicou ainda mais a produtividade e manutenção da propriedade (ROCHA, 1948).

No início do século XIX (1812), Henry Koster arrendou o engenho Jaguaribe, todavia, morou na área pouco tempo (por volta de um

ano). Pois, por motivos de saúde e por problemas com os “indígenas⁷ que faziam muito barulho”, o inglês decidiu encerrar suas atividades na Sesmaria de Jaguaribe (KOSTER, 2002).

Assim, neste breve e limitado quadro histórico, observa-se que, entre os séculos XVI e XIX, o engenho Jaguaribe foi um importante polo produtivo da colônia portuguesa. Além disso, ou em consequência deste contexto, suas terras foram o cenário para o desenrolar de contatos inter-culturais entre indígenas, religiosos, negros, senhores de engenhos. Apesar de o engenho ter parado suas atividades produtivas no século XIX, é no século XX que começa uma nova fase de sua história.

3. Engenhos que caem e casas que se erguem

Oficialmente, a história da área do engenho Jaguaribe ganha um novo capítulo no século XX, precisamente, na década de 1970, a administração pública do município Abreu e Lima/PE realizou o loteamento da área do antigo Engenho Jaguaribe, abrindo acessos e instalando a infra-estrutura básica para instalação de moradias. Assim, a ocupação da área, que até então ocorria de forma lenta e irregular, foi legalizada, atraindo uma nova gama de moradores para o local, e fomentando que as terras e as estruturas do antigo Engenho fossem gradativamente ocupadas e apropriadas por seus novos senhores.

No entanto, é especificamente nas primeiras décadas do século XX, no ano de 1941, que este novo capítulo começa a ser escrito, quando a família do Sr. Antônio Maurício, que na época tinha apenas 4 anos de idade, chegou à área do engenho Jaguaribe. Sua família optou por morar na região do atual município de Paulista, visando trabalhar com criação de gado. Como não obteve sucesso, seu pai vendeu toda a criação e com o dinheiro comprou as terras do engenho Jaguaribe, cerca de 30 hectares, onde cultivava gêneros alimentícios para subsistência da família.

⁷ A presença indígena na área da Sesmaria Jaguaribe e sua interação com os senhores de engenho e com os frades não é muito mencionada, e não consta na documentação oficial da Congregação Beneditina. Apesar da presença dos membros da Ordem de São Bento nesta área por longo tempo, são poucas as informações sobre sua relação com as comunidades indígenas que ali viveram até, pelo menos, 1812, como indicam os relatos de Henry Koster (2002).

lia e instalou uma plantação de mangas. Quando os pais do Sr. Antônio Maurício chegaram à sua nova propriedade, havia uma casa (a casa do antigo engenho) com problemas de conservação, mas bem estruturada, com partes construídas em taipa e partes construídas em alvenaria, com tijolos maciços⁸. Assim, a antiga casa grande do Engenho Jaguaribe passou a ser ocupada pela família do Sr. Maurício, e se tornou um elemento fulcral de sua história de vida e de suas lembranças.



Figura 3: Entrevista com o Sr. Maurício Autoria (sem camisa). Fonte: Rosemary Cardoso.

8 Em campo, observamos a presença de tijolos cerâmicos maciços de fabricação artesanal, e de tijolos cerâmicos com 6 e 8 furos. Os tijolos cerâmicos maciços apresentam a forma retangular e quadrada, com várias dimensões e várias tonalidades (que podem sugerir composições e cocções diferentes). Vale frisar que os tijolos maciços foram evidenciados tanto na casa e na capela do engenho, quanto fundação das casas no entorno do engenho. Foram coletadas amostras de cada tipo de tijolo para análises laboratoriais.

Hoje, com 79 anos, Sr. Antônio Maurício (Figura 3) ressalta que, apesar de ter passado praticamente toda a sua vida naquela área, algumas informações dos “tempos mais antigo” ele não sabe precisar⁹, pois quando chegou ao Engenho Jaguaribe, ainda era uma criança. Todavia, a partir de suas memórias, auferimos dados importantes que nos auxiliam não só a entender o contexto histórico e arqueológico desta área, e os processos pós-deposicionais que atuaram na formação do sítio. Mas também a compreender uma outra etapa da ocupação do Engenho Jaguaribe, que se confunde com a história de vida das pessoas que ali habitaram, se reapropriando não apenas do espaço e das estruturas deste antigo engenho colonial, mas criando novos significados e narrativas sobre ele.

Sobre a configuração espacial das estruturas arquitetônicas do antigo engenho, as informações do Sr. Antônio Maurício e os dados preliminares da prospecção e da escavação sugerem que a casa-grande e a capela eram direcionadas para Norte, onde hoje existe uma via de acesso. Esta via foi ampliada na década de 1970¹⁰ e dividiu o complexo arquitetônico do engenho ao meio, deixando de um lado as ruínas da casa-grande e da capela, e do outro a parte da moita.

O Sr. Antônio Maurício também relata que o seu pai ouviu dos “antigos moradores da região” que, entre 1920 e 1930, uma família teria utilizado a capela do engenho como moradia; mas que posteriormente ao abandono do local a construção começou a se degradar e ruir. Todavia, o Sr. Antônio Maurício afirma que não tem lembranças do tempo em que a capela “estava de pé”, que apenas conheceu as ruínas desa-

9 Vale frisar que, procuramos sermos fidedignos às informações que o Sr. Antônio Maurício nos transmitiu, e por isso, optamos por deixar no corpo do texto os dados coletados durante a entrevista e os dados e informações complementares, adquiridos através da pesquisa arqueológica (prospecção e escavação) e bibliográfica, serão apresentados em nota de rodapé.

10 Nesta rua, pelo menos uma vez por ano, os funcionários da prefeitura passam o trator para melhorar o acesso, com isto, hoje, entre o lote onde está localizada a capela e a casa do engenho, formou-se um talude de 1 metro. Na superfície desta rua, observamos partes da fundação de um possível muro, formado por rochas calcárias com tamanho entre 10 a 25 cm alinhadas na direção da moita.

badas desta construção e que não sabia nem o nome da antiga capela¹¹. Apesar de lacunares, as informações narradas pelo Sr. Antônio Maurício oferecem um possível marco temporal para o processo de colapso das estruturas arquitetônicas da antiga capela. Além disso, indicam que as ocupações da área para fins residenciais influenciaram os processos pós-deposicionais e ampliaram a gama de artefatos a ele associados; visto que não apenas objetos vinculados aos espaços religiosos foram utilizados e descartados naquele local¹².

Se a área da capela tem pouco significado nas memórias do Sr. Antônio Maurício, o mesmo não acontece com a casa grande do Engenho Jaguaribe. Sobre a casa do antigo engenho, onde passou a maior parte de sua vida, o Sr. Antônio Maurício fala com carinho e saudades, lembrando os momentos que ali passou com seus pais e irmãos; e posteriormente com sua mulher e filhos. Deste modo, ao mesmo tempo em que descrevia a antiga estrutura e configuração da casa¹³ (Figuras 4 e 5), ele narrava acontecimentos de sua vida familiar, deixando claro sua conexão afetiva com o local. E nos levando a perceber que, para além da importância arqueológica e histórica atribuída ao sítio, aquele era um espaço que também deveria ser valorizado pela relevância que exerceu, e exerce, na vida e na memória das pessoas que o ocuparam nas últimas décadas.

Assim, discorrendo sobre suas memórias de família, o Sr. Antônio Maurício descrevia as intervenções que a casa-grande sofreu ao longo

11 Com as primeiras pesquisas bibliográficas, descobrimos que o nome da capela do engenho Jaguaribe era Capela Santo Antônio.

12 Esta situação foi constatada durante as escavações arqueológicas na área, sendo coletados diversos artefatos de uso doméstico (fragmentos de louça, faiança, vidro, cerâmica utilitária, etc) e evidenciadas possíveis ampliações na estrutura da construção.

13 A partir da prospecção não interventiva, observamos a atual estrutura casa, as colunas, o piso e as fundações, a priori, podemos descrever que a casa apresenta 02 cômodos/repartições, um onde fica a cama do Sr. Maurício e outro onde fica diversos objetos (material de construção, de agricultura, etc.) pessoais. Identificamos, também, uma estrutura, possivelmente de uma fundação, que inicia na casa do engenho (casa do Sr. Maurício) e segue até o lote ao lado, onde está à atual casa da esposa do Sr. Mauricio, que até onde foi possível visualizar, foi construída encima de tais estruturas. Mas, como ainda não foi realizada nenhuma escavação na área da casa do engenho e no seu entorno, não podemos afirmar se estas estruturas são partes da casa do engenho ou se são parte de outra edificação.

do tempo (Figuras 6 e 7). Por exemplo, ele recorda que originalmente a frente da casa possuía uma área, que ele definiu como uma varanda com alpendre. Sendo este espaço reformado¹⁴, com novas paredes erigidas, após um dos seus filhos cair ao subir no alpendre e se machucar. Posteriormente, na década de 1980, o local também serviu de moradia provisória para uma de suas filhas que se casou.



Figura 4: Sr. Maurício Autoria (sem camisa) mostrando a parte mais antiga da casa.
Fonte: Rosemary Cardoso.

14 Observamos no alpendre três fases construtivas bem definidas, sendo a primeira, uma única parte de uma parede de taipa onde é possível visualizar portas, janelas e colunas em madeira de cedro, a segunda fase apresenta tijolos maciços e a terceira fase com tijolos com seis furos, cimento e reboco. Na tentativa de manter a estrutura em pé, Sr. Antônio Maurício rebocou toda a casa, mas atualmente este reboco também está degradado. A parte do alpendre ainda tem outro grave problema, a anos uma árvore de embaúba cresceu na parte superior da parede, hoje a árvore enraizou em boa parte da parede, e tem aproximadamente 4m de altura. O Sr. Antônio Maurício conta que tem receios de corta a árvore e com isto as raízes morrerem o que criaria um espaço vago entre os tijolos, ocasionando a queda da parede.



Figura 5: Sr. Maurício Autoria (sem camisa) mostrando as reformas que ele fez na sua casa (casa grande do engenho Jaguaribe). Fonte: Equipe de Arqueologia.



Figura 6: Sr. Maurício Autoria (sem camisa) mostrando as três fases construtivas da casa. Fonte: Rosemary Cardoso.



Figura 7: Visão geral lateral da casa grande (atual casa do Sr. Maurício). Fonte: Rosemary Cardoso.

Outro espaço da antiga casa-grande do qual o Sr. Antônio Maurício fala com saudosismo é o oratório, no qual sua mãe e posteriormente sua esposa realizavam as orações diárias. Estes eram espaços comuns nas casas-grandes dos engenhos pernambucanos, sendo os locais onde as si-nhás mantinham os seus santos de devoção e realizavam suas rezas diárias. Segundo o Sr. Antônio Maurício, este local ficava próximo da sala¹⁵,

¹⁵ A partir das primeiras prospecções podemos observar na superfície a delimitação da área que o Sr. Antônio Maurício se refere como sala. Ainda restam vestígios do piso, e das colunas das paredes. É um espaço interno da casa, frente para o oratório, possui a forma de um retângulo de 15 metros de extensão por 5 metros de largura.

para onde tinha uma saída, e possuía um pequeno altar¹⁶ de alvenaria (tijolos maciços), onde ficavam os santos esculpidos em madeira. Como lamenta o Sr. Antônio Maurício, em um breve momento de descuido após as orações, algumas velas foram esquecidas acesas no local, o que causou um incêndio que queimou todos os santos e as mobílias do oratório. Apesar de não saber precisar a data do incêndio, o Sr. Antônio Maurício afirma que depois da tragédia o local¹⁷ nunca foi reconstruído (Figura 8).

O Sr. Antônio Maurício conta que a última grande intervenção que a estrutura da casa teria sofrido antes de ruir aconteceu na década de 1980. Neste período, já casado e com os filhos adultos, Sr. Antônio Maurício decidiu reformar a casa, pois a ação do tempo estava deteriorando rapidamente o telhado. Assim, ele realizou a troca de toda a madeira do teto que estava com cupim e podre, e também substituiu as telhas¹⁸. Ele afirma que as antigas e grossas madeiras, bem como as telhas antigas, eram muito pesadas para a estrutura da casa. Assim ele colocou um novo telhado, rebocou e pintou as paredes, e por fim, como ele mesmo faz questão de destacar, ele também fez intervenções construtivas na divisão espacial da casa, criando um banheiro, que até então não existia. Toda esta reforma na casa foi realizada para uma das suas filhas recém-casada morar.

16 No altar deste oratório, não evidenciamos a pedra d'ara, que ficaria situada no centro do altar onde há uma pequena cavidade, onde se coloca uma pedra, comumente de mármore, sagrada pelo bispo e que pode contém relíquias de mártires às quais alude a oração que o celebrante recita ao subir ao altar: *quorum reliquiae hic sunt*. Durante a Missa, o cálice e a Hóstia deve pousar sobre a pedra d'ara, e sobre ela se apoia o cálice durante a celebração. Quando um altar não tem a Pedra d'ara, pode significar que neste altar não é realizado a consagração da eucarística; assim, além de outras características, esta é mais uma que define este local como um oratório (<http://www.tribunaleclesiastico.org.br> acessado em 02/11/2015).

17 Sem querer entrar em detalhes, enquanto conversamos sobre o oratório, Sr. Antônio Maurício relata que a casa, principalmente o oratório, está muito destruída, pois houve ação de vândalos, que quebraram e escavavam o local em busca de ouro e bens preciosos.

18 No entorno da casa é possível visualizar dois amontoados de telhas, um destes são as telhas que o Sr. Antônio Maurício retirou da casa e o outro são as telhas que sobraram da reforma. Ele fez questão de mostrar a diferenças tipológicas das telhas, sendo as antigas mais pesadas e maiores e as fabricadas atualmente menores e mais leves.



Figura 8: Visão do oratório da casa grande (atual casa do Sr. Maurício). Fonte: Rosemary Cardoso.

Após horas de conversa, Sr. Antônio Maurício nos contou que ele e sua esposa têm outra casa, mas que praticamente todas as noites ele dorme no “quartinho”, um cômodo (Figura 9) que ele fez junto às ruínas da casa-grande do engenho. Para construir este cômodo, ele aproveitou três paredes de taipa da antiga residência e construiu mais uma. Ao falar do quarto, Sr. Antônio Maurício fez questão de destacar o porquê ainda dormia no cômodo. E foi neste momento que ele nos revelou o porquê aceitou fazer a entrevista e autorizou a pesquisa arqueológica¹⁹. Sr. Maurício autorizou a pesquisa arqueológica porque acredita que seus filhos e netos não reconhecem o mesmo valor histórico que aquele lugar tem para o estado de Pernambuco, bem como, não têm o mesmo vínculo

19 Apesar de existir um projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido na área da Sesmaria Jaguaribe, e por consequência na área do Engenho Jaguaribe desde 2005, somente em 2015 o Sr. Antônio Maurício autorizou a realização de intervenções na área.

emocional com a área. Então Sr. Maurício disse em meio a gargalhadas, mas com um tom de preocupação: “É melhor explicar e registrar todas as informações, antes que tudo morra comigo, pois estou velho e doente”.



Figura 9: Final da entrevista: Sr. Maurício e o arqueólogo Alencar Miranda Amaral sentados na frente da casa grande (atual casa do Sr. Maurício). Fonte: Rosemary Cardoso.

No entardecer, sentado num degrau em frente ao seu “quartinho” (Figura 10), Sr. Antônio Maurício voltou a falar de seu pai, com o mesmo amor e saudade de outrora. Para ele, aquelas ruínas são uma forte lembrança do seu pai, e por isso, ele mantém o cômodo, como um lugar de descanso, onde na solidão da noite, ele relembra os momentos felizes que viveu e que ainda vive neste lugar.

Num momento de descontração, ele disse a seguinte frase: *“Um inglês²⁰ passou uma noite nesta casa e entrou pra história, meu pai e a sua família passou a vida, então também fazemos parte da história do engenho Jaguaribe, né? Então também preciso contar um pouco da história deste lugar a partir do meu ponto de vista e das minhas lembranças”*. Foi neste momento que ele nos convidou para entrar no seu quartinho (Figura 10), e ouvir um pouco mais de suas lembranças sobre sua vida naquele local. Ouvindo os relatos do Sr. Antônio Maurício, fica evidente que ao erguer o seu “quartinho” ele não apenas “reaproveitou” as paredes da antiga casa-grande do antigo Engenho; como também atribui um novo significado àquelas estruturas. Aquele local deixa de ser apenas um remanescente dos primórdios da indústria açucareira de Pernambuco; e passa a abrigar e representar a história de vida e a memória das pessoas que nos últimos anos ali estiveram. Sendo essas memórias tão relevantes quanto os artefatos arqueológicos que jazem sobre aquelas terras, visto que afinal ambos nos auxiliam a conhecer e compreender um pouco mais sobre os grupos sociais pretéritos (sejam do período colonial ou das últimas décadas) que ocuparam aquele espaço. Assim, as memórias do Sr. Antônio Maurício não apenas nos auxiliam a compreender melhor o contexto arqueológico do Engenho Jaguaribe; como também enriquecem a gama de sentido e significados envoltos na apropriação daquele espaço ao longo do tempo.

20 Se referindo a Henry Koster que no século XIX arrendou e morou no Engenho Jaguaribe por volta de um ano.



Figura 10: “Quartinho” do Sr. Maurício dentro da antiga casa grande. Fonte: Rosemary Cardoso.

Como problematizado por Halbwachs (1990), a memória individual, mesmo que aparentemente particular, remete a um grupo. Visto que apesar da capacidade, ou do ato de lembrar ser pessoal, o indivíduo que rememora está sempre interagindo em sociedade, pois o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente.

Além disso, é no contexto dessas relações sociais que construímos as nossas lembranças e elas estão impregnadas das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências. Isso mostra que a representação das coisas evocada pela memória individual não é mais que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Portanto, acreditamos que nossa compreensão a respeito do passado e dos locais de valor histórico e arqueológicos pode ser expandida quando nos predispomos a valorizar o que a comunidade local tem a dizer sobre aqueles espaços. Como discutido por Hodder (1999), cada vez mais é preciso que a Arqueologia abrace a diversidade metodológica e teórica; e permita que a “interpretação” do passado esteja aberta para outras vozes, sem com isso abandonar a necessária coerência e plausibilidade entre dados, contextos e interpretações.

Como discutido por Hodder (1999), cada vez mais é preciso que adotemos uma postura reflexiva, relacional, interativa e multivocal, diante das demandas de diversos grupos acerca do passado. Visto que, nos últimos anos, com o processo de globalização, os arqueólogos têm se deparado com uma multiplicidade de interesses e perspectivas a respeito da realização e das conclusões de seus trabalhos.

Este quadro exigiria o fomento de uma Arqueologia reflexiva, relacional e interativa que tem como objetivo incorporar múltiplas vozes no discurso arqueológico produzido sobre o passado. Em outras palavras, sob a égide desta abordagem, busca-se reconhecer que os relatos a respeito do passado desempenham um importante papel na formação de identidades de grupos e indivíduos; e, assim sendo, essas pessoas devem ter direito de formular a sua interpretação alternativa do passado.

Para tanto, Hodder (1999) ressalta a necessidade de envolver a comunidade local na interpretação do passado arqueológico. De acordo com o autor, este é um movimento decisivo, na tentativa de inserir a produção do conhecimento em estruturas mais democráticas e éticas. Ou seja, para se afastar dos perigos do “eurocentrismo e do colonialismo”, os arqueólogos devem incorporar em suas atividades (práticas e teóricas) meios que promovam a multivocalidade e a valorização do pluralismo, tornando possível assim uma abordagem inclusiva do passado.

Demonstrando a necessidade de encarmos nossos objetos de estudo (seja um sítio arqueológico, os remanescentes arquitetônicos nele contidos, ou as narrativas, orais ou escritas, sobre ele) não como unidades estanques e herméticas, mas como integrantes de uma teia de símbolos e significados, cuja compreensão esta intrinsecamente ligada a um conjunto de relações dinâmicas, dialéticas, e instáveis entre pessoas e objetos, contextos e interpretações.

Neste mister, acreditamos que a vivência do Sr. Antônio Maurício e sua família nas terras do Engenho Jaguaribe exemplificam que os

sítios arqueológicos devem ser percebidos não apenas através do seu contexto material, mas também por intermédio da sua dimensão simbólica. O sítio de hoje foi no passado um espaço ocupado por diferentes indivíduos, e no decorrer dessas ocupações passou igualmente a abrigar uma série de signos, significados e representações que o vinculam à vida e à memória dos grupos sociais que ali estiveram. Como afirma Halbwachs (1990, p. 133):

[...] o lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspecto diferentes da cultura e da vida e de sua sociedade [...].

Assim, se para um arqueólogo determinado local é apenas um “sítio”, para os membros das comunidades locais, aqueles são verdadeiros “lugares de memória”. Remetem a acontecimentos, objetos e pessoas ontologicamente vinculados a sua trajetória de vida.

Como discutido por Halbwachs (1990), lugares e construções, assim como sua formatação espacial, têm um importante papel na estruturação da memória individual e coletiva. Por isso, mesmo que degradados e aviltados pelas intempéries, e reduzidos a ruínas, o seu valor intrínseco não diminui, visto que

(...) se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão de imagens que lhe representam os objetos exteriores (HALBWACHS, 1990, p. 136).

De certo modo, os relatos e a vivência do Sr. Maurício na antiga casa grande do Engenho Jaguaribe exemplificam como essas relações entre “homens e pedras” são capazes não apenas de doar sentido e significado às narrativas e memórias individuais; mas também demonstram sua capacidade de criar um sentimento de pertença. Assim, nas ruínas da casa grande do Engenho Jaguaribe, ou melhor, no atual “quartinho do Sr. Maurício”, as pedras, ou paredes, deixam de ser simplesmente um amontoado amorfo de material construtivo e erigem-se como verdadeiros monumentos, devotados não apenas à implementação do sistema açucareiro no Pernambuco Colonial, mas também à vida e à memória das pessoas que as construíram e as ocupam até hoje.

4. Considerações finais

Como discutido por Le Goff, (1990, p. 535-536), os monumentos devem ser encarados como “materiais da memória”, visto que além de corporificarem “um sinal do passado” eles evocam o passado e perpetuam as recordações, sendo “um legado a memória coletiva”. Assim, a atual simbiose de paredes em cal e cimento portland, ou entre a taipa e a lajota transforma a antiga casa grande do Engenho Jaguaribe em um monumento polissêmico. Ele é tanto “um sinal do passado” da indústria do açúcar na Capitania de Pernambuco, que remete ao Sr. Maurício a recordar do tempo em que ali trabalhavam os escravos e da passagem de um “certo inglês”; como “um sinal do passado” da expansão urbana do município de Abreu e Lima, que evoca o loteamento na década de 1970 das terras da antiga Sesmaria Jaguaribe; ou ainda “um sinal do passado” da história familiar do Sr. Maurício que se confunde com a história da ocupação recente desta área.

Portanto, seguindo os apontamentos de Pierre Nora (1993, p. 09), somos levados a reconhecer que ao nos aventurarmos a explorar o campo da memória estamos lidando com um contexto polissêmico e mutável, visto que a memória “está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Mas o autor também reconhece que, apesar de memória se alimentar de lembranças vagas e flutuantes, ela “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 09), e deste modo tem a capacidade de engendrar novas relações e significados às áreas ocupadas ou utilizadas

por indivíduos ou grupos, transformando-as em verdadeiros “lugares de memória”.

Para Pierre Nora (1993, p. 21-22), os aspectos material, simbólico e funcional coexistem simultaneamente nos lugares de memória; deste modo, um prédio erguido para abrigar uma família também é ocupado por uma série de significações simbólicas, associados às lembranças sobre os acontecimentos e as pessoas vinculados a esses lugares. Assim, “a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas [...] prender o máximo de sentido no mínimo de sinais”. Deste modo, “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (NORRA, 1993, p. 22).

Assim, mesmo que as ruínas da casa grande do Engenho Jaguaripe, ou o atual “quartinho do Sr. Maurício”, não exemplifiquem exatamente aquilo que Pierre Nora definiu como “lugares de memória”, é imperativo reconhecer o seu potencial para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas. Além disso, como buscamos apresentar ao longo deste breve ensaio, o contexto desvelado extrapola o simples interesse pela descrição e classificação da cultura material e/ou das técnicas construtivas. Aventando a possibilidade de nos aventurarmos a analisar e discutir como ao longo do tempo espaços e edificações são construídos e transformados em consonância com a conjuntura histórico-social a qual estão integrados; permitindo-nos ainda reconhecer a multiplicidade de histórias e memórias a eles correlacionadas.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Rosemary Aparecida. Arqueologia musealizada e educação patrimonial: Caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – UFPE, Recife/PE, 2013.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HODDER, Ian. The Archeological Process: an introduction. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. 11^o edição. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2002. 2v.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LIVRO DO TOMBO DO MOSTEIRO DE OLINDA. Recife: Imprensa Oficial, RIAHGP, vol. XLI, 1948/47.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 6^o ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

OLIVEIRA, Claudia Alves de. Programa Jaguaribe - Preservação ecológica e cultural da Sesmaria Jaguaribe. In: XVIII Congresso da SAB - Arqueologia, Patrimônio e Turismo, 2005, Campo Grande - MS. XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

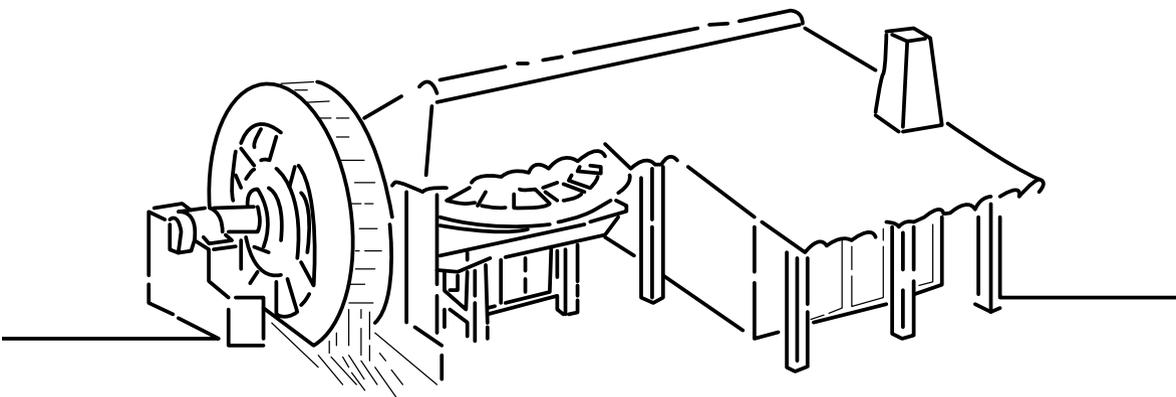
_____. Relatório Final: Os primeiros engenhos coloniais sesmaria Jaguaribe-PE. 2011.

_____. Relatório Final: Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe-PE. 2007.

_____. Relatório Final: Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe-PE. 2005.

ROCHA, Dom Mateus. Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda. In: Separata da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Volume 42. Recife: 1948.

SILVA, Geyza Kelly Alves da. Índios e identidades: Formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716). Programa de Pós-Graduação em História da UFPE (Dissertação de mestrado em História). Recife, 2004.



ESTUDO BIOARQUEOLÓGICO DOS REMANESCENTES ÓSSEOS HUMANOS DO CEMITÉRIO HISTÓRICO DO TÚNEL DA ABOLIÇÃO, RECIFE, PE (SÉC. XIX)

*Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva*¹

*Roseane Figueredo da SILVA*²

*Marcos Albuquerque*³

*Maria Eleonora da Gama Guerra Curado*⁴

*Veleda Lucena*⁵

*Taciana Tabosa*⁶

1 Docente do Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: sergioarqueologiaforense@gmail.com.

2 Discente do Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: roseanefigueredo@gmail.com.

3 Docente do Programa de Pós-Graduação de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: marcos@brasilarqueologico.com.br.

4 Arqueóloga do Laboratório de Arqueologia, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: eleonora.guerra@brasilarqueologico.com.br.

5 Arqueóloga responsável pelo Projeto, e-mail: veleda@brasilarqueologico.com.br.

6 Arqueóloga de campo do Projeto, e-mail: Taciana@brasilarqueologico.com.br.

Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles o Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente (João Antonio Andreoni, 1711).

1. Introdução

Este estudo objetivou identificar e classificar qualitativa e quantitativamente o material ósseo humano recuperado durante a realização das fases I e II do Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área das Obras de Implantação do Túnel da Abolição do Corredor de Transporte Público de Passageiros Leste-Oeste, em Recife – PE. As intervenções proporcionaram resultados através da escavação e do monitoramento arqueológico de atividades realizadas na área de abrangência do empreendimento, nos locais que sofreram impactos prejudiciais ao patrimônio arqueológico, no período de abril de 2013 a fevereiro de 2014. Foram coletados diversos materiais, como louças, cerâmica, objetos de ferro, utensílios, materiais construtivos, dentre outros. A área de implantação do Túnel Abolição está situada na confluência das Avenidas Caxangá, Rua Real da Torre, Rua Carlos Gomes, Rua Joao Ivo da Silva e Rua Benfica, no bairro da Madalena, em Recife, PE. O bairro da Madalena é categorizado por residências, abrigando poucas casas comerciais, com uma área de 171,2 hectares, abrigando quase 20 mil habitantes. Cada sepultamento foi escavado, considerando-se a dinâmica das intervenções do empreendimento na área do Túnel da Abolição, por níveis artificiais e o material ósseo humano coletado (ALBUQUERQUE, 2014). Foram registradas 9 deposições funerárias muito alteradas e incompletas, com esqueletos associados à ancestralidade africana.

A diversidade de procedência dos escravos no Brasil, no processo da diáspora africana, foi relatada por Antonil (1982):

[...] comumente são de nações diversas, e uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes, [...] são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vêm nas naus da Índia. Os ardas e os minas são robustos. Os de Cabo Verde

e São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos [...] (ANTONIL, 1982, p. 89).

Por volta de 1711, havia em Pernambuco cerca de 246 engenhos de açúcar *moentes* e *correntes*, com produção anual média de 12.300 caixas de açúcar. Nesse processo, os escravos de ancestralidade africana tiveram uma participação forçada e desumana, como demonstram as recomendações de Antonil (1982, p. 89) sobre como o senhor do engenho deve proceder com os seus escravos. Durante a diáspora africana, os imigrados à força passaram a conviver em um novo ambiente, com novos agentes patogênicos e outras situações de estresse laboral na vida cotidiana, caracterizada pela condição de escravização, o que deixou marcas indelévels nos seus ossos e dentes.

2. Metodologia

A análise preliminar do material recuperado incluiu: a limpeza a seco, qualificação das alterações e estado de conservação, quantificação, reconstituição. A *identificação anatômica* macroscópica de ossos, dentes e fragmentos diversos foi feita por meio da comparação morfológica macroscópica das ocorrências do relevo ósseo superficial e características do tecido ósseo com coleção de referência e atlas de osteologia humana (MC MINN e HUTCHINGS, 1989; GRAAF, MORTON, CRAWLEY, 2007; GILROY, MAC PHERSON, ROSS, VOLL e WESKER, 2008; WHITE, BLACK e FOLKENS, 2013).

O *perfil biológico* dos esqueletos foi caracterizado pela obtenção dos seguintes dados: a) sexo, pelo exame macroscópico da morfologia dos ossos cranianos e da pelve, assim como das marcas de inserções musculares nos ossos longos (WHITE et. al. 2013; BROTHWELL, 1981; BASS, 1995; UBELAKER, 1999; BUIKSTRA, UBELAKER, 1996); b) idade biológica, pelo desenvolvimento dentário e fechamento das linhas epifisárias nos ossos longos e crânio, o aspecto das suturas cranianas e as dimensões dos ossos (MAYS, 2010; BROTHWELL, 1981; WHITE, BLACK e FOLKENS, 2013); c) estatura provável em vida, pela aplicação de fórmulas em ossos longos, como fêmur, tíbia, fíbula, úmero, rádio

e ulna (BASS, 1995; BYERS, 2008); d) ancestralidade, pela morfologia dentária, quando possível e pelas características cranianas e dos ossos longos, como o fêmur (BASS, 1995; BYERS, 2008); e) anomalias, doenças, traumas e ocorrências relacionadas a estresse (BROTHWELL, 1981; ORTNER, 2003; MANN e HUNT, 2005; WHITE, BLACK e FOLKENS, 2013) f) estado de conservação (%) por unidade óssea identificada (BUIKSTRA e UBELAKER, 1996); g) inventário geral, com a identificação e quantificação dos ossos (ainda não publicado).

Foram observados os seguintes caracteres para determinação da ancestralidade: a) Conformação da base da abertura piriforme (BYERS, 2005); b) Prognatismo alveolar da maxila, mandíbula e retração do mento (BYERS, 2005; CAMPILO, SUBIRÁ, 2009); c) Projeção da escama do occipital (BYERS, 2005); d) Morfologia das superfícies oclusais dos molares (BYERS, 2005); e) Morfologia dos incisivos superiores – forma de pá (BYERS, 2005, BASS, 2005); f) Ângulo do eixo da epífise proximal do fêmur (BYERS, 2005); g) Índice nasal (quando possível).



Figura 1: Detalhes da mandíbula, maxilares e mandíbula (acima), mandíbula e manúbrio (abaixo), de adulto masculino do S11. Observa-se a presença de anomalia de posição ou deslocamento e giroversão artificial dos incisivos inferiores laterais e incisivo lateral superior direito devido ao uso de artefato (p. ex. cachimbo); extração e/ou extrusão antemortem de incisivos e molares; cárie, incluindo perda das coroas; desgaste oclusal; dente extranumerário, retração do mento pelo prognatismo do osso alveolar na mandíbula, vista lateralmente. A imagem abaixo, à direita, apresenta o manúbrio, com lesões líticas possivelmente associadas à treponematose.



Figura 2: Aspecto de remodelação óssea com espessamento do tecido cortical no terço distal do fêmur direito de indivíduo feminino (S4). O espessamento ocorreu no terço proximal e médio da tíbia e no terço distal da fíbula, no mesmo lado. Esse tipo de remodelação pode estar associado à infecção óssea por *Treponema*.



Figura 3: Clavícula direita, centro da diáfise, em norma inferior, adulto masculino (S11). A alteração óssea, unilateral, indica inflamação (osteomielítica?). Pode estar associada à sobrecarga em atividades de transporte ou a treponematose.

3. Resultados

Os esqueletos humanos provenientes das sepulturas escavadas na área do Túnel da Abolição, Madalena, Recife, pertencem a indivíduos adultos de ambos os sexos, predominantemente. A morfologia craniana caracteriza-se pela presença de prognatismo maxilar e mandibular, aberturas piriformes com base larga e não cortante e occipitais, em alguns casos, com escama proeminente, aspecto do ângulo do colo do fêmur. Esses indicadores ósseos podem ser encontrados em populações de ancestralidade africana (BYERS, 2005). No material rolado registrou-se a presença de fragmentos ósseos de indivíduo subadulto. Observou-se a presença de calo ósseo no úmero esquerdo de um indivíduo feminino (S4), cuja fratura no terço distal da diáfise resultou na modificação do seu eixo longitudinal (Figura 5), causando deformação do braço e o seu encurtamento. O fêmur, tibia e fíbula direitos de um indivíduo feminino apresentaram remodelação do tecido ósseo causada por processo inflamatório, com neoformação de substância óssea, possivelmente relacionado à treponematose (Figuras 2 e 6).

As estaturas médias dos indivíduos estão entre 1,55 e 1,65 para as mulheres e 1,73 a 1,83m para os homens. Tanto em um como no outro sexo, as áreas de origem e inserção da musculatura esquelética estão bem marcadas, indicando desenvolvimento da musculatura corporal (Figura 4).

Foram identificados sinais de traumas ósseos (fratura de úmero; fissura de processo zigomático direito de um occipital; e contusão de tibia), anomalias (dentárias de número e forma – Figura 1) e de doenças (hiperosteose porosa, osteomielite, artrite, osteofitose, treponematose, Figuras 2, 3 e 6), presença de dentes extranumerários, desgaste dentário severo e perda *antemortem* significativa, lesões cariosas, sinais de alteração de posição dentária por uso de artefato cachimbo (Figura 1), indicadores do modo de vida e morbidade dessa população. No que se refere ao número mínimo de indivíduos (NMI), foram computados, no conjunto funerário denominado S02, 12 fragmentos de fêmures (diáfises) esquerdos de indivíduos adultos e 3 fragmentos de ossos de subadulto (2 pertencentes a um indivíduo e 1 a outro indivíduo), perfazendo um total de pelo menos 14 indivíduos, sendo 12 adultos e 2 subadultos (NMI=14).



Figura 4: Ossos do esqueleto apendicular – úmero, rádio, ulna e clavícula esquerdos, rádio e clavícula direita; ossos do esqueleto axial – frontal, parietais, temporal esquerdo, zigomático esquerdo, occipital e mandíbula (S11, Reg. 7346, A 259, PE0770LA/UFPE), reconstituídos. Trata-se de adulto, masculino, de ancestralidade africana, com estatura entre 1,73 m e 1,83m (Bass, 2005).



Figura 5: Úmero esquerdo, visto anteriormente e posteriormente, com fratura cicatrizada no terço distal, com desvio no eixo longitudinal do osso. À direita, detalhe do calo ósseo no terço distal, visto anteriormente (S4, adulto feminino).



Figura 6: Tíbia direita com sinais de remodelação no terço proximal e médio. Essa alteração (indicadora de treponematose, periostite – hematoma ossificado do perióstio seg. Mann e Hunt, 2005, p.185-191, ou outra) ocorreu no fêmur e fíbula direitas, simultaneamente.

Foram observados: a) Traços de fraturas cicatrizadas sem sinais de tratamento (úmero); b) Perda dentária antemortem; c) Desgaste dentário oclusal; d) Cárie; e) Tártaro; f) Anomalia dentária de número, forma e posição (dentes conóides, extranumerários, com deslocamento – Figura 1); g) Dente em forma de pá; h) Sinais de remodelação óssea (neoformação óssea de natureza patológica); i) Fraturas ósseas *post-mortem*; j) Inserções da musculatura esquelética desenvolvidas; k) Mistura de ossos de indivíduos diferentes; l) Incompletude de ossos. Foram obtidos dados qualitativos (osso, lado do esqueleto, dente) e quantitativos (NMI, número de ossos pelos fragmentos). Foram tomadas medidas de comprimentos, larguras, diâmetros e alturas, quando possível, para caracterizar e comparar a amostra com outras. A hipótese preliminar trabalhada neste estudo considerou a possibilidade da presença de pessoas com ancestralidade - biogeográfica - africana.

Sepultamento	n. esqueleto	Sexo	Idade	Ancestralidade	Doenças/traumas/anomalias
S01	1	M?	A	E (?)	Não observadas (esqueleto mantido <i>in situ</i>)
S02	*	M, F	A, S	A	Hiperosteose/treponematose
S03	2	F, F	A	A	Treponematose /periostite (femur, tibia e fíbula)
S04	2	F, F	A	A	Fratura <i>antemortem</i> de úmero, fissura <i>antemortem</i> de frontal, perda dentaria <i>antemortem</i>
S05	1	M	A	-	-
S06	1	M	A	-	-

>

Sepultamento	n. esqueleto	Sexo	Idade	Ancestralidade	Doenças/traumas/anomalias
S07	1	M	A	A	Reação infecciosa no perióstio da tíbia (periostite)
S08	1	M	A	A	Perda dentária antemortem
S09	1	M	A	A	
S010	1	M	A	-	Esqueleto robusto
S011	1	M	A	A	Esqueleto robusto, lesões líticas no manúbrio (treponematose?), clavícula direita, cárie, abscessos, alteração dentária por uso de cachimbo, dente extranumerário, perda dentária, estatura de 1,73 a 1,83m.

Tabela 1: Síntese preliminar dos dados do perfil biológico dos remanescentes do Tunel da Abolição.

4. Discussão e conclusão

Os cemitérios públicos foram implantados no Recife, a partir da segunda metade do séc. XIX, com as legislações proibitivas das inumações nas igrejas. As inumações de *escravos* africanos são relativamente raras no Brasil, especialmente aquelas envolvidas em pesquisas arqueológicas históricas. A possibilidade de associação ao cemitério dos *es-*

cravos do Engenho Madalena (sécs. XVI-XVII), que ficou em atividade até meados do séc. XIX não parece improvável.

A morfologia dos esqueletos, especialmente no occipital, ossos maxilares e da mandíbula e faces oclusais dos dentes não desgastados indicam ancestralidade africana. No inventário das “peças” do Engenho Madalena foram indicadas proveniências dos *escravos* africanos de regiões do Congo e Angola (Bantu) e Sudaneses. O estado de conservação e o impacto sofrido pelos remanescentes, antes e durante as obras na área, resultaram na incompletude e mistura dos esqueletos. Entretanto, foram obtidos dados sobre o perfil biológico, com ênfase nas doenças, traumas e uso não mastigatório dos dentes (Tabela 1). O uso de cachimbo pelos *escravos* foi referendado por Antonil (1982, p. 85), que o associava aos incêndios causados nos canaviais por descuido dos *escravos*. Torna-se fundamental o aprofundamento da análise metódica dos ossos e dentes e a sua associação com os dados históricos sobre os cemitérios de *escravos* da região.

A amostra contém um número mínimo (NMI) de 14 indivíduos (9 adultos masculinos, 4 femininos e 1 subadulto feminino); as estaturas médias variam entre 1,50 e 1,60m para as mulheres e 1,75 a 1,80m para os homens; em ambos os sexos, as áreas de origem e inserção da musculatura esquelética estão bem marcadas, indicando desenvolvimento da musculatura corporal; foram identificados sinais de traumas ósseos (como fratura cicatrizada de úmero e clavícula sem sinais de tratamento, fissura de processo zigomático direito de um occipital), desgaste oclusal severo e perda dentária antemortem, anomalias dentárias de número e forma, traços indicadores de estresses e doenças (hiperosteoese, osteomielite, artrite, osteofitose e treponematose). Conforme as recomendações dos manuais de antropologia física, forense e bioarqueologia, a análise morfológica macroscópica dos ossos do crânio, dentes e fêmures indicou ancestralidade africana para, pelo menos, 7 indivíduos.

O caso do úmero esquerdo, sepultamento 4, de adulto feminino, indica a carência de tratamento da fratura completa do terço distal do osso. A mobilidade do braço e antebraço, com a contração e distensão do bíceps, tríceps e demais músculos dessa região, indicou a presença de estresse e remodelação anômala da área fraturada, o que pode estar associado ao trabalho forçado ininterrupto no engenho junto a moenda, acidentes ou castigos. A demanda pelo trabalho das *peças* nos engenhos pernambucanos era incessante, com extremo controle e desumanidade

na lida com as mesmas pelos feitores (ANTONIL, 1982). No caso da moenda, Antonil refere-se aos acidentes com escravas, como segue:

O feitor da moenda chama a seu tempo as escravas, recebe a cana e a manda vir e meter bem nos eixos e tirar o bagaço, atentando que as negras não durmam, pelo perigo que há de ficarem presas e moídas, se lhes não cortarem as mãos, quando isto suceda, e mandando juntamente divertir a água da roda, para que pare (ANTONIL, 1982, p. 84).

Entretanto, não foram observadas lesões antemortem por amputação de mãos ou braços na amostra. Antonil (1982, p. 112) refere-se ao uso de facão para esse procedimento e relaciona os acidentes nas moendas ao *sono* e *cansaço* das escravas.

Por outro lado, a presença de sinais de treponematose no terço distal do fêmur direito, diáfises da tíbia e fíbula direitas, no esqueleto do sepultamento 4, de adulto feminino, indica a presença de doença infecciosa em grau severo, decorrente de relações sexuais ou correlatos, possivelmente relacionada ao contato forçado com os senhores do engenho ou outros fatores. A respeito de algumas das doenças adquiridas pelos escravos Antonil relata:

Junto à casa da moenda, que chamam casa do engenho, segue-se a casa das fornalhas, bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões, Vesúvios e Etnas e quase disse, do Purgatório ou do Inferno. Nem faltam perto destas fornalhas seus condenados, que são os escravos *boubentos* e os que têm corrimentos, obrigados a esta penosa assistência para purgarem com suor violento os *humores gálicos* de que têm cheios seus corpos. Vêem-se aí, também, outros escravos, facinorosos, que, presos em compridas e grossas correntes de ferro, pagam neste trabalhoso exercício os repetidos excessos da sua extraor-

dinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança da emenda. (Antonil, 1982, p. 115, os grifos são nossos).

A boubá (framboesia, piã) citada acima é causada pela bactéria *Treponema pertenue*. É infecciosa e atinge ossos, pele e cartilagens, não sendo transmissível sexualmente, mas pelo contato com a pele do doente. Desenvolve-se em três estágios, o primário, secundário e o tardio, após cinco anos de infecção inicial. Neste estágio final, provoca lesões severas na pele, ossos e articulações, com movimentos dolorosos das articulações, podendo destruir a região do nariz, maxila, palato e faringe, resultando na desfiguração da face, sendo raramente causa de morte. Possivelmente as lesões encontradas no indivíduo feminino do sepultamento 4 esteja associada a essa doença, comum em países tropicais como o Brasil e já referendadas nos engenhos, conforme a citação acima, conforme o jesuíta italiano Antonil, em seu trabalho de 1711. Mas é evidente que as concepções de Antonil sobre as doenças e tratamentos dos escravos (p. ex. humores gálicos, purgatório) estavam vinculadas ao conhecimento clerical sobre as doenças no séc. XVIII (Abreu, 2011). Quanto ao “humor gálico”, “mal gálico” ou “feridas gálicas”, estas estariam associadas à “sífilis” (HERSON, 2003, p. 198).

No manúbrio, esterno do esqueleto do sepultamento 11, foram observadas lesões líticas possivelmente associadas à infecção tardia por *Treponema*. A região da diáfise da clavícula direita apresenta uma remodelação óssea associada possivelmente à treponematose. Pela ausência da primeira costela do mesmo lado, não pode ser observada correlação desta lesão na mesma, ainda podendo indicar – simultaneamente ou não – sobrecarga em atividades de transporte com o apoio do ombro direito.

As remodelações ósseas e dentárias observadas nos esqueletos do cemitério histórico do Túnel da Abolição denotam comportamentos associados ao trabalho compulsório, intensivo e estilo de vida marcado por eventos estressantes significativos, resultando na presença de sinais de fraturas não tratadas – com alteração do eixo longitudinal do braço e modificação da articulação do antebraço-, doenças infectocontagiosas, possivelmente relacionadas à presença de bactérias do gênero *Treponema*, deficiência na absorção de Ferro durante a infância, desgaste severo dos dentes, doença periodontal, lesões cariosas e sinais

do uso de cachimbo, resultando na giroversão ocasional dos incisivos laterais e possível extrusão dos incisivos centrais (Figuras 1, 2, 3, 5 e 6).

O jesuíta italiano João Antônio Andreoni indicou a presença de doenças e traumas nos escravos brasileiros, especialmente na Bahia e Pernambuco do séc. XVIII, oferecendo subsídios que corroboram com a presença de situações de estresse que geraram alterações esqueléticas compatíveis na amostra em estudo. Assim, a “bulba”, “humores gálicos” e o uso do cachimbo entre os escravos, citados pelo religioso, apresentam relativa expressão neste caso, mesmo considerando a incompletude e fragmentação dos remanescentes humanos escavados no Túnel da Abolição.

Em um contexto mais amplo do Nordeste sob a influência da cana sobre a vida cotidiana dos seus habitantes, Freire (2004) destacou a existência de uma plêiade de doenças: a erisipela, ancilostomíase, “do mar”, “da cana”, escorbuto, esquistossomose, febre, geofagia, impaludismo, doenças “mentais”, “nervosas”, sífilis, “trazidas da África” e venéreas. Segundo ele, sob uma perspectiva higienista/sanitarista, a ordem social então predominante propiciava o aparecimento da sífilis, associada à prostituição, com a concorrência dos senhores de engenho, seus filhos, compadres e as adolescentes e escravas de Recife; a má alimentação; vestuários impróprios; más condições de habitação; e águas impróprias para o consumo.

Ainda, retomando Freire (2004), durante o domínio dos usineiros do séc. XX, as condições dos trabalhadores da cana, assalariados, não divergem em quase nada das condições de vida dos escravos dos séculos XVIII ao XIX: “iniciam seus serviços com o romper do sol e só deixam ao acaso, com pequenos intervalos para o almoço e uma merenda”. Complementa: “a despeito das condições de vida terrivelmente desfavoráveis” com os “salários os mais reduzidos e as fontes de alimentação as mais escassas” (FREIRE, 2004, p. 176-7).

Sobre as remodelações ósseas observadas na amostra do cemitério localizado no Túnel da Abolição, embora possivelmente datado do séc. XVIII e/ou XIX, Recife já apresentava casos de sífilis e doenças venéreas relacionadas ao que Freire (2004, p. 150) denominou de “prostituição ostensiva” na cidade e nos engenhos desde 1630, com o incêndio de Olinda. No caso do Túnel da Abolição, a presença de framboesia/bulba, pinta ou sífilis são sugestivas pelas lesões por infecções crônicas,

embora sem diagnóstico preciso em decorrência, entre outros fatores, de esqueletos incompletos e fragmentados.

Evidentemente as informações históricas podem auxiliar no processo de interpretação bioarqueológica dos remanescentes ósseos e dentários escavados, mas torna-se imprescindível um sistema diagnóstico nos níveis biomolecular, isotópico e fisiológico comparativos, que deve ser desenvolvido na sequência da pesquisa do cemitério histórico do Pilar, também situado em Recife, Pernambuco.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao arqueólogo Marcos Albuquerque, às atenciosas arqueólogas Eleonora Guerra, Silvia e Equipe de Escavação; aos funcionários do Laboratório de Arqueologia Biológica e Forense (LABIFOR) do Departamento de Arqueologia da UFPE.

Referências bibliográficas

ABREU, J. L. N. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

ALBUQUERQUE, M. *Relatorio Final, referente ao Programa de Prospeccao Arqueologica e Educacao Patrimonial na Área das Obras de Implantação do Tunel da Abolição do Corredor de Transporte Publico de Passageiros Leste-Oeste(Fase I e II), em Recife – PE*. Recife: Arqueologue, 2014.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1982 (1711).

BASS, W. M. *Human Osteology. A Laboratory and Field Manual*. 5 ed. Springfield: Missouri Archaeological Society, n. 2, 2005.

BROTHWELL, R. D. *Digging up Bones*. 3 ed. New York: Cornell University Press, 1981.

BUIKSTRA, J. E.; UBELAKER, D. H. *Standards for data collection from human skeletal remains*. (report n. 44). Fayetteville, AR: Arkansas Archaeological Survey, 1994.

BYERS, S. N. *Introduction to forensic anthropology*. 3 ed. Boston: Pearson/Allyn and Bacon, 2008.

FREYRE, G. *Nordeste*. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global Editora. 2004.

GILROY, A. M.; MAC PHERSON, B. R.; ROSS, L. M.; VOLL, M.; WESKER, K. H. *Atlas de Anatomia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008 (Traduzido por Cláudia Lúcia Caetano de Araújo).

GRAAF, K. M. Van De.; MORTON, D. A.; CRAWLEY, J. L. *A Photographic Atlas for the Anatomy and Physiology Laboratory*. 6. ed. Colorado: Morton Publishing Company, 2007.

HERSON, B. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

MANN, R. W.; HUNT, D. R. *Photographic Regional Atlas of Bone Disease*. Springfield: Charles C Thomas Publisher, 2005.

MAYS, S. *The archaeology of human bones*. 2 ed. London: Routledge, 2010.

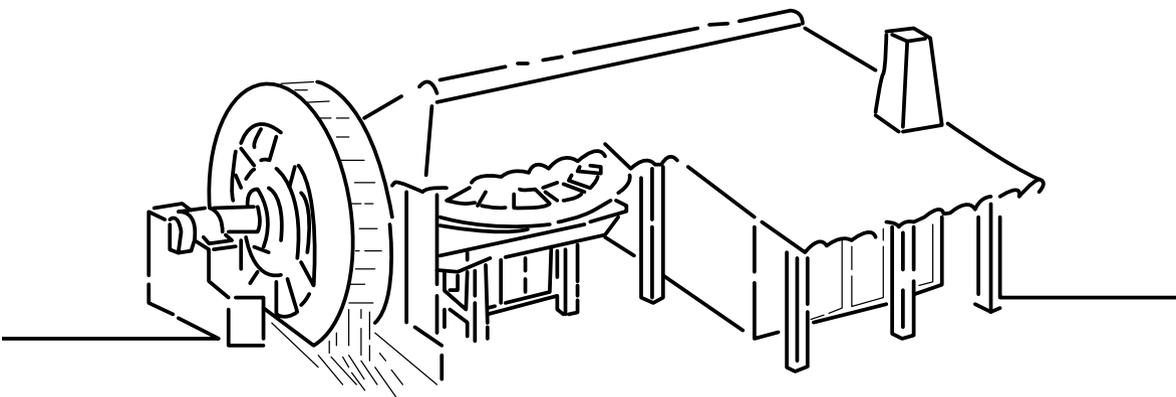
MC MINN, R. M. H.; HUTCHINGS, R. T. *Atlas Colorido de Anatomia Humana*. 2. ed. São Paulo: Manole, 1989.

ORTNER, D. J. *Identification of pathological conditions in human skeletal remains*. 2. ed. San Francisco: Elsevier/Academic Press, 2003.

SLAVEC, Z. Z. *New method of identifying Family related skulls*. Slovenia: Springer Wien New York, 2004.

UBELAKER, D. H. *Human skeletal remains: excavation, analysis, interpretation*. 3 ed. Washington DC:Taraxacum, 1999.

WHITE, T. D.; BLACK, M. T.; FOLKENS, P. A. *Human Osteology*. 3. ed. New York: Elsevier Academi.



AS FACES DA MORTE: Um estudo de arqueologia funerária em sítios arqueológicos do século XVII- Enfoque Brasil Holandês (1630-1654)

*Izabela Pereira de Lima*¹

*Lucas Alves da Rocha*²

*Endi Souza Ganem*³

1 Aluna de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: izabelapereiradelima@gmail.com/ izabelapereiradelima@hotmail.com.

2 Aluno de bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: lucas-alves170@hotmail.com.

3 Aluno de bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: endisouza@yahoo.com.br.

1. A arqueologia da morte

A Arqueologia da Morte é um ramo da Arqueologia que interage com a antropologia física, a antropologia, as ciências forenses e a tafonomia com o intuito de estudar as práticas, ritos e símbolos da morte de uma sociedade do passado.

Segundo Strauss (2012) e Silva (2014), a morte de um indivíduo é uma situação social particular, que resulta num número de relações de identidades muito maior do que é usual no cotidiano, demandando uma representação plena das várias identidades sociais do indivíduo.

Binford (1972), diz que existe um tratamento diferenciado do corpo, quando se trata dos rituais funerários e isso depende de quatro variáveis: sexo, idade, status e filiação social.

Contudo, tais dados não são suficientes para buscar grupos culturais distintos, é necessário compilar informações, isto é, ter um conjunto de dados mais completos, os quais possam nos dar ideia de como proceder na análise e coleta de informações dos rituais funerários. Para isso, O'Shea (1984), dividiu esses dados em seis categorias:

- 1) Aspectos biológicos (números de indivíduos, sexo e idade).
- 2) Preparação e tratamento do corpo (tipo de deposição e a posição em que foi colocado na sepultura).
- 4) Características da sepultura (dimensão, profundidade, forma).
- 5) Acompanhamentos funerários (o enxoval funerário).
- 6) Localização (área do enterramento, distribuição espacial do sítio).
- 7) Aspectos ambientais (estudo das condições ambientais na época do enterramento).

O estudo arqueológico sobre o fenômeno da morte em populações do passado depende da obtenção, análise e interpretação dos dados mortuários. Estão relacionados aos vestígios encontrados no contexto arqueológico, dentro de um sepultamento, compreendendo o corpo, os acompanhamentos funerários e a cova (Sprague, 2005).

Desde a antiguidade, o homem tenta descobrir como a morte influencia as diversas culturas e como está ligada a nossa evolução. É papel da Arqueologia estudar os rituais funerários, para melhor compreender a evolução do homem e como ele se relacionava em sociedade.

2. Cemitério: lugar de memória

O cemitério é um local de deposição, onde os corpos são inumados de forma ordenada, seguindo um ritual de deposição específico de acordo com cada grupo cultural.

Castro (2008), fala que o cemitério é por si só, um lugar da luta pelo não esquecimento e pode ser comparado a um grande monumento ou um conjunto de monumentos erguidos em memória dos entes que se foram, sendo, portanto, um lugar da rememoração.

Neste contexto, esses espaços cemiteriais podem ser compreendidos como o espaço onde se recusa esquecer, sendo este um desejo do homem vivo: o homem não quer ser esquecido depois de morto, e por isso, “constrói” espaços determinados à sua perpetuação.

Tratando o cemitério como um local onde podemos obter informações importantes sobre cada cultura, e como esta se relaciona com os que já partiram, e tais enterramentos são algo que tem uma fluidez constante em cada sociedade, sofrendo com as mudanças das manifestações culturais, de acordo com as necessidades de cada grupo e não só isso a mudança ocorre também de acordo com a posição social do indivíduo dentro da sociedade.

Existem muitas variáveis que estabelecem os padrões funerários, como a econômica, o status social, a cronologia, a espacial e a religiosa, logo podemos dizer que existe nos cemitérios a guarda dos significados que são a identidade de um povo e este é um patrimônio arqueológico por que se tornam um local de proteção, trazendo as gerações futuras essas características identitárias.

Para entender essa dinâmica social em que o morto se encontra, é necessária entender seu status social dentro do grupo, através das análises de algumas variáveis, as quais são determinadas pelo estudo de cada parte do sepultamento isolada e como um todo. Ribeiro (2007) diz que o status social apresenta dois tipos de distinções em seu estudo:

- 1) Verticais- são aquelas que apresentam as camadas com diferentes padrões de riqueza.
- 2) Horizontais- são aquelas que apresentam subgrupos sociais, clãs, famílias, diferenças entre pessoas que pertencem à mesma camada social.

Ribeiro (2007) pontua inclusive que as características horizontais são as mais difíceis de estudar e que para se realizar tal estudo é necessário considerar as seguintes variáveis:

- 1) Vestimentas
- 2) Pequenos objetos, adornos
- 3) Cabelos
- 4) Orientação do corpo
- 5) Posição do corpo

Sendo tais fatores uma coleção de diferentes formas de expressão social, que são propagadas entre grupos e indivíduos de diversas culturas.

3. A morte no Brasil colonial: a questão do cemitério

Escrever ou pesquisar sobre tamanho assunto tanto na História como na Arqueologia é uma missão árdua e deveras cansativa, mas prazerosa quando os frutos começam a aparecer diante de nós pesquisadores.

Vejamos primeiramente que a morte no Brasil colonial é algo que muitos pesquisadores poderiam passar anos estudando e chegando a diversos pontos de vista e questões antes não estudadas, mas vamos nos aprofundar em uma única questão que pode ser uma dúvida que outros tenham: Existiam cemitérios antes do século XIX?

Tal dúvida deve ter feito pessoas pensarem de formas frenéticas, iguais os presentes pesquisadores e hoje podemos dizer: provavelmente existia sim, pois a palavra já era usada no Brasil, desde meados do século XVII.

Para termos ideia sobre o termo cemitério no Brasil, devemos ver primeiramente como e quando começou seu uso fora do país. Na Europa, em plena crise religiosa e guerra, em países como França e Holanda, o uso de cemitérios era algo frequente, mas não da forma que conhecemos hoje, agregados a uma igreja que era responsável pelo mesmo, pois dar um enterro digno aos enfermos também era um ato de caridade (Ariès, 2001).

Em Portugal, se tinha a ideia das casas de misericórdia que existiram inclusive no Brasil, sendo a primeira fundada em Olinda (Mello, 1993) que além de cuidar dos doentes, tinha o dever com estes de prover um enterro digno.

Desde o século XIII, ou até mesmo antes se usavam lugares longe das cidades para se enterrar os mortos, costume que veio dos romanos, temerosos com os espectros que poderiam trazer mau agouro, sendo nesta época a morte algo rotineiro, algo que beirava o comum dentro da sociedade. Entre eles, temos o evento da peste negra, que quase dizimou toda população europeia, e, relatos eram os mais variados inclusive do tratamento dos mortos, enterros noturnos com pouco luxo e pessoas acompanhando, como descreve o Decameron de Baccacio (1983) escrito no século XV, retratando a morte e os mortos em alguns contos, fatores que grandes historiadores como Philippe Ariès estudou de forma tão admirável em suas obras dedicada a morte.

Os cemitérios já existiam dentro de algumas sociedades europeias viam com olhos desconfiados com outras, como já mencionado na Holanda e França eles existiam inclusive em *A morte é uma festa*, o historiador baiano traz a planta de um cemitério francês do século XVI (Reis, 2012), sendo que em países como Portugal e Espanha pouco se soube, durante nossas pesquisas, além dos enterros dentro das igrejas e os enterros das “Judiarías” (Miguel, 2007).

Durante os levantamentos bibliográficos sobre a morte no Brasil Holandês, nos deparamos com o termo “cemitério” em um texto seiscentista, escrito por Frei Vicente de Salvador, *A História do Brasil*, em seu livro quinto que em parte trata da guerra entre os portugueses e holandeses na Bahia, menciona o termo “cemitério”, antes inédito (mas não quer dizer que outro documento anterior não poderia conter o termo, associado à influencia da cultura europeia no Brasil) em uma igreja dentro da cidade de Salvador, aonde na parte da igreja os oficiais foram enterrados e no róseo foi feito um cemitério, onde foram outros enterrados (Salvador, 1975).

Com base nisso, procuramos outras menções em vários livros do período compreendido entre 1600 e 1654, como o livro primeiro e segundo do Governo do Brasil, códices disponíveis na Torre do Tombo e no arquivo ultramarino, trazidos para Recife, além de documentos pertencentes aos arquivos holandeses e bibliotecas particulares e universitárias. Deparamo-nos com uma dúvida que, provavelmente, possa ser uma solução comprovada em nossas pesquisas: será que a introdução do uso dos cemitérios no Brasil ocorreu durante os períodos de ocupação holandesa no nordeste do Brasil (1624-1654)? Como também suspeitou o Historiador Pereira da Costa que o Polé (instrumento

de tortura) foi introduzido pelos holandeses, e depois apoderado pelos portugueses após sua expulsão? (Pereira da costa, 1983)

4. As faces da morte no Recife holandês (1630-1654)

Recife foi escolhido por ter sido uma área geográfica que sofreu grande influência da ocupação “holandesa” e por escavações arqueológicas em diversas áreas que nos propiciam material suficiente para explanar sobre esse aspecto funesto da sociedade, a morte! Nos outros estados podemos encontrar, possivelmente, algo similar ao mencionado no presente trabalho.

Primeiramente dividimos nossas atenções em três sítios arqueológicos distintos entre si: os enterramentos encontrados no monte dos Guararapes; os enterramentos da Igreja de Nossa Senhora de Rosário dos Homens Brancos da Várzea e dos enterramentos encontrados no sítio arqueológico na comunidade do Pilar em Recife. Com base nestes três sítios, os trabalhos de pesquisa mostraram dados sobre tais enterros e suas preparações, além de um histórico sobre eles, de uma pesquisa histórica sobre os enterramentos judaicos na Europa e sua relação com os enterros judaicos praticados no Brasil colonial.

O detalhe do Rosário é um grande marco entre os luso-brasileiros e para os holandeses, que na sua maioria eram calvinistas e luteranos, o uso deste tipo de imagem seria algo terrível, como o próprio historiador Hermman e Wajten (2004) menciona o caso de um predicante que era duramente repreendido por andar com uma imagem, provavelmente um rosário.

5. Enterramentos encontrados no monte dos Guararapes

Durantes as pesquisas arqueológicas realizadas pelo arqueólogo e professor da Universidade Federal de Pernambuco, Marcos Albuquerque, foram evidenciados enterramentos de soldados que lutaram durante as batalhas dos Guararapes (Figuras 1A e 1B), onde vários soldados e oficiais de ambos os lados morreram e foram enterrados possivelmente próximos àquele campo de Batalha. Foi localizado junto com um

esqueleto, hoje em exposição no Forte do Brum, no Recife, um Rosário de procedência portuguesa.

Os rosários eram uma das marcas dentro da fé dos soldados luso-brasileiros como mostra um cronista do período de nome Pierre Moreau (1981), em seus textos, relatando que muitos dos que iam à batalha levavam com eles tais amuletos, de fé ou superstição.

Com esse achado arqueológico, podemos hoje ter uma das faces da morte representadas, a face luso-brasileira, a face católica cujas imagens protetoras andavam junto com os protegidos, e muitas vezes milagrosas, como relata frei Manuel Calado (2004, 2004b).



1A



1B

Figuras 1A e 1B: Enterramento escavado no monte dos Guararapes, pertencente a um soldado luso-brasileiro, morto durante a batalha, pode-se nota no canto esquerdo inferior a presença de pequenas contas de rosário, que acompanharam o morto. Fonte: vivointensamenteascoisasmais-simples.blogspot.

6. Os enterramentos da igreja de Nossa Senhora de Rosário dos Homens Brancos da Várzea

Um caso peculiar foi o achado dos corpos de uma cova coletiva, durante as pesquisas arqueológica na igreja de Nossa Senhora da Várzea (Figura 2), ou Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos, onde estariam enterrados os restos mortais do herói potiguar e restaurador pernambucano Dom Felipe Camarão. Durante as pesquisas, não foram localizados os restos mortais do herói, mas sim uma cova coletiva, onde foram encontrados diversos esqueletos, em diferentes posturas e traumas nos ossos.

Tais remanescentes davam claras testemunhas de vítimas de uma guerra, lesões, quebras e perfurações em diversas partes em diversos indivíduos, estudados pela mesma equipe do professor Marcos Albuquerque (1997). Poderiam estar relacionados às batalhas do Guararapes? Mas o que estariam fazendo na igreja, tão distante do sítio das batalhas?

Quem esclarece parcialmente essas questões é frei Manuel Caldo, em seu livro *O Valeroso Lucideno*, sobre um hospital luso-brasileiro que atendeu os feridos das batalhas, e em tempos duros de epidemias e guerra, quando era necessário; e ainda tinha como apoio soldados ingleses como menciona o Historiador José Antônio Gonsalves de Mello (1993). Então não seria de se estranhar ter, além de luso-brasileiros, negros, índios, ingleses e outros que se juntaram as tropas restauradoras. Esta hipótese não foi comprovada.

Aqui se mostra a segunda face: uma face múltipla, de origem diferente, mas um mesmo ideal.



Figura 2: Esqueletos encontrados em cova coletiva na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos homens Brancos da Várzea.
Fonte: ALBUQUERQUE; LUCENA, 1997.

7. Enterramentos encontrados no sítio arqueológico, na comunidade do Pilar em Recife

Esse caso ainda se mantém em estudo, mas através do que já foi publicado e das pesquisas recorrentes e notificações em meio público como jornais e telejornais é possível estabelecer uma visão crítica do sítio arqueológico, que foi descoberto durante um acompanhamento arqueológico da fundação Seridó, devido à construção de habitacionais na área aonde hoje se encontra a comunidade do Pilar, antiga favela do Rato.

Os pesquisadores julgavam que, durante o acompanhamento arqueológico, poderiam ser evidenciados restos construtivos do antigo forte velho ou forte de São Jorge (que alguns dividem em duas fases: São Jorge Velho e São Jorge novo), mas houve uma surpresa com o encontro de alicerce de casas que existiram ali e abaixo dele, esqueletos humanos em posição estendida, com as mãos em sua maioria sobre o tórax ou sobre região abdominal.

O que houve foi um estranhamento com a ausência de enxoval funerário, roupas, moedas, pois nada se encontrou próximo aos mortos. A partir da hipótese inicial de que todos são europeus (Pessis et alli, 2013), surgiram outras dúvidas: seriam integrantes dos grupos de marinheiros que vieram com o corsário inglês James Lancaster, no final do século XVI? O número de indivíduos não corresponde com a documentação da época; poderia ser uma tropa exterminada, com um caso mencionado em *Memórias diárias da Guerra do Brasil* de Duarte de Albuquerque Coelho e *Diário de um Soldado*, de Ambrosio Richshoffer, que foram mortos e enterrados; ainda poderia ser um cemitério judeu, devido ao achado de um fragmento de metal contendo símbolos judaicos, como a estrela de Davi e o menorá, mas o que se estranhou foi o tipo de metal do qual era feito: segundo notícia do *Jornal do Comercio*, do dia 22/12/2013, intitulada “Passado judaico perto da revelação”, o material do dito objeto seria a alpaca ou também conhecida como prata-alemã. Ainda a presença de um apêndice (alça) de recipiente cerâmico de tipo igualmente encontrado nas escavações da sinagoga da Rua dos Judeus em Recife também corrobora com a hipótese do cemitério com presença de judeus.

Há também a probabilidade de estes enterramentos estarem relacionados com o hospital que foi instalado no forte de São Jorge, que durou de 1638 até 1654, pois há menções dos hospitais holandeses nos documentos de rendição (Mello, 1975; Jesus, 1979). Este hospital, durante os anos de 1640 a 1649, estaria lotado de doentes e mortos de diversos lugares, dos domínios holandeses (Miranda, 2014; Mello, 1983).

Alguns textos transcritos pelo Historiador José Antônio Gonalves de Mello dão a suspeita que poderia haver um “cemitério” ou um local para enterrar, próximo ao hospital, já que Recife estava a 350 metros aproximadamente do Hospital, e antes a área de extensão do istmo era de mais ou menos 80 metros (Bello; Rocha; Lima, 2014).

Diferentemente dos enterramentos mencionados acima, segundo informações do *Jornal do Comercio*, em algumas áreas, após a retirada dos esqueletos, percebeu-se que havia outros, abaixo dos removidos, mostrando que o local, diferente de uma cova coletiva, mostra uma organização ou padrão de inumação individual ou em duplas, algo bastante diferente do que se observa na figura 2, referente aos enterramentos da Várzea.

O segundo ponto de vista está fundamentado na menção do já citado Herman Wajten, em seu livro, onde menciona que na década de 40

do século XVII, o hospital do Recife (que o mesmo confunde com outra construção, talvez o hospital de Maurícia.) estava sem médicos, nem medicamentos e ate mesmo faltavam panos, talvez esse reaproveitamento de tecidos, como já era mencionado por Ambrósio em seu diário (1979) o que poderia explicar a ausência do enxoval funerário, ou ate mesmo ambas as respostas podem ser correlacionadas.

Ou, ainda, seriam ali enterradas as vítimas do castigo do Polé, que ali existiu até 1685 e depois foram removidos? Mas nesse caso não coincidem as datas das execuções com as das casas, pois a ocupação daquela área já havia começado em 1680 e se expandiu até 1682. Na metade de século XVIII, o fora de portas possuía 140 casas, segundo Loreto Couto e no século XIX, 150 casas em levantamento feito pelo Diário de Pernambuco (Mello, 1975).

Ainda se falta muito a pesquisar sobre tais enterramentos e como sobreviveram após a restauração pernambucana, onde a maioria dos registros materiais (Mello, 1981; Andrade, 2012) vinculados aos flamengos foram destruídos ou profanados, como aconteceu em Salvador, quando esqueletos e corpos ainda em putrefação foram removidos das covas dentro da igreja e alguns foram mandados enterrar no campo (em solo não santo) ou atirados ao Mar (Schalkwijk,1986:458).

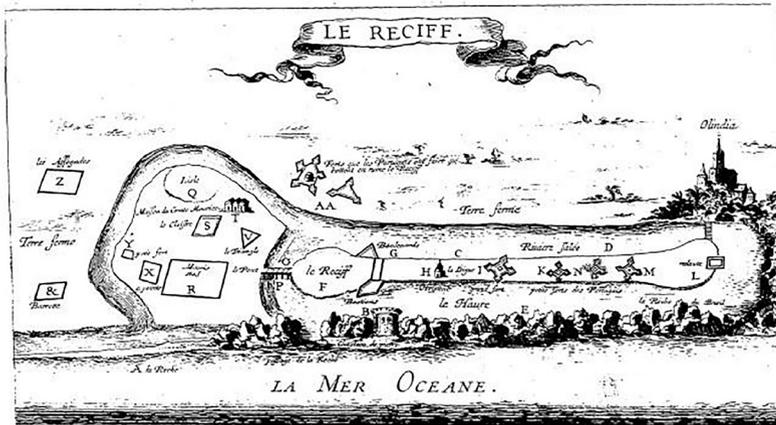


Figura 3: Mapa intitulado “O Recife” de autoria desconhecida, produzido em 1651 para a coletânea de obras sobre viagens. Na letra H referisse ao Hospital que se situavam no Forte de São Jorge (Letra I) é um mapa de cunho ilustrativo e ainda em estudo pelos autores e que se encontra com uma tradução na monografia da autora Izabela Pereira de Lima. Fonte: Biblioteca Nacional da Viena (Reprodução dos autores sobre permissão da A ausência de enxoval pode ser explicada historicamente por dois pontos de vista: o primeiro seria que os enterrados foram depositados sobre diretrizes da igreja protestante, mais precisamente sobre a visão Calvinista, que não via com bons olhos o ato de um enterro acompanhado de pertences ou orações outras honras fúnebres, como nos mostra Ariès e Duby (2013:113), algo que ate em tempos de crise como o Recife e o nordeste viviam, e que origina o segundo ponto de vista.



Figura 4: Enterro encontra no sítio arqueológico Pilar, percebem-se dois corpos muito próximos, possivelmente covas individuais e simultâneas. Fonte: Jornal do Comercio.

8. Um caso especial: o cemitério dos Judeus no Recife e os ritos funerários

Neste caso nos deparamos com uma dúvida: como os judeus enterravam? Dados levantados indicam a presença de braços estendidos ao longo do corpo. Os católicos e protestantes que têm sua matriz cultural-religiosa do judaísmo também posicionam os membros superiores dos seus mortos do mesmo modo. Por causa disso, foi feita uma pesquisa sobre a morte dentro do judaísmo, com ênfase no final do século XVI e início do Século XVII.

Revedo denúncias do Santo Ofício entre os anos de 1593 a 1595, podem ser encontrados relatos sobre a morte judaica e o ato de enterrar em solo virgem, com as ideias do solo puro de onde Adão foi

criado e para onde os seus descendentes teriam que retornar (Garcia,1929). Ainda, o Historiador Rodolfo Garcia na introdução das denúncias, nos traz um dado importante sobre um ritual pouco conhecido dos judeus:

Banham os defuntos, lançavam-lhes calções de lenço amortalhando-os com camisa comprida, pondo-lhe uma mortalha dobrada ao estilo de capa, enterrandos em terra viva e em cova funda (...) pondo-lhes em sua boca um grão de alfajor ou um dinheiro de ouro ou prata, dizendo que era para pagar a primeira despesa. (Garcia, 1929: XXI).

Essa última despesa seria a do barqueiro pela passagem pelo rio Jordão, segundo o romancista Richard Zimler, em seu livro *O ultimo cavalista de Lisboa*, depois dos ataques aos judeus em Portugal no início do século XVI, em alguns corpos eram deixadas moedas na boca para pagar a travessia do Rio Jordão (Zimler, 2010:123).

Nas denúncias são apresentados casos de enterrados em terra virgem, o que levou a crer nas práticas judaicas em Olinda e Recife, além dos célebres rituais, quando se jogava água das jarras e potes fora para que a alma do morto não apareça.

Com a ocupação holandesa, muitos cripto-judeus e cristãos novos voltaram ao berço da religião judaica e suas práticas, inclusive criando sua própria sinagoga e o seu cemitério, além de uma rua aonde se concentrava a vida comercial e social dos judeus no Recife, durante a ocupação holandesa, que foi construída a partir da compra de um terreno por David Sênior Coronel (Mello,1987; Mota Menezes, 2015; Mello,1976 b) próximo ao fora de porta, que depois foi incluído dentro das defesas do Recife se tornando a Rua dos Judeus.

O cemitério dos judeus não se parecia com os cemitérios ibéricos dos judeus que ficavam, em sua maioria, próximos à judiaria, na distância da última casa desta área e até o cemitério contar-se-iam 50 passos, ou seja, aproximadamente 16,5 metros de distancia, e muitas vezes esses cemitérios ficavam fora de portas das cidades (MIGUEL, 2007:57).



4A



4B

Figuras 4A e 4B : Ilustrações do cemitério dos Judeus em Ouderkerk em 1680, Holanda, nas imagens mostram a riquezas de túmulos e na foto 4a mostra um caixão sendo desembarcado para seu funeral, autor: Romeyn de Hooghe. Fonte: Joods Histori.

Segundo a Dra. Tânia Kaufman em sua contribuição ao relatório das escavações realizadas no Pilar, alguns cemitérios das comunidades judaicas ficavam a 55 metros de distancia das muralhas da cidade (Pessis *et al*,2013:21).

Podemos inferir que a comunidade judaica já estava plenamente estabelecida em 1638, com o final das construções defensivas em Recife em 1637, que incluía o Baluarte Porta da Terra, onde começou a evolução urbana, como podemos comparar através dos mapas Insula Antonij Vaazi de 1637 e Caerte van de Haven van Pharnambocque de 1639. Devemos nota neste último mapa, a primeira menção segundo Jose Antonio ao cemitério dos Judeus, que se localiza hoje no bairro dos Coelhos, cuja área foi localizada através de plantas pelo arquiteto José Luiz Mota Menezes (2001)

Esse cemitério tem uma breve semelhança geográfica com o cemitério de Ouderkerk (ou Ouwerkerque,) que seu acesso era por meio fluvial, aonde hoje se encontram 27 mil pessoas enterradas da comunidade judaica, com túmulos que datam do século XVII aos dias de hoje.

Outros dados históricos trazem diversas informações sobre os enterros judaicos como no livro *Gente da Nação* (1996:293) e Jose Luiz

da Mota Menezes em *Nova Iorque nasce em Pernambuco: Duas estrelas o mesmo sonho* (2002:22-26), onde pode ver que há diferenças muito grandes entre as práticas judaicas de enterrar em cada país. Casos similares foram mostrados dentro da arqueologia através de trabalho na Espanha, Portugal e Amsterdam e ate mesmo na Inglaterra (Falcon, 2006; Castaño, 2007; Kerkhof, 2011; Gonzalez;Arribas; Torres, 2013; Santos; Santos; Belesteros,1970; Barranco,1996; Marks, 2009-2010), sendo em alguns casos acontecendo forte atrito entre os arqueólogos e a comunidade judaica mundial, pois na Espanha em um caso foi localizado um cemitério judaico da baixa idade media, quando houve a escavação e remoção de corpos e a comunidade judaica achou uma profanação e tal caso se prolongou como caso judicial (Colomer, 2014).

Outro detalhe importante foi a orientação dos corpos. No caso dos países mencionados acima os corpos são direcionados ora no sentido leste-oeste ou no sentido oeste-leste, que no caso é o de Sevilha. No texto de Falcon (2006) ainda é feita a seguinte descrição:

A comunidade hebraica sevilhana empregava um ritual que se manteve sem variação ate o século XVI, e que possivelmente seguiram praticando os convertidos judaizantes. Consistia em uma inumação individual em posição decúbito dorsal, com os pés e braços estendidos e as palmas das mãos apoiadas na pélvis ou nas coxas com algumas variações pontuais, a cara virada sempre para sul e as covas orientadas no sentido Oeste-leste. (Tradução e grifo nossa FALCON, 2006: 327).

Além da presença de metais junto a alguns corpos e caixões e até cúpulas de tijolos sobre alguns corpos, o cemitério estudado tem mais de 200 anos de uso.

Poderia se prolongar as mais diversas informações, mas considerando que tal estudo é extenso, então limitaremos a dar algumas informações que podem ajudar, como o cemitério dos judeus, que foi utilizado segundo registros até 1644, depois na área próxima foi feito um posto de inspeção contra os insurretos e depois da restauração passou para posse de Henrique Dias (Mello, 1976; Mello, 1981), além dis-

so devido ao cerco a Recife e as intrigas entre as duas sinagogas ambas tinham cemitérios ou usavam o único do bairro dos coelhos? Dúvidas como essa e outras só serão respondidas futuramente através de pesquisas históricas e arqueológicas. Para realmente se entender o passado judaico em Pernambuco.

9. Considerações finais

Neste artigo, centramos o estudo na tríade católico/protestante/judeus, que são os que, de certa forma, chamam a atenção para um estudo detalhado, pois ao mesmo tempo em que muitos preferem estudá-los separadamente, melhor seria estudá-los de forma conjunta, para se ter maiores informações sobre o modo de viver e morrer de cada um em um período tão conturbado da história do Brasil.

A morte ainda neste período pode nos dar uma visão de outras partes da sociedade, como os rituais africanos perante a morte (Nieuhof, 1988; Soler, 1997), dos índios e de outros que ainda não foram estudados detidamente. Além do mais, nos deparamos com outros sítios arqueológicos forenses e funerários do final do século XVII durante nossas pesquisas que hoje se mantêm esquecidos, os esqueletos da Igreja da madre de Deus, que datam da epidemia de Bexiga que atacou Recife entre 1685 a 1691, local onde o modo de deposição e cuidado para com as vítimas foram diferentes do sitio Pilar, por causa da perturbação no solo.

Mas os locais, segundo a historiografia, são diferentes (Jaboatam, 1859; Loreto Couto, 1980; Santos, 1980; Osorio, 1975) e resgates arqueológicos foram realizados e estudados por pesquisadores (Carvalho et al, 2008), mas hoje estão esquecidos e podem dar um panorama de Pernambuco pós insurreição.

Esse artigo é apenas o início de uma extensa pesquisa voltada ao estudo da morte no Brasil colonial, mais ainda no Brasil durante a ocupação holandesa, desde tipos de castigos até a localização de pontos de execução e covas coletivas por epidemias e guerras, para que se possa ter uma ideia de como era sobreviver neste período.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, M & LUCENA, V & WASMSLEY, D. 1999. *Fortes de Pernambuco-imagens do passado*. Recife. Ed Graftorre Ltda.210pp.
- ALBUQUERQUE, M & LUCENA, V 1997. *Arraial Novo do Bom Jesus. Consolidando um processo, iniciando um futuro*. Recife, Ed Graftorre Ltda. 200 pp.
- ANDRADE, R, M, F. 2012 *Brasil monumentos históricos e arqueológicos*. Edição comentada. IPHAN. Rio de Janeiro.
- ANDRADRE, G. O. 1969. *Montebelo, os males e os mascates*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco. 150pp.
- AREIS, P.& DUBY,G.2009. *Historia da vida privada volume III da renascença ao século das luzes*. Tradução Hildegard Feist.Companhia de Bolso. São Paulo. 630pp.
- ARIÈS, P. 2001. *Historia da Morte no Ocidente*. São Paulo, Saraiva.300pp.
- BARRANCO, M. B. P. 1996. La necrópolis judía bajomedieval sevillana desde las funetes escritas (Espanha).SPAL,Servilla, 5:209-222.
- BELLO, M & ROCHA, L. A & LIMA, I. P. *Forte de São Jorge: Mudanças de uma fortificação em mapas do século XVI ao XVII no Recife Colonial*. Comunicação apresentada durante o terceiro encontro regional SAB nordeste-Maranhão,2014.
- BINFORD, L. R.1972. *Mortuary practices: their study and their potential. Approaches to the social dimension of mortuary practices.(EUA)* Memoirs of Society American Archeology. New York. nº 25, págs 208-243.
- BOCCACIO, G. 1983. *Decameron*. São Paulo, Abril Cultural. 250pp.
- BOXER,C. W.2004. *Os holandeses no Brasil*. Recife, CEPE. 490 pp.
- CALADO, M.2004 a. *O valeroso Lucideno Volume I*. Recife, CEPE. 350pp.
- _____. 2004 b. *O valeroso Lucideno Volume II*. Recife, CEPE. 350pp.
- BOXER, C. W.2004. *Os holandeses no Brasil*. Recife, CEPE. 500pp.
- CASTRO, E. T.2008. *Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)*. Florianópolis, SC, V. 1 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. 380pp.

CARVALHO, O. A. et al.2008. Estudos Bioarqueologicos na igreja da madre de deus, Recife, Pernambuco: exumação de esqueletos humanos (Brasil). *Caniné*, Sergipe, 12:151-172.

CASTAÑO, J. 2007. Una menorá grabada hallada en Gredos (Espanha).Sefarad, Madrid,V.67-N.1:221-228.

COUTO, D. L. 1981. *Desagravos do Brasil e glorias de Pernambuco*. Fundação de cultura da prefeitura do Recife. Recife. 561pp.

COLOMER, L.2014. The Politcs of human remain in Managing Archaeological Medieval Jewis Burial Grounds in Europe (Suecia).*Nordisk kulturpolitisk tidsskrift*, Boras, V.17-N.1:168-186.

FALCÓN, I. S. 2006. Excavaciones arqueologicas en el cementerio de la Alama judia de Servilla (1992-2006) (Espanha).*Anales de Arqueologia Cordobesa*,Córdoba,N.16-v.II:317-330.

GARCIA, R.(org) *Primeira visitação do Santo Oficio as partes do Brasil Denunciações de Pernambuco 1593-1595*. São Paulo, Paulo Prado.1929. 510pp.

GONZÁLEZ,B.C & ARRIBAS, J. C.& TORRE, J. D. 2013. El cementerio judío medieval de ‘la Encarnacion’ en Ávila.Sefarad, Madrid,V.73-N.2:309-338.

JABOATAM, A.S. M. 1859. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*. Typografia Brasileira de Maximiano Gomes Ribeiro. Rio de Janeiro. 852pp.

KERKHOF, M. P. A. M. 2001. Préstamos en el portugués de los judios hispano-portugueses de Ámsterdam en lá primeira mitad del siglo XVII.(Espanha).*Sefarad*, Madrid,V.71-N.2:413-434.

MARKS, K. 2008/2009. The archaeology of Anglo-jewry in London, 1656-c.1850 (Inglaterra).*WINTER*, Londres.10:182-188.

MELLO, D.P. 1993. O hospital da tamarineira do Recife 1883-1987(Brasil). *Revista do Instituto Arqueológico Histórico geográfico Pernambucano*, Recife. 58:285-305.

MELLO, J. A, M. 1987. *Tempo dos Flamengos*. Editora Massagana/Fundação Joaquim Nabuco. Recife. 290pp.

_____. 1996. *Gente da Nação*. 2º edição. Recife, Editora Massagana/Fundação Joaquim Nabuco. 550 pp.

_____.1976 a. *Cartografia holandesa no Recife*. Recife, IPHAN/MEC.45pp.

_____.1976 b. *A rendição dos holandeses em 1654*. Recife, IPHAN/MEC.110pp.

_____. 1993. *Tempo de jornal*. Recife, Editora Massagana. 210 pp.

_____. 1956. *Os restauradores Pernambucanos*. Editora Universidade do Recife. 500pp.

_____. 1983. *Henrique Dias*. Editora Massagana/ Fundação Joaquim Nabuco. Recife. 48pp.

_____. 1975. *O diário de Pernambuco e a História social do Nordeste volume II*. Recife, Editora O Cruzeiro. 520pp.

MIGUEL, I. L. C. 2007. *Religião e vida social no espaço urbano: Comunidades judaicas na Beira Interior em Finais da Idade Média*. Dissertação de mestrado. Portugal. Universidade de Lisboa.

MIRANDA, B. R. 2014. *Gente de Guerra*. Recife, EDUFPE. 400pp.

MOREAU, P; BARO, R. 1981. *História das últimas lutas entre portugueses e holandeses no Brasil e viagem ao país dos tapuias*. Itatiaia/ UDESP. São Paulo.

MOTA MENEZES, J. L. *A recriação do Paraíso: Judeus e cristão novos em Olinda e Recife nos séculos XVI e XVII*. Recife, CEPE. 160pp.

MOTTA, A. 2009. *A flor da pedra: Formas Tumulares e processos sociais no cemitérios Brasileiros*. Recife. FUNDAJ.

_____. 2002. *Nova Iorque nasce em Pernambuco: Duas estrelas, O mesmo sonho*. Recife. Bandepe. 62pp.

NIEOUHF, J. 1988. *Memorável viagem Terrestre Marítima no Brasil*. Itatiaia/ UDESP. São Paulo.

O'SHEA, J. M. 1984. *Mortuary Variability*. Florida, Academic press. 340pp.

PESSIS, A. M. et al. 2013. Evidências de um cemitério de época colonial no Pilar, Bairro do Recife, PE. (Brasil), *Clio, Série arqueológica*, Recife, 23: 1-27.

PEREIRA DA COSTA, F. A. 1983. *Anais Pernambucano Volume 4 (1666-1700)*. Recife, Fundação de cultura da cidade do Recife. 450 pp.

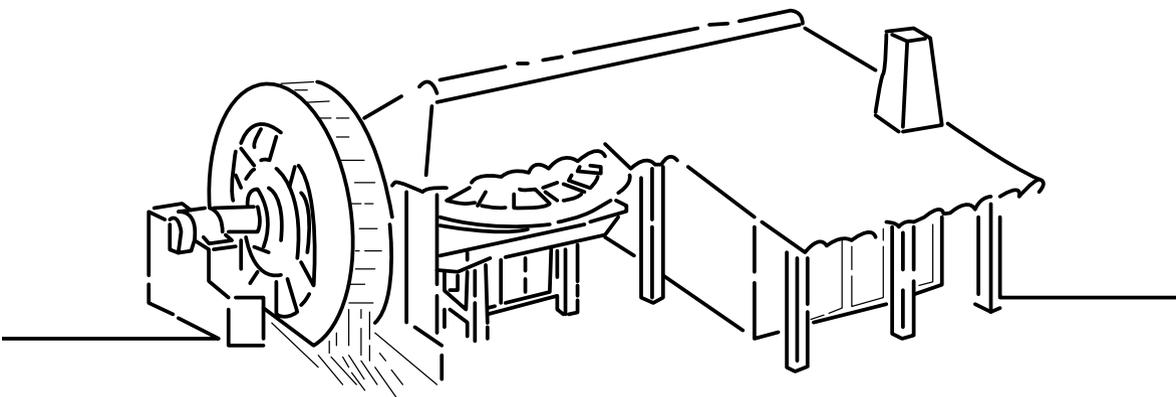
REIS, J. J. 2012. *A morte é uma festa*. Rio de Janeiro, Companhia das letras. 360pp.

RIBEMBOIM, J. L & MOTA MENEZES, J. L. 2001. *O primeiro cemitério judeu das Américas*, Recife. Bagaço. 120 pp.

RIBEIRO, M. S. 2007. *Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica*. São Paulo: Alameda. 210PP.

RICHSHOFFER, A. & BAERS, J. 1977. *Diário de um soldado / Olinda conquistada*. Fundação de cultura da cidade do Recife. Recife. 200pp.

- SALVADOR, V.1975. Historia do Brasil (1500-1627). 6° edição. Melhoramentos. São Paulo.450pp.
- SANTOS, M. 1986. Calamidades de Pernambuco. Fundação de cultura da Cidade do Recife. 250pp.
- SANTOS, C. S & SANTOS, C. A & BALESTEROS, C.2000. Marcas de um simbologia religiosa judaica e cristã ou cristã-nova nos nucleo urbanos antigos de Estremoz e de Trancoso in MARTINS, M. M et al. "Terrenos da arqueologia da penisula Ibérica: Annaes do 3° congresso de arqueologia penisular. Porto. ADECAP.pp.207-228.
- SCHALKWIJK, L. F. 1986. Igreja e estado do Brasil Holandês 1630- 1654. Recife, Fundação de cultura da cidade do Recife. 500 pp.
- SILVA, S. F. S. M. da. 2014. Arqueologia Funerária: Corpo, Cultura e Sociedade: Ensaio sobre a interdisciplinaridade arqueológica no estudo das práticas mortuárias. Recife: PROEXT-UFPE&Ed. Universitária da UFPE.
- SOARES, J. .C .M. (org). 1950. Livro Primeiro do Governo do Brasil. Rio de Janeiro, Seção de publicação do serviço de documentação. 450 pp.
- SOLER, J. V. 1997. Breve e curioso Relato de algumas singularidades do Brasil. In.Documentos da biblioteca universitária e Leiden. Index. Rio de Janeiro. 25pp.
- SPRAGUE, R. 2005. Burial Terminology: A guide for researchers. New York: AltaMira Press. 250pp.
- STRAUSS, A.2012. Possibilidades e limitações interpretativas da Hipótese Saxe/Goldstein.(Brasil) Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciencias Humanas, Belém, v. 7, n. 2, p.525-546.
- TAUNNEY, A. E. 1927. Livro Segundo do governo do Brasil. São Paulo. Imprensa oficial.100 pp.
- WAJTEN, H. 2004. O domínio colonial holandês no Brasil. 3° edição. Recife, CEPE. 500pp.
- ZIMLER, R.2010. O ultimo Cabalista de Lisboa. São Paulo, Bestbol.



NOS CAMINHOS DA NATUREZA: Correlações entre mobilidade logística Tupiguarani e recursos ambientais na porção pernambucana da chapada do Araripe

*Alencar de Miranda Amaral¹
Cláudia Alves de Oliveira²
Rosemary Aparecida Cardoso³*

1 Arqueólogo, Doutor em arqueologia pelo Departamento de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, aneeka07@gmail.com.

2 Arqueóloga, professora do Departamento de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, olivas@hotmail.com.br.

3 Arqueóloga, doutoranda do Departamento de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, rsmrycardoso@gmail.com.

1. Introdução

Arqueólogos com diferentes perspectivas teóricas têm buscado compreender como ao longo do tempo os grupos humanos desenvolveram mecanismos de apropriação do meio ambiente e construção de seu universo sócio-cultural. Exortando a necessidade de reconhecermos os sítios arqueológicos enquanto matrizes espaciais que delineiam a intersecção entre as atividades humanas e o ambiente natural.

Seguindo esta linha de raciocínio, procuramos em nosso trabalho definir os recursos disponíveis na porção pernambucana da Chapada do Araripe, e compreender como sua potencial exploração pode ter atuado sobre as estratégias de mobilidade dos ceramistas Tupiguarani que ocuparam a área que hoje esta inserida no município de Araripina - PE.

Assim, a partir da análise de diferentes aspectos do contexto geo-ambiental de 24 sítios lito-cerâmicos instalados em Araripina, perquirimos os limites e possibilidades ofertadas pelos ecossistemas locais nos quais os ceramistas Tupiguarani se instalaram, objetivando compreender como a oferta diferencial de recursos pode ter influenciado as estratégias de mobilidade logística empregadas pelos indígenas que ocuparam esta área.

Apesar da relativa proximidade existente entre os sítios arqueológicos que integram a presente pesquisa (todos inseridos no atual território do município de Araripina - PE), os mesmos encontram-se implantados em duas unidades fisiográficas com características diferentes. Dos 24 sítios, 9 estão inseridos nos domínios da Depressão Sertaneja, estando os 15 restantes alocados na área da Chapada. Esta dualidade na implantação dos sítios revelou não só uma distribuição diferencial dos recursos naturais, mas também a utilização de estratégias de mobilidades díspares e congruentes com as características de cada área.

Deste modo, o presente artigo centra-se na análise das principais características destas duas unidades geoambientais, buscando refletir como as sutis diferenças existentes podem ter influenciado o modo de vida dos grupos pretéritos que ocuparam estes locais; e gerado cenários distintos de mobilidade visando o aproveitamento dos recursos disponíveis nas duas áreas.

2. A dinâmica dos solos: geomorfologia, geologia e pedologia

Em uma escala macro-espacial, nossa área de estudo se integra a Mesorregião da Chapada do Araripe, cuja grande extensão territorial⁴ abriga áreas com contextos ambientais ricos e diferenciados. De espacial interesse para nosso trabalho são as feições apresentadas pela porção pernambucana da “Chapada do Araripe⁵”, sobretudo na dualidade entre os domínios da Depressão Sertaneja e Chapada, que formam o panorama geoambiental do município de Araripina.

A Depressão Sertaneja, cujas áreas em Araripina são popularmente designadas como sertão, pode ser caracterizada como um extenso pediplano com relevo suavemente ondulado e cotas altimétricas variando de 350m a 500m. Cortada por vales fluviais estreitos, a Depressão Sertaneja também apresenta uma heterogeneidade geomorfológica⁶ e litológica, decorrente da presença de rochas cristalinas e rochas sedimentares de origens e cronologias diversificadas.

Por sua vez, a Chapada apresenta feição tabular de superfície horizontal a subhorizontal, com gradiente topográfico variando de 960m, na parte oriental (município de Jardim-CE), a 760m na parte ocidental

4 A Mesorregião Chapada do Araripe possui uma área total de 76.654,3 km², englobando 103 municípios, sendo 25 no estado do Ceará, 18 em Pernambuco e 60 no Piauí.

5 Cabe salientar que ao logo de todo o texto empregaremos o termo “Chapada do Araripe” como um sinônimo para “Mesorregião da Chapada do Araripe”; por outro lado, o termo “Chapada” será utilizado exclusivamente para designar a unidade ou domínio geoambiental que será apresentada no decorrer deste capítulo. Portanto, em nosso trabalho sobre a amálgama do vocábulo “Chapada do Araripe” estão introjetadas tanto as áreas da Depressão Sertaneja quanto os territórios da Chapada.

6 De modo geral, as unidades morfológicas da Depressão Sertaneja podem ser divididas em: chapadas baixas pouco dissecadas (relevo plano no topo); chapadas baixas dissecadas (relevo suavemente ondulado e ondulado); serras e serrotes (pequenas elevações com exposição de afloramentos rochosos); superfícies retalhadas (relevo com retalhamento intenso variando de plano a ondulado); pediplanos arenosos (cotas altimétricas variam entre 200 a 400m, relevo plano abaciado que acompanha os riachos); várzeas e terraços aluviais (superfícies aplainadas ao longo das calhas dos rios, baixas cotas altimétricas) (Sena, 2007:42-43).

(Araripina - PE). A Chapada é formada por plataformas sedimentares referidas ao Cretáceo e Siluriano-Devoniano Inferior, apresentando configuração predominantemente plana com partes suavemente onduladas (Assine, 1990).

Tendo como parâmetro a declividade observada no terreno, o relevo da Chapada do Araripe pode ser classificado como: plano (0,0 a 9,9°); suavemente ondulado (10,1 a 24,9°); ondulado (25,0 a 44,9°); fortemente ondulado (45,0 a 59,9°); e escarpado (60,0 a 90,0°). Como revelado pela tabela abaixo (Tabela 1), mais da metade da área total do município de Araripina apresenta declividade inferior a 25°. Sendo as maiores contagens encontradas principalmente nas áreas de fronteira e/ou transição da Depressão Sertaneja e Chapada, e mesmos nestes locais a declividade não ultrapassa 60° (Codevasf, 2007:7).

Relevo	Plano	Suavemente Ondulado	Ondulado	Fortemente Ondulado	Escarpado	Total
Área em Hectares	73.880	55.410	36.940	18.470	0	184.700

Tabela 1: Tipos de Relevo encontrados no município de Araripina; Fonte: Codevasf, 2007.

Deste modo, podemos ponderar que o relevo não foi um fator limitante à circulação humana em nossa área de estudo. As baixas declividades imperam tanto no topo da Chapada como nos vales fluviais da Depressão Sertaneja, permitindo o livre deslocamento no interior destas áreas e possibilitando que os caminhos ou rotas a serem percorridos não sejam determinados pelo relevo. Por outro lado, apesar de a inclinação do terreno ser maior nas áreas de transição entre Chapada e Depressão Sertaneja, ainda assim existem pontos com relevo ondulado e suavemente ondulado que facilitariam o acesso entre essas áreas. Além disso, mesmos os pontos com maior declividade podem ser superados sem o auxílio de técnicas ou equipamentos especiais (cordas, escadas, etc).

Geologicamente, o município de Araripina está integrado à Baía do Araripe, que possui uma área aproximada de 11.000 km². Sua

forma é alongada, seguindo o eixo E-W e fortemente compartimentada por falhas reativadas do embasamento pré-cambriano (Ponte & Ponte Filho, 1996).

Para além da formação basal Mauriti, a coluna lito-estratigráfica da Bacia do Araripe pode ser dividida em dois grupos o Araripe e o Vale do Cariri. O grupo Vale do Cariri, englobando as seqüências pré a sin-rifte, representadas por rochas do Jurássico Superior ao Cretáceo Inferior. Este pacote reúne as formações Brejo Santo, Missão Velha e Abaiara. Já o grupo Araripe é uma seqüência pós-rifte do Cretáceo médio, que forma extensos lençóis de estratos sedimentares em atitudes subhorizontais e recobre os pacotes sedimentares anteriores. É dividido nas formações Rio da Batateira, Santana, Arajara e Exu (Ponte & Api, 1990).

A Bacia do Araripe apresenta a maior área de exposição de rochas cretáceas. O embasamento da Bacia é composto por rochas magmáticas e metamórficas. Os granitos ocorrem distribuídos nas margens oeste e sul; gnaisses e migmatitos são os principais tipos litológicos de metamorfismo de alto grau. Rochas metassedimentares, como quartzitos e outras de baixo grau metamórfico (clorita-xistos, filitos e mármore) também compõem o embasamento da bacia. As litologias sedimentares que a preenchem são constituídas por conglomerados, arenitos conglomeráticos, arenitos, siltitos, folhelhos, argilitos, margas, calcários, gipsita e anidrita (Beurlen, 1963).

De modo geral, observa-se que nos domínios da Depressão Sertaneja predomina um conjunto de rochas sedimentares, tais como arenitos, siltitos, folhelhos e conglomerados, mas também há locais com afloramento de quartzo e granito (Sena, 2007:103). Já na Chapada temos a presença de arenitos argilosos e conglomeráticos no topo da Chapada (formação Exú), e folhelhos e calcários nas vertentes (formação Santana).

Esta distribuição diferenciada dos recursos litológicos aparece refletida na coleção dos sítios de Araripina; sendo que 97% dos artefatos líticos são provenientes de sítios alocados na Depressão Sertaneja (Neto, 2008). Nesta área, há maior disponibilidade das rochas e minerais que foram empregadas na confecção dos instrumentos líticos (silexito, quartzo, arenito silicificado, argilito), abundantes principalmente junto aos cursos d'água.

Portanto, as pessoas que ocuparam os sítios instalados na Depressão Sertaneja estavam próximas das áreas de coleta de matéria-prima, o que reduzia a necessidade de deslocamentos de longa dis-

tância para a obtenção deste recurso, que foi amplamente explorado. Por outro lado, os grupos que ocuparam a área de Chapada deveriam se afastar mais de suas aldeias para obter os suportes para a produção dos artefatos líticos, sendo a mobilidade logística para aquisição deste recurso caracterizada pela necessidade de um maior raio forrageiro, o que pode ter limitado sua utilização.

Segundo o levantamento feito em 2000 pela EMBRAPA, os principais tipos de solo encontrados na cidade de Araripina são: Latossolo amarelo e vermelho-amarelo, Podzólico amarelo e vermelho-amarelo, Regossolos, Planossolos, Solos aluviais, Solos litólicos.

Tendo como base esta classificação da EMBRAPA (2000), a análise da distribuição espacial dos sítios Tupiguarani do município de Araripina revelaram que os sítios da Depressão Sertaneja estão inseridos em áreas com solos dos tipos aluviais; podzólicos amarelos; podzólicos vermelhos-amarelos; planossolos; regossolos. Na área de Chapada, os sítios arqueológicos foram implantados sobre latossolos e solos litológicos (Sena, 2007:114).

Apesar de existir uma maior diversidade de tipos de solo na área da Depressão Sertaneja, e esses serem, de modo geral, mais férteis do que aqueles encontrados na Chapada, ambas as áreas apresentam classes de solos adequados aos cultivos agrícolas (Codevasf, 2007:11). E mesmo com a deficiência hídrica existente, tanto as terras da Chapada quanto da Depressão Sertaneja estão aptas à lavoura da mandioca e outros tubérculos, apesar de a maior produtividade ocorrer nas terras da Chapada, sendo os grãos melhor adaptados aos vales fluviais.

Deste modo, a fertilidade do solo não seria um fator determinante para a concentração da produção de alimentos em apenas uma das áreas; não sendo, portanto, um fator condicionante para o deslocamento dos grupos pretéritos. Ou seja, os grupos que habitavam o alto da Chapada não necessariamente precisavam se mover até as áreas da Depressão Sertaneja para ali cultivar suas roças, ou vice-versa. Portanto, tendo em consideração a aptidão dos solos para a produção agrícola (em especial para o cultivo da mandioca), observamos que tanto os domínios da Chapada quanto as áreas da Depressão Sertaneja possuem condições necessárias para abrigar simultaneamente locais destinados à habitação permanente e à produção sazonal de alimentos, isto é, aldeias e roçados. Assim, os movimentos necessários para a preparação, cultivo e colheita da lavoura poderiam se limitar às fronteiras de uma

única área; não havendo, contudo, meios para determinar as distâncias percorridas ou mesmo afirmar que, no passado, as pessoas que moravam no alto da Chapada não cultivavam as terras do sertão.

Por outro lado, as características edáficas demonstram uma distribuição desigual da matéria prima necessária à olaria. Os solos existentes na área de Chapada majoritariamente apresentam baixo teor de argila, sendo este elemento mais recorrente apenas em grandes profundidades. Todavia, na Depressão Sertaneja, em especial nas áreas próximo aos cursos d'água, há maior abundância de sedimentos superficiais com as características necessárias a produção de vasilhames cerâmicos. Esta distribuição desigual das fontes de matéria prima pode ter incrementado a mobilidade logística dos grupos que ocuparam o topo da Chapada do Araripe, visto que, a obtenção da argila exigiria o deslocamento até as jazidas localizadas na área da Depressão Sertaneja.

3. O soprar dos ventos e o cair das chuvas: climatologia

A região na qual esta inserida a Chapada do Araripe é submetida a forte radiação solar, com o sol atingindo o zênite duas vezes ao ano (Codevasf, 2007:11). Como resultado deste fenômeno, as temperaturas médias na região são altas e o clima, classificado por Köppen como Bsw⁷ (tropical semiárido essencialmente quente e seco).

Contudo, a ação refrescante dos ventos alísios, conjugada à altitude da Chapada⁷, faz com que esta seja uma das áreas com temperatura mais amena de toda a região Nordeste. Sendo que as mínimas termais para o município de Araripina tendem a ocorrer entre os meses de junho a agosto com média de 19°; já o período mais quente acontece entre os meses de outubro e dezembro com a temperatura chegando a 34°.

Na porção pernambucana da Chapada do Araripe, a precipitação média anual raramente supera 1.000 mm, e em aproximadamente 50% deste território os índices são inferiores a 700 mm. Outro fato negativo sobre a pluviosidade desta região é a má distribuição anual; o período

7 Quase todas as regiões com clima do tipo Bsw⁷ possuem médias térmicas anuais acima de 26 °C, onde apenas as áreas situadas acima de 200 m de altitude possuem temperatura média anual inferior a 26 °C, como é o caso da Região do Araripe, localizada entre 400 e 900 m acima do nível do mar (Codevasf, 2007:11).

chuvoso se concentra em um curto espaço de tempo, sendo que cerca de 71% das precipitações ocorrem entre os meses de janeiro e abril (Codevasf, 2007:12).

Os índices pluviométricos de Araripina não se distinguem muito do quadro supracitado, todavia, é possível observar algumas diferenças entre as áreas da Chapada e Depressão Sertaneja. De modo geral, as cotas alcançadas na área de Chapada são superiores àquelas auferidas sobre os domínios da Depressão Sertaneja. Além disso, esta última área apresenta uma pior distribuição mensal das precipitações, com os maiores déficits ocorrendo em agosto e setembro.

Se aceitarmos um quadro semelhante no regime das chuvas para o período em que os ceramistas Tupiguarani ocuparam a área que atualmente integra o município de Araripina, algumas considerações podem ser feitas. Os trabalhos de preparação das áreas de lavoura⁸ (derrubada da vegetação; retirada e queima de raízes e troncos) deveriam se concentrar nos períodos anteriores as chuvas, sendo marcado pela necessidade de movimentos constantes entre as áreas da aldeia e os novos roçados.

O início do plantio, assim como nos dias atuais, se daria com a chegada do período chuvoso. Durante esta atividade, dois cenários eram possíveis: a instalação de uma infra-estrutura temporária na área de roça (acampamento), o que diminuiria a necessidade de deslocamentos constantes; ou, a circulação diária entre a roça e a aldeia. O cuidado com a plantação exigiria movimentos esporádicos para as áreas de roçado, e até mesmo a permanência temporária nestes locais.

O processo de colheita também poderia impetrar diferentes padrões de mobilidade; produtos com ciclo longo (como a mandioca) poderiam promover idas constantes as áreas de roçado, e a coleta apenas da quantidade mínima para satisfazer as necessidades imediatas; por outro lado, produtos com ciclo de vida curto, ou que devem ser colhidos assim que atingem a condição para consumo (amendoim, milho, feijões), exigiram uma maior permanência no local da colheita e posterior transporte da produção para as áreas de habitação.

⁸ As fontes etnohistóricas e etnográficas revelam que uma vasta gama de espécies vegetais era cultivada pelos grupos indígenas brasileiros, contudo, nossas colocações estarão pautadas essencialmente no plantio da mandioca.

Cabe ressaltar que o processo de beneficiamento dos produtos agrícolas, em especial a produção da farinha de mandioca, poderia gerar cenários com padrões distintos de mobilidade. Em um primeiro momento, a colheita do produto in natura e seu transporte até o local de beneficiamento fomentariam a necessidade de deslocamentos entre a área do roçado e de preparo da farinha. Posteriormente, o processo de manufatura da farinha (descascar, ralar, prensar e torrar) induziria uma queda nos movimentos realizados, visto que exigiria uma maior permanência no local de beneficiamento do tubérculo.

4. O correr dos rios: hidrografia

A porção pernambucana da Chapada do Araripe é drenada pela bacia do rio São Francisco. Nesta região, seus afluentes são intermitentes e irregulares, dotados de fraquíssimo poderio energético. Isto porque a irregularidade do regime pluvial é agravada por um escoamento torrencial das águas e por uma exposição prolongada a altas temperaturas o longo período de estiagem, o que potencializa os índices de evaporação (Codevasf, 2007:24).

Na vertente meridional da Chapada do Araripe, onde está inserida nossa área de estudo, encontram-se as nascentes dos riachos São Pedro, Santo Antônio e o rio Brígida. Estes e outros corpos d'água de menor importância formam a bacia do rio Brígida; uma bacia subsidiária ou sub-bacia do rio São Francisco (Veríssimo & Aguiar, 2005).

A bacia do rio Brígida abrange uma área de 13.495,73 km², o que corresponde a 13,73% da superfície total do estado de Pernambuco; sendo inteiramente intermitente, com os seus cursos d'água percorrendo essencialmente áreas inseridas na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja (Araújo, 1995).

No município de Araripina, os cursos d'água têm regime de escoamento intermitente e padrão de drenagem dendrítico, merecendo destaque os riachos da Ventania, dos Moraes, dos Cocos, São José, Marinho, Bom Jardim, São Pedro, Grande, Pitombeira, Conceição, Jatobá e do Bonito (Beltrão & Mascarenhas, 2005).

Apesar de a deficiência hídrica imperar tanto na Chapada quanto na Depressão Sertaneja, cabe destacar que a grande maioria dos cursos d'água tem seus traçados percorrendo, majoritariamente, áreas da De-

pressão Sertaneja. Assim, mesmo que sazonalmente, é nesta região que há maior abundância de recursos hídricos, fato que possivelmente deve ter afetado a vida dos grupos pretéritos que habitaram estas áreas.

Estudos anteriores (Sena, 2007:111) demonstram que os sítios Tupiguarani identificados no município de Araripina foram, em sua maioria, implantados próximos aos riachos, estando localizados a uma distância (em linha reta) que varia de 50m a 3,5km. Não por acaso, as maiores distâncias em relação aos riachos estão associadas justamente aos sítios alocados nas áreas de Chapada; sendo necessário destacar que apenas os sítios localizados no alto das Serras do Minador e do Marinheiro contam com cursos de água na área da Chapada.

Deste modo, levando em consideração os dados levantados por Sena (2007), pode-se inferir que os grupos que ocuparam a área de Chapada tinham que se mover por maiores distâncias, caso desejassem explorar alguns dos recursos associados aos riachos. Além disso, com exceção dos antigos habitantes das serras do Marinheiro e Minador, os moradores da Chapada necessariamente deveriam se deslocar até algum lugar da Depressão Sertaneja, caso almejassem usufruir das benesses vinculadas aos cursos d'água.

Ainda em relação aos recursos hídricos, cabe mencionar a existência de “minadores”, “olhos d'água” e “caldeirões” nas regiões intermediárias entre a Chapada e a Depressão Sertaneja, sendo comum entre os moradores de Araripina o relato sobre a existência de alguma antiga fonte de água que era explorada pelos indígenas e que foi destruída pelos mesmos com a chegada dos colonizadores. Estas informações sugerem que corpos d'água impetrados nas vertentes da Chapada estavam sendo explorados no passado, podendo ter engendrado o deslocamento (ou a mobilidade logística) dos grupos que ocuparam tanto os sítios da Chapada quanto os da Depressão Sertaneja. Todavia, os dados disponíveis até o momento não nos permitem sequer informar as distâncias entre os sítios e essas possíveis fontes de água.

5. O ciclo das plantas e animais: flora e fauna

A mesorregião da Chapada do Araripe está inserida no bioma Caatinga, e é formada por verdadeiro mosaico vegetacional no qual ocorrem manchas de Floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular

e Floresta ribeirinha; além de áreas com Cerrado/Cerradão, Carrasco e Caatinga (Codevasf, 2007:75). Acredita-se, como sugerido pela bibliografia especializada (Barreto, 1996, 2002), que no passado a vegetação e a fauna local não deveriam ser muito diferentes da encontrada ainda hoje⁹, exceto por sua distribuição e densidade.

No município de Araripina, a flora é composta por exemplares de Cerrado/Cerradão, Carrasco e Caatinga. De modo geral, nas áreas sobre a influência da Depressão Sertaneja, há o predomínio das Caatingas hipoxerófila e hiperxerófila, sendo que nos domínios da Chapada são encontrados também formações de Cerrado/Cerradão e Carrasco (Toniolo, 2005:66).

Na porção superior da Chapada, no nível entre 800 e 1.000m, ocorre a formação subcaducifólia tropical xeromorfa, também conhecida como Cerradão. São características estruturais externas das espécies dessa cobertura vegetal: altura de até 12m, caules finos e retilíneos, copas que se superpõem, cascas suberosas, folhas largas, brilhantes e persistentes (Nascimento, 2003:105). O Cerradão diferencia-se do Cerrado por apresentar uma fisionomia de caráter florestal; por outro lado, se difere das florestas pela fisionomia, estrutura e composição florística, possuindo uma formação menos densa que a mata e, portanto, apresentando maior espaçamento entre as árvores (Araújo, 2004:76). Isto permite que pessoas possam caminhar ao longo desta formação sem a necessidade da abertura de picadas, visto que o estrato arbustivo é rarefeito.

Nas terras da parte central e oeste da Chapada, o Cerrado ocorre em manchas de uma vegetação aberta em função do tipo de terrenos com relevo plano e solos pobres, ácidos e porosos. Na porção pernambucana da Chapada do Araripe, o Cerrado se apresenta como uma vegetação biestratificada, onde há um estrato herbáceo contínuo com presença de gramíneas e um estrato arbóreo descontínuo de árvores tortuosas, com caules suberosos, folhas geralmente largas e muitas cobertas de denso pelo, com persistência de suas folhas durante o período crítico ou de estio (Nascimento, 2003:105). De modo geral, o espaçamento existente entre os componentes arbóreos e arbustivos permite a circulação hu-

9 “Embora menos conspícua na paisagem entre 11.000 e 8.900 anos AP, a vegetação de caatinga sempre esteve presente, cuja participação aumentou após 4.240 anos AP” (Barreto et al., 2002:230).

mana sem a necessidade de abertura de picadas, favorecendo a mobilidade nesta área.

A outra formação florística que ocorre na zona de Chapada é o Carrasco; que pode ser descrito como sendo um tipo vegetacional xerófilo de aspecto fisionômico subarbóreo a arbóreo de pequeno porte. Nas áreas de ocorrência do Carrasco, há o predomínio de vegetação xerófila arbustiva alta e densa, com trepadeiras abundantes e um dossel descontínuo, com árvores emergentes esparsas (Nascimento, 2003:107). O deslocamento neste tipo de vegetação é dificultado nas áreas onde há concentração de trepadeiras ou densidade de xerófilas arbustivas; porém, em áreas abertas a mobilidade é otimizada.

Na Depressão Sertaneja, predominam exemplares vegetais típicos da “savana estépica nordestina” ou Caatinga¹⁰. Embora a Caatinga seja difícil de ser classificada em seus tipos, a diferenciação das paisagens vegetais pode ser feita levando-se em conta o aspecto fisionômico, em razão dos fatores naturais, principalmente em relação à umidade do solo.

Neste sentido, a Caatinga hiperxerófila é predominante em áreas com solos rasos e pouco úmidos, sendo constituída por uma vegetação de baixo a médio porte, mais seca e espaçada, com abundância de cactáceas e caducifólias. A Caatinga hipoxerófila ocupa predominantemente áreas de solos profundos e com maior umidade; nestes locais a vegetação é mais frondosa, sendo formada em sua maioria por árvores de pequeno a médio porte, vegetação herbácea e arbustos espinhentos (Araújo, 2004:77).

Outro critério para descrição da Caatinga consiste na distribuição vertical representada pela estrutura de tamanho dos indivíduos, o que resulta nos estratos: arbóreo (4 a 10 metros de altura); arbustivo superior (2 a 3 metros de altura); arbustivo inferior (0,5 a 1,0 metro de altura).

A profusa ramificação de árvores e arbustos e a grande frequência de plantas espinhentas dificultam a circulação na caatinga. Áreas com

10 Estudos sobre as variações climáticas e vegetacionais da Caatinga nordestina, baseados em análises polínicas, indicam que este tipo de vegetação já existia há 42.000 anos A.P. A mudança de clima e vegetação, graças ao aumento de precipitação, estabeleceu um período mais úmido e frio do que o atual entre 15.500 a 11.800 anos, favorecendo o surgimento de corredores unindo as Florestas Amazônicas e Atlântica, diminuindo as áreas de Caatinga. Uma nova mudança climática durante o Holoceno, permitiu a regressão das áreas de floresta, o que favoreceu o estabelecimento da vegetação de caatinga atual, que ocorreu há aproximadamente 4.535 A.P (Dantas, 2010:18).

grande densidade dos estratos arbustivo superior e inferior impõem limites a mobilidade humana, sendo necessário, em muitos casos, a abertura de picadas, ou um deslocamento lento e cuidadoso entre a vegetação.

Os diferentes tipos de vegetação encontrados em nossa área de estudo constituem uma importante fonte de recursos que, certamente, foi amplamente explorada pelos grupos pretéritos. Tanto na área de Chapada quanto na Depressão Sertaneja, são encontradas plantas com potencial uso medicinal¹¹, alimentício e madeireiro¹², que até hoje são utilizadas pela população local.

Neste mister, merecem destaque as espécies frutíferas nativas que em Pernambuco podem ser encontradas nos estratos de vegetação existentes na Chapada e Depressão Sertaneja. A lista abaixo (Tabela 2), apesar de não conter todas as espécies frutíferas encontradas na Chapada do Araripe, demonstra a diversidade de recursos disponíveis em nossa área de estudo, e permite algumas inferências sobre sua captação.

11 Destacam-se a aroeira - *Myracrodruon urundeuva* F.F. & M.M. Alemão (adstringente); araticum - *Annona* sp.(antidiarréico); quatro-patacas - *Allamanda Blancheti* Muell. Arg. (catártica); pau-ferro - *Caesalpinia férrea* Mart. ex Tul. (antiasmática e antisséptica); catingueira (antidiarréica); velame- *Croton campestris* (St. Hil Muell. Arg.). e marmeleiro - *Croton sonderianus* Muell. Arg. (antifebris); angico - *Anadenanthera macrocarpa* Benth. (adstringente); sabiá - *Mimosa caesalpiniiifolia* Benth. (peitoral), juazeiro - *Ziziphus joazeiro* Mart. (estomacal), jericó - *Selaginella convuluta* Spring. (diurético); pau d.arco - *Tabebuia impetiginosa* (Mart. ex DC.) Standl.(anticancerígena),entre outras.

12 Como fonte madeireira para a produção de lenha, carvão e estacas, destacam-se o angico, o angico-de-bezerra (*Piptadenia obliqua* (Pres.) Macbr.), a catingueira-rasteira, o sete-cascas (*Tabebuia spongiosa*), a aroeira, a baraúna (*Schinopsis brasiliensis* Engl.), a jurema preta, o pau-d.arco, a catingueira, o sabiá e a umburana (*Commiphora leptophloeos* Engl.), dentre outras (Drumond et al 2003:331).

Nome Popular	Nome Científico	Frutificação	Tipos de Vegetação
Umbu ou Imbu	<i>Spondias tuberosa</i> Arruda	Dez-Mar	1
Cajú	<i>Anacardium occidentale</i>	Dez-Fev	2
Cajuí	<i>Anacardium microcarpum</i> Ducke	Out-Dez	3
Cajá , Acajá	<i>Spondias mombin</i> L.	Fev-Abr	2
Cajuzinho do cerrado	<i>Anacardium humile</i> A.St.-Hil.	Out-Nov	4
Pinha	<i>Annona coriacea</i> Mart.	Out-Jan	4
Pindaúva do campo	<i>Duguetia furfuracea</i> (A . St-Hil.)	Agos-Nov	4
Bruteira	<i>Annona vepretorum</i> Mart.	Fev-Abr	5
Articum, Morolo	<i>Annona tomentosa</i> R.E. Fr.	Fev-Mar	4
Pinha-brava	<i>Rollinia leptopetala</i> (R.E.Fries) Safford	Set-Out	4
Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i>	Nov-Fev	3
Acumã	<i>Syagrus flexuosa</i>	Nov-Mar	2
Ouricuri, Licuri	<i>Syagrus coronata</i> (Mart.) Becc.	Out-Dez	2
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i> DC.	Jan-Mar	1
Trapiá	<i>Crateva tapia</i> L.	Fev-Abr	4
Jatobá do Cerrado	<i>Hymenaea courbaril</i>	Ago-Nov	2
Jatobá	<i>Hymenaea stignocarpa</i> Mart. ex. Hayne	Ago-Nov	3
Umaí , Mari-mari, Mariuri	<i>Geoffroea spinosa</i> Jacq.	Mar-Ago	1
Goiabinha; Araçá de tronco cascudo	<i>Psidium pohlianum</i> O. Berg	Dez-Abr	2

>

Nome Popular	Nome Científico	Frutificação	Tipos de Vegetação
Araçá de Moita ou do Campo	<i>Psidium australe</i>	Nov-Fev	4
Araçá Amarelo	<i>Psidium cattleianum</i>	Nov-Dez	4
Araçá da Caatinga	<i>Psidium appendiculatum</i>	Jan-Mar	2
Guabiroba do campo	<i>Campomanesia adamantium</i>	Nov-Dez	4
Guabiroba-Araçá	<i>Campomanesia aurea</i>	Jan-Mar	4
Maracujá-do-mato	<i>Passiflora cincinnata</i> Mast.	Dez-Ago	2
Juá, Joá	<i>Ziziphus joazeiro</i> Mart	Jun-Ago	4
Genipapo	<i>Genipa americana</i> L	Nov-Jan	2
Guamarú, Genipapinho	<i>Tocoyena formosa</i> (Cham. & Schltdl.)	Jul-Set	4
Pitomba	<i>Talisia esculenta</i> (A. St. -Hill.) Radlk.	Fev-Abr	4
Quixaba, sapoteiaba	<i>Sideroxylon obtusifolium</i> (Humb. ex Roem. & Schult.) T. D. Penn.	Dez-Fev	4
Abiu	<i>Pouteria caimito</i>	Fev-Abr	4
Capicurú, Bacupari	<i>Peritassa campestris</i>	Jan-Abr	4
Gravatá	<i>Bromelia michaelii</i>	Fev-Mar	4
Guazutibaim, Banana de polpa preta	<i>Rosenbergiodendron longiflorum</i>	Fev-Jun	4
Indaiá, Catolé	<i>Attalea geraensis</i>	Jun-Ago	4
Pêra do Campo, Cabacinha	<i>Eugenia klotzschiana</i>	Dez-Jan	4
Uvaia do campo	<i>Eugenia lutescens</i>	Nov-Jan	4

>

Nome Popular	Nome Científico	Frutificação	Tipos de Vegetação
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>	Dez-Abr	4
Caroá	<i>Aechmea warasii</i>	Set-Dez	4
Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i>	Set-Nov	4
Seriguela	<i>Cathedra acuminata</i>	Fev-Mai	4

Tabela 2: Espécies frutíferas nativas encontradas em Pernambuco em áreas com vegetação do tipo Caatinga, Cerrado e Carrasco/ Tipo de vegetação: 1. Caatinga, Carrasco; 2. Caatinga, Cerrado; 3. Cerrado; 4. Caatinga Carrasco Cerrado; 5. Caatinga. Fonte: Lista de Espécies da Flora do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://flora-dobrasil.jbrj.gov.br/>>. Acesso em: 12 Out. 2014.

Em primeiro lugar, podemos observar que a maior parte das plantas com uso alimentício ocorre concomitantemente na Depressão Sertaneja e na Chapada. Se desprezarmos as diferenças porventura existentes nos índices de produtividade de cada área, é plausível pensar que as pessoas que ocuparam os sítios instalados no topo da Chapada em Araripina não precisavam se deslocar até algum lugar nos sertões (Depressão Sertaneja) para obter as frutas que estivessem disponíveis naquela estação. Sendo o mesmo cenário válido para os habitantes dos sítios da Depressão Sertaneja.

Por sua vez, se levarmos em consideração o período de frutificação das espécies acima listadas, e admitirmos sua potencial utilização pelos grupos pretéritos que viveram nos sítios de Araripina, observamos que a maior parte destes recursos estava disponível entre os meses de dezembro a abril. Ou seja, durante a estação chuvosa, quando estão sendo implementados os trabalhos para o cultivo dos roçados. Este cenário deve ter gerado um conflito de interesses entre a atividade coletora e a de plantio, exigindo um cuidadoso planejamento e aproveitamen-

to do tempo de trabalho, visto que uma ampla gama de recursos (sejam eles conseguidos nos roçados ou coletados no entorno) só poderia ser aproveitada durante um limitado espaço de tempo.

Talvez, um modo encontrado para lidar com esta situação tenha sido o incremento da mobilidade durante este período. É possível que entre os meses de dezembro a abril os ceramistas que ocuparam a porção pernambucana da Chapada do Araripe se deslocassem com mais frequência, por maiores distâncias e durante um período maior tempo. Isto porque era necessário conciliar o cuidado com a plantação com a coleta das frutas que estariam sazonalmente disponíveis; e mesmo que o trabalho na roça não transcorresse durante toda a estação chuvosa, o recolhimento dos frutos imputaria uma maior dinâmica na mobilidade logística dos grupos já que a oferta de recursos era temporalmente restrita. Assim, caso desejassem garantir uma fonte de alimentos a longo prazo (plantação), sem abrir mão de alguns recursos mais perenes, tanto os ocupantes dos sítios da Chapada quanto os habitantes da Depressão Sertaneja teriam que se mover mais constantemente durante o período das chuvas.

Se levarmos em consideração os modelos etnográficos sobre a divisão sexual do trabalho entre as comunidades indígenas brasileiras, perceberemos que as mulheres são a principal mão-de-obra para as atividades de coleta, plantio e preparo dos alimentos; estando os homens dedicados as atividades de caça e limpeza das novas áreas de roça (coivara), auxiliando de forma secundária o cuidado com a plantação. Assim sendo, é possível que os meses de dezembro a abril representassem o ápice da mobilidade feminina, já que era nesse período que elas realizavam a maior parte dos trabalhos que exigiam a circulação para além dos limites da aldeia. Por outro lado, as atividades executadas pelos homens sugerem que a mobilidade masculina era maior e mais constante, não sendo necessariamente otimizada pela sazonalidade ambiental.

Provavelmente, a captação de insumos e matérias primas vegetais teve um papel de destaque na mobilidade logística dos ceramistas Tupiguarani que ocuparam a porção pernambucana da Chapada do Araripe, contudo, o contexto arqueológico desvelado pelos sítios de Araripe não nos traz informações sobre este panorama.

Quanto à fauna da Chapada do Araripe, os estudos são raros, e em sua grande maioria apresentam dados gerais, relativos ao bioma da Caatinga. Deste modo, os levantamentos realizados não revelaram uma diferença significativa entre as espécies animais recorrentes nos domí-

nios de Chapada e Depressão Sertaneja, o que ocorre é uma ampla circulação de algumas espécies entre estas áreas. Sendo este o panorama vislumbrado para o contexto de Araripina.

A diversidade de espécies e famílias de insetos existentes nesse ecossistema é imensa, por isso, optamos por citar somente um caso, cujos levantamentos etnográficos demonstram ampla utilização pelos grupos indígenas brasileiros.

Como abordamos anteriormente, a flora em nossa área de estudo é rica e diversificada, produzindo uma grande quantidade de néctar e pólen que atraem diferentes espécies de insetos. Entre estes, destacam-se as abelhas que são o principal grupo de visitantes florais e de polinizadores da Caatinga (Machado & Lopes, 1994).

Dentre as abelhas nativas, merecem destaque as do gênero *Meliponini* e *Trigonini*, que não possuem ferrão e produzem uma quantidade significativa de mel. Atualmente em Araripina algumas abelhas nativas são criadas para a produção de mel, entre elas estão a jataí (*Tetragonisca angustula*), mandaçaia (*Melipona quadrifasciata*), urucu amarela (*Melipona rufiventris*), tiúba (*Melipona compressipes*), jandaíra (*Melipona subnitida*), e borá (*Tetragona clavipes*) (Sousa, 2011:21). Estas abelhas estão distribuídas por todas as regiões de Araripina, deste modo, no passado, os habitantes dos sítios da Depressão Sertaneja não precisariam, necessariamente, se deslocar até os domínios da Chapada para coletar mel; nem os moradores da Chapada se mover até o “sertão”.

As informações sobre os répteis e anfíbios identificados no bioma da Caatinga semi-árida apontam a existência de 47 espécies de lagartos, 10 espécies de anfisbenídeos, 52 espécies de serpentes, quatro quelônios, três *Crocodylia*, 48 anfíbios anuros e três *Gymnophiona*. O município de Exú, circunvizinho a Araripina, é a localidade mais bem amostrada do estado de Pernambuco e de todo o nordeste seco, tendo sido registradas 18 espécies de serpentes, 16 de lagartos e 19 de anfíbios anuros (Rodrigues, 2003).

Rãs, lagartos e cobras integram a dieta alimentar de diferentes grupos indígenas brasileiros. Caso os grupos ceramistas que ocuparam os sítios de Araripina tenham explorado estes recursos (algo que não podemos confirmar a partir dos vestígios arqueológicos coletados até o momento), fica implícito que os moradores da Depressão Sertaneja precisavam de se mover menos para ter acesso aos anfíbios. Isto, porque estes animais ocupam principalmente as áreas úmidas próximas

aos cursos d'água, que como discutido anteriormente, estão localizados majoritariamente nas terras da Depressão Sertaneja. Por sua vez, o apre-samento de cobras (jibóia - *Boa constrictor*; caninana - *Spillotes pullatus*; cascavel - *Crotalus durissus cascavella*; etc.) e lagartos (iguana - *Iguana iguana*; teju - *Tupinambis teguixin*, etc.) não exigiria o deslocamento da Chapada para a Depressão Sertaneja, ou vice-versa. Todavia, como a captura destes animais (especialmente dos lagartos) é normalmente realizada com o uso de armadilhas, esta atividade imputaria a necessidade de movimentos periódicos até as áreas de caça; porém, os dados arqueo-lógicos não nos permitem averiguar as distâncias percorridas.

A Caatinga é identificada como um importante centro de endemismo para aves, tendo sido identificadas até o momento um total de 510 espécies de aves distribuídas em 62 famílias. Em sua maioria esses pássaros são de pequeno porte, oferecendo, individualmente, pouca reserva de proteína; além disso, a maioria das espécies procura áreas mais úmidas, ou tem maior raio forrageio, durante o período da seca. Entre estas estão algumas espécies de pombas, como a avoante (*Zenaida auriculata*) e a asa-branca (*Patagioenas picazuro*), que chegam durante o período de reprodução para se alimentar, principalmente, das sementes de marmeleiro (*Alibertia* sp.), que floresce no período chuvoso. Aves de maior porte, como o jacu (*Penelope jacucaca*) também aparecem na região; esta espécie ofereceria uma quantidade maior de proteína aos grupos pretéritos que ocuparam a chapada do Araripe, e seu abate com armas de propulsão ou captura com armadilhas demandaria a circulação nas áreas com vegetação fechada (Silva et al 2003).

A compilação taxonômica dos peixes que ocorrem na Caatinga indica a presença de 240 espécies, distribuídas em sete ordens; sendo algumas espécies possivelmente endêmicas. Acredita-se que esses peixes distribuam-se pelas bacias interiores e costeiras do nordeste brasileiro, atingindo os rios e riachos intermitentes localizados na Caatinga durante o período das chuvas (Rosa & Menezes, 1996). Assim sendo, no passado, a oferta de peixes na região de Araripina era sazonal, e concentrada nos domínios da Depressão Sertaneja. O que minimizava as distâncias a serem percorridas pelos moradores dos sítios instalados nestas áreas; e impunha sobre as pessoas que ocupavam o topo da Chapada a necessidade de se deslocar até os vales fluviais caso pretendessem pescar.

Sobre os mamíferos, os trabalhos disponíveis revelam a existência de 143 espécies, compostas principalmente por animais de pequeno

a médio porte que estão amplamente distribuídos e adaptados ao bioma da Caatinga, ou que ocupam temporariamente estas áreas. Deste modo, tanto a Chapada quanto a Depressão Sertaneja seriam território do tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), tatuí ou tatu-china (*Dasybus septemcinctus*), tatu-galinha (*Dasybus novemcinctus*), tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*), tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*), sagüi (*Callithrix jacchus*), raposinha do mato (*Cerdocyon thous*), suçuarana (*Puma concolor*), onça pintada (*Panthera onca*), guaxinim (*Procyon cancrivorus*), veado catiingueiro (*Mazama gouazoupira*), porco do mato (*Tayassu tajacu*; *Tayassu pecari*), preá (*Cavia aperea*; *Cavia fulgida*; *Galea spixii*), mocó (*Kerodon rupestris*), cutia (*Dasyprocta prymnolopha*), e coelhos (*Sylvilagus brasiliensis*) (Dantas, 2010:24).

Os dados acima apresentados indicam que apesar de a oferta de proteína animal ser grande no bioma da Caatinga, este recurso se apresenta de forma dispersa e em pequenas proporções. Quando se leva em consideração o tamanho/peso da fauna local, observa-se que a maior parte dos indivíduos é de pequeno e médio porte (ex: tatu; mocó, jacu, teiú, etc.), deste modo, a captura de um único exemplar seria insuficiente para a alimentação de uma família, ou no máximo, corresponderia a uma única refeição. Portanto, a caça destes animais exigiria deslocamentos constantes, seja para montar e checar armadilhas, ou mesmo para o rastreio e abate com armas de propulsão.

Por outro lado, os animais com capacidade de oferecer uma maior quantidade de carne (especialmente os cervos e porcos do mato) possuem um amplo raio de forrageio, se deslocando constantemente e por longas distâncias. Este comportamento imporia a necessidade dos caçadores se moverem por grandes extensões de terra com o intuito de rastrear estes animais ou identificar seus locais de passagem e paragem.

Todavia, se levarmos em consideração que em todo o mundo as fontes de água são apontadas como locais estratégicos para a caçada, podemos supor que as áreas próximas aos riachos, que correm majoritariamente na Depressão Sertaneja, tenham sido exploradas como locus privilegiado para o abate de animais de maior porte. Deste modo, os grupos que se instalaram no alto da Chapada estariam mais distantes dos melhores campos de caça, tendo que se deslocar até os domínios da Depressão Sertaneja caso quisessem explorar estas áreas. Por sua vez,

os habitantes da Depressão Sertaneja, poderiam limitar seus movimentos logísticos de caça a áreas mais próximas aos sítios.

Infelizmente, a inexistência de um levantamento preciso da fauna silvestre de Araripina (e sua distribuição pelos domínios da Chapada e Depressão Sertaneja), associada à ausência de vestígios biológicos na coleção arqueológica dos sítios deste município, inviabiliza o teste das sugestões aqui apresentadas. Porém, acreditamos que fontes etno-históricas e etnográficas demonstram que o cenário vislumbrado não é uma mera especulação distante da realidade vivenciada por grupos indígenas do passado e presente; sendo sua contrastação com os dados arqueológicos uma lacuna que precisa ser superada com a ampliação das pesquisas na Chapada do Araripe.

6. Considerações finais

No presente artigo, buscamos demonstrar que a caracterização ambiental da área na qual os sítios arqueológicos estão inseridos é relevante não apenas por indicar os recursos disponíveis, mas por revelar como a distribuição diferencial de insumos pode ter influenciado as estratégias de mobilidade dos grupos pretéritos.

No caso de nossa área de estudo, os dados levantados e as análises realizadas indicam que a distribuição diferencial de recursos tenha promovido a adoção de estratégias de mobilidade logística distintas entre os ceramistas Tupiguarani que ocuparam os sítios inseridos nas áreas de Chapada e Depressão Sertaneja.

De modo geral, podemos inferir que a maior oferta de fontes de matéria prima para produção dos artefatos lito-cerâmicos nos domínios da Depressão Sertaneja provavelmente possibilitou que os movimentos logísticos realizados pelos grupos que habitavam essa área fossem mais curtos (menor distância percorrida) do que aqueles impetrados pelos ocupantes dos sítios da Chapada.

Por sua vez, a alternância entre a breve estação chuvosa e a dominante sazão seca impunha pressões semelhantes aos habitantes da Chapada e da Depressão Sertaneja. A temporada das chuvas promovia o incremento da mobilidade logística, visto que este período coincide com a frutificação de grande parte das espécies da caatinga; e é tam-

bém o momento mais adequado para as atividades de preparação e plantio do roçado.

Deste modo, era provavelmente na época das chuvas que as mulheres (responsáveis pela coleta das frutas e cuidado com a roça) mais circulavam para além dos limites das aldeias. Por outro lado, a mobilidade logística masculina (fulcralmente associada à atividade da caça) não era necessariamente otimizada pela sazonalidade ambiental, sendo, portanto, mais constante.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, S. M. S. de. 2004. *O Pólo Gesseiro do Araripe: unidades geo-ambientais e impactos da mineração*. Tese Doutorado. São Paulo, Universidade Estadual de Campinas.
- ARAÚJO, E.L et al 1995. Composição florística e fitossociológica de três áreas de caatinga. *Revista Brasileira de Biologia*, v. 55, nº. 4, p. 595-607.
- ASSINE, M. L. 1990. *Sedimentação e tectônica da Bacia do Araripe*. Dissertação Mestrado. Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas - UNESP.
- BARRETO, A. M. F. 1996. *Interpretação paleoambiental do sistema de dunas fixadas do médio Rio São Francisco, Bahia*. Tese Doutorado. São Paulo, Instituto de Geociências/USP.
- BARRETO, A. M. F. et al. 2002. Campo de Dunas Inativas do Médio Rio São Francisco, BA: Marcante registro de ambiente desértico do Quaternário brasileiro In: SCHOBENHAUS, C. et al. *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília, DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), , p.223-231.
- BELTRÃO, B. A.; MASCARENHAS, J. C. (orgs.) 2005. *Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea – Pernambuco: Diagnóstico do município de Araripina*. Recife, CPRM.
- BEURLEN, K. 1963. Geologia e estratigrafia da Chapada do Araripe. *Congresso Nacional de Eologia*, 17, Boletim... Recife, Sociedade Brasileira de Geologia, Núcleo Pernambuco.
- CARVALHO, J. C. M. 1969. *Notas de viagem de um zoólogo à região das caatingas e áreas limítrofes*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.
- CODEVASF. 2007. *Apoio técnico e institucional para o desenvolvimento do programa florestal da Chapada do Araripe em Pernambuco: Diagnóstico*. Recife, Codevasf.
- DANTAS, M. A. 2010. *Trindade Megafauna pleistocênica da fazenda Charco, Poço Redondo, Sergipe: interpretações paleoambientais*. Dissertação Mestrado, São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe.
- EMBRAPA Solos. 2000. Levantamento de Reconhecimento de Baixa e Média Intensidade dos Solos do Estado de Pernambuco. *Boletim de Pesquisa nº 11*. Rio de Janeiro: Embrapa Solos.
- MACHADO, I. C. S.; LOPES, A. V. F. 1994. Síndromes de polinização e sistemas sexuais de espécies de caatinga do nordeste do Brasil. in: *Resumos do VI Congresso Latinoamericano de Botânica*, Mar Del Plata.

NASCIMENTO, P. S. S. *Gestão em áreas protegidas: proposição metodológica para análise de impactos socioambientais nas comunidades tradicionais da APA Chapada do Araripe*. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2013.

NETO, W.M.L. 2008. *Tecnologia lítica dos grupos ceramistas da Chapada do Araripe: análise dos sítios arqueológicos do Município de Araripina, Pernambuco, Brasil*. Dissertação Mestrado em Arqueologia, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

PONTE, F. C.; API, C. J. 1990. Proposta de revisão da coluna lito-estratigráfica da bacia do Araripe. In: Congresso Brasileiro de Geologia, XXXVI. Natal-RN, 1990. Anais... Natal SBG, v.1 p.211-226.

PONTE, F.C.; PONTE-FILHO, F. C. *Estrutura Geológica e Evolução Tectônica da Bacia do Araripe*. Recife. DNPM, 1996.

RODRIGUES, M. T. 2003. Herpetofauna da Caatinga, In: M. TABARELLI; SILVA J.M.C. (eds.). *Biodiversidade, ecologia e conservação da Caatinga*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, p.181 - 236.

ROSA, R. S.; MENEZES, N. A. 1996. Relação preliminar das espécies de peixes (Pisces: Elasmobranchii e Actinopterygii) ameaçadas no Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia* v.13, p.647-667.

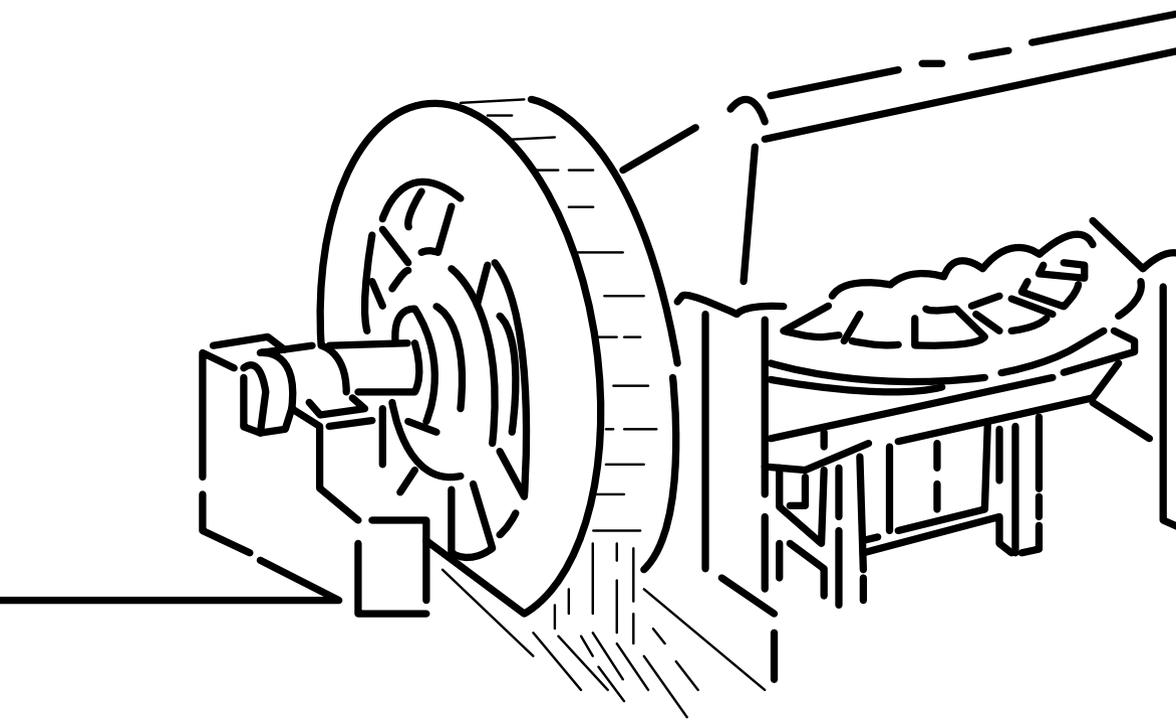
SENA, V.K. 2007. *Caracterização do padrão de assentamento dos grupos ceramistas do semi-árido pernambucano: um estudo de caso dos sítios arqueológicos de Araripina - PE*. Dissertação Mestrado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

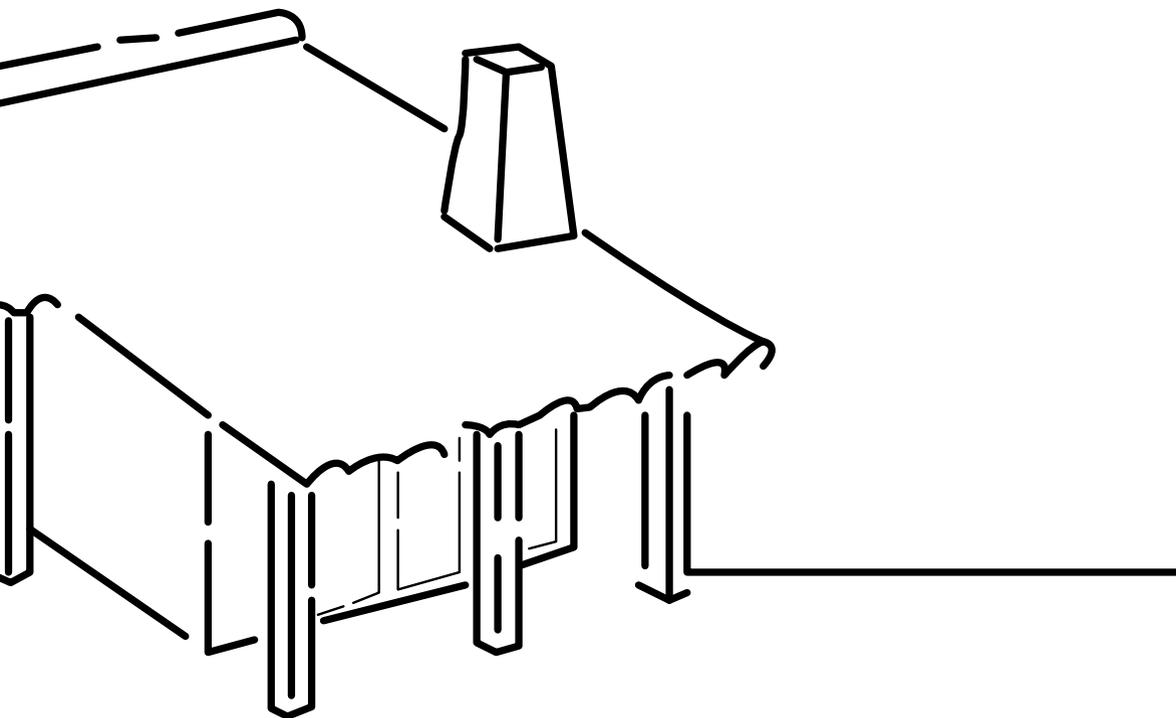
SILVA, J.M.C. et al (Coord.). 2003. *Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/UFPE,

SOUSA, J. M. B. de; 2011. *Perfil bromatológico de mel de abelha sem ferrão produzido na microrregião do Seridó do Rio Grande do Norte*. Dissertação Mestrado, Bananeiras Universidade Federal da Paraíba.

TONIOLO, E.R. 2005. *Atualização das informações sobre a cobertura florestal, uso e ocupação do solo e o perfil sócio-econômico dos produtores e usuários de produtos florestais na região do Araripe no Estado de Pernambuco, abrangendo um raio de 120 km a partir do município de Araripina-PE*. Relatório Parcial 5. GEOPHOTO, Fortaleza.

VERÍSSIMO, L. S.; AGUIAR, R. B. 2005. *Comportamento das bacias sedimentares da região semi-árida do nordeste brasileiro: hidrogeologia da porção oriental da bacia sedimentar do Araripe*. CPRM.





RESUMOS

Arqueologia e patrimônio cultural
de Pernambuco

AS RELAÇÕES ENTRE FONTES ESCRITAS E MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ENGENHO MONJOPE

Jamerson de Medeiros Araujo¹

Scott Joseph Allen²

A metodologia na Arqueologia Histórica requer que se leve em conta uma diversidade de fontes que são imprescindíveis para a compreensão dos contextos e materiais arqueológicos obtidos em escavações. Uma destas fontes são os documentos escritos que, além de fornecer dados históricos sobre um determinado sítio, podem gerar hipóteses a respeito da paisagem construída e território. O objetivo deste trabalho é discutir as relações entre as fontes escritas e os materiais arqueológicos, buscando compreender suas formas de relação, relevância e quais resultados podem ser obtidos, a partir do cruzamento dessas informações. Para isso, serão utilizados os dados obtidos das últimas campanhas do Engenho Monjope, sítio que serve de escola campo em Arqueologia Histórica da UFPE. Esse engenho passou por três períodos principais - Jesuíta, Engenho Novo de Monjope e Camping Club - períodos melhor compreendidos apenas quando se trabalha as fontes de formas produtivas.

Palavras-chave: Metodologia Arqueológica, Documentos escritos, Engenho Monjope

1 Estudante de Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: medeirosjamerson1@gmail.com.

2 Pesquisador CNPQ, Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: scott.allen@ufpe.br.

SENZALA DO ENGENHO MONJOPE E ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS

Andréia Cavalcanti de V. Rocha¹

O estudo sobre os engenhos no âmbito da arquitetura, espacialidade, funcionalidade e sistemas construtivos de suas edificações é escasso, tanto por dificuldade em se encontrar documentos escritos como iconografia dos primeiros séculos de colonização. O Engenho Monjope guarda em si uma história que vai além da ‘propriedade agrícola produtora de cana-de-açúcar e derivados’, com menções ainda do século XVII, se enquadrava como uma fazenda jesuítica e, apenas após a expulsão da ordem, passou por diversas transformações, tanto como na função de engenho como de usos mais modernos (Camping Club), até ser desativado. Considerando que a disposição espacial atual do Engenho Monjope, onde os remanescentes arquitetônicos elucidados nas escavações não fazem parte do contexto e que o espaço se modela às necessidades de cada época e da atividade do homem, interessa aqui apresentar ou sugerir que para as estruturas arquitetônicas há a possibilidade de corresponder a uma extensão da edificação da senzala. A pesquisa adota diversos conceitos e métodos de análise contextual das estruturas arquitetônicas e suas tecnologias, além de uma leitura da estratigrafia apresentada. Busca-se, na medida do possível, interpretar e definir as relações, as estruturas arquitetônicas e o conjunto edificado existente. Utilizam-se dados históricos, arqueológicos e arquitetônicos, adotando uma perspectiva da remodelação do espaço de acordo com as necessidades da organização e apresentação física do conjunto, relacionado ao processo de ocupação e reocupação da propriedade. Dentre os demais objetivos, sendo específicos, estão: 1. descrever as estruturas arquitetônicas, incluindo a tecnologia utilizada, elucidadas na escavação; 2. identificar e analisar a sobreposição das estruturas, na tentativa de traçar uma cronologia; 3. propor correlações entre as estruturas escavadas;

¹ Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: andreiacvrocha@gmail.com.

e entre as estruturas e a senzala existente; 4. interpretar os resultados diante os contextos da história do Monjope.

Palavras-chave: Senzala, Arquitetura, Engenho.

A CARTOGRAFIA DOS ENGENHOS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XVII: SUBSÍDIOS PARA A ARQUEOLOGIA.

Milena Duarte¹

O século XVII é período de destaque no contexto histórico da economia açucareira em Pernambuco. Após a instalação dos engenhos, no século anterior, a então Capitania vivenciou três momentos: apogeu, com alta produtividade nos engenhos; declínio, com a destruição causada pelas guerras da ocupação holandesa; e ressurgimento após a saída da Companhia das Índias Ocidentais do Nordeste do Brasil. Havia dois tipos de engenho instalados na Capitania: os movidos a água e os movidos por tração animal. Os primeiros eram chamados “engenhos reais” e apresentavam maior produtividade. Instalados preferencialmente na margem de rios caudalosos, dependiam fortemente das condições climáticas para manter a produtividade em alta. Por outro lado, os engenhos de bois apresentavam outras particularidades. A criação do gado na propriedade era fundamental para o funcionamento do engenho, como também o era a disponibilidade de estradas carroçáveis para escoamento da produção, pois geralmente estavam situados longe dos grandes rios. O mapa BRASIL QUA PARTE PARET BELGIS (BQPPB), de George Marcgrave, publicado em 1648 por Joan Blaeu, é talvez a principal fonte cartográfica para o estudo da ocupação no território brasileiro nos primeiros séculos da colonização. Nele, estão representados entes geográficos relacionados ao povoamento das capitanias, dentre eles os engenhos. Este estudo buscou identificar tais engenhos na cartografia, fazendo uso do Atlas Digital da América Lusa (Coleção Levy Pereira), ferramenta que possibilitou o georreferenciamento do BQPPB e de outros mapas históricos, ainda disponibilizando sob a forma de Sistema de Informação Geográfica na base cartográfica do Google Earth. Na Capitania de Pernambuco, 151 engenhos estão representados no litoral e na zona da mata, sendo classificados como “engenho d’água com igreja” (83), “engenho d’água sem igreja” (6), “engenho de bois com igreja”

¹ Arqueóloga, Laboratório de Arqueologia da UFPE. milena@brasilarqueologico.com.br.

(46) e “engenho de bois sem igreja” (16). A ferramenta indica a posição geográfica da unidade produtiva, com base na cartografia original, como também informações atualizadas como uso e toponímia atuais, além um aporte histórico adicional, com base na bibliografia e na iconografia. O acesso à principal fonte cartográfica do século XVII das capitâneas do Nordeste foi, portanto, facilitado aos pesquisadores, em que se incluem os arqueólogos. Trata-se, portanto, de uma ferramenta promissora para a Arqueologia Histórica, com possibilidades de uso para localização de sítios arqueológicos históricos ou para estudos regionais mais amplos sobre a ocupação humana no período.

Palavras-Chave: Cartografia histórica, Arqueologia histórica, Engenhos coloniais

NOS CAMINHOS DA NATUREZA: CORRELAÇÕES ENTRE MOBILIDADE LOGÍSTICA TUPIGUARANI E RECURSOS AMBIENTAIS NA PORÇÃO PERNAMBUCANA DA CHAPADA DO ARARIPE

Alencar de Miranda Amaral¹

Cláudia Alves de Oliveira²

Ao longo dos anos, arqueólogos com diferentes perspectivas teóricas têm buscado compreender como ao longo do tempo os grupos humanos desenvolveram mecanismos de apropriação do meio ambiente e construção de seu universo sócio-cultural. Exortando a necessidade de reconhecermos os sítios arqueológicos enquanto matrizes espaciais que delineiam a intersecção entre as atividades humanas e o ambiente natural. Seguindo esta linha de raciocínio, procuramos em nosso trabalho definir os recursos disponíveis na porção pernambucana da Chapada do Araripe, e compreender como sua potencial exploração pode ter atuado sobre as estratégias de mobilidade dos ceramistas Tupiguarani que ocuparam a área que hoje esta inserida no município de Araripina - PE. Assim, a partir da análise de diferentes aspectos do contexto geo-ambiental de 24 sítios lito-cerâmicos instalados em Araripina, perquirimos os limites e possibilidades ofertadas pelos ecossistemas locais nos quais os ceramistas Tupiguarani se instalaram, objetivando compreender como a oferta diferencial de recursos pode ter influenciado as estratégias de mobilidade logística empregadas pelos indígenas que ocuparam esta área. Apesar da relativa proximidade existente entre os sítios arqueológicos que integram a presente pesquisa (todos inseridos no atual território do município de Araripina - PE), os mesmos encontram-se implantados em duas unidades fisiográficas com características diferentes. Dos 24 sítios, 9 estão inseridos nos domínios da Depressão Sertaneja, estando os 15 restantes alocados na área da Chapada. Esta dualidade na implantação dos sítios revelou não só uma distribuição di-

1 E-mail: aneeka07@gmail.com , Professor UNIVASF.

2 Professora do Departamento de Arqueologia da UFPE E-mail: olivas@hotmail.com.

ferencial dos recursos naturais, mas também a utilização de estratégias de mobilidades díspares e congruentes com as características de cada área. Neste caso, podemos inferir que a maior oferta de fontes de matéria prima para produção dos artefatos lito-cerâmicos nos domínios da Depressão Sertaneja provavelmente possibilitou que os movimentos logísticos realizados pelos grupos que habitavam essa área fossem mais curtos (menor distância percorrida) do que aqueles impetrados pelos ocupantes dos sítios da Chapada. Por sua vez, a alternância entre a breve estação chuvosa e a dominante sazão seca impunha pressões semelhantes aos habitantes da Chapada e da Depressão Sertaneja. A temporada das chuvas promovia o incremento da mobilidade logística, visto que este período coincide com a frutificação de grande parte das espécies da caatinga; e é também o momento mais adequado para as atividades de preparação e plantio do roçado. Deste modo, era provavelmente na época das chuvas que as mulheres (responsáveis pela coleta das frutas e cuidado com a roça) mais circulavam para além dos limites das aldeias. Por outro lado, a mobilidade logística masculina (fulcralmente associada à atividade da caça) não era necessariamente otimizada pela sazonalidade ambiental, sendo, portanto, mais constante. Assim, conclui-se que a distribuição diferencial de recursos tenha promovido a adoção de estratégias de mobilidade logística distintas entre os ceramistas que ocuparam os sítios das áreas de Chapada e Depressão Sertaneja.

Palavras-chaves: Mobilidade, Grupos pré-históricos ceramistas, Araripe

O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO AGRESTE PERNAMBUCANO

*Rayanne Aguiar Pimentel e Silva*¹
*Viviane Maria Cavalcanti de Castro*²

O agreste pernambucano configura-se como uma região com inegável potencial arqueológico histórico, pré-histórico e paisagístico. Desde o início do século XX, há menção sobre a presença de sítios arqueológicos nesta região, embora as pesquisas arqueológicas tenham se iniciado apenas a partir do final da década de 1960, com a identificação de diversos sítios rupestres localizados, em sua maioria, em abrigos. As pesquisas realizadas até o momento contribuíram para o conhecimento acerca do potencial arqueológico da área, tanto histórico com o rico patrimônio cultural presente nos núcleos urbanos dos municípios, como pré-histórico e paisagístico. Contudo, apesar da inegável presença de inúmeros sítios, há notificações de ações causadas por fatores antrópicos e naturais que comprometem a preservação desses sítios. Este trabalho objetivou identificar e sistematizar os dados existentes sobre os sítios arqueológicos compreendidos nos municípios do Brejo da Madre de Deus, Santa Cruz do Capibaribe, Jataúba, Belo Jardim, Tacaimbó, Toritama, São Caetano e Caruaru. A metodologia empregada consistiu em um levantamento bibliográfico minucioso sobre os municípios citados, reunindo informações históricas e arqueológicas, compilando todas as informações provenientes dos mesmos, desde as pesquisas pioneiras até as desenvolvidas atualmente. O estudo possibilitou o levantamento de oitenta e dois sítios arqueológicos nos municípios estudados, o que permitiu a sistematização com a elaboração de uma síntese com informações sobre os sítios, a cultura material, as condições de preservação, o estado de conservação e a realização do mapeamento por geor-

1 Estudante do Curso de Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco E-mail: rayanneaguiarpimentel@gmail.com.

2 Docente do Curso de Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco E-mail: vivianemcc@gmail.com.

referenciamento, que resultou na elaboração de mapas temáticos com a distribuição espacial dos sítios arqueológicos.

Palavras chave: Patrimônio arqueológico, Sítio arqueológico, Agreste pernambucano.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO AGRESTE PERNAMBUCANO: A INFORMAÇÃO ORAL COMO FERRAMENTA DE LOCALIZAÇÃO

*André Luís Silva Feitosa*¹

A região do Agreste Pernambucano remonta sua ocupação humana aos tempos pré-históricos. Dada sua natureza ágrafa, a localização atual dos vestígios materiais – tais como pinturas rupestres – residem, sobretudo, na tradição oral local. É a partir dos conhecimentos condensados em líderes comunitários, moradores (sobretudo agricultores) e gestores municipais que há um fluxo informativo que sirva de arcabouço para o pesquisador. O presente estudo pretende salientar a importância das informações orais, diante da pesquisa arqueológica. Tomam-se por base os trabalhos desenvolvidos para o Estudo de Impacto sobre o Patrimônio Cultural referente às obras da barragem São Bento do Una, que abrange os municípios de São Bento do Una, Capoeiras e Cachoeirinha. A metodologia de obtenção das informações orais relevantes à pesquisa foi baseada em entrevistas realizadas com representantes da administração pública municipal e com a comunidade local. Os dados coletados levaram ao conhecimento de quatro ocorrências arqueológicas, no município de Capoeiras, até então não registradas no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Trata-se de áreas de pinturas rupestres, situadas na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento. Três delas se constituem em grafismos rupestres em matações graníticas a céu aberto. A última delas apresenta grafismos rupestres em uma face rochosa próxima a uma caverna conhecida como “Pedra do Morcego” (Sítio Fidelão). O estudo realizado, em conjunto com as informações obtidas através das entrevistas, demonstra que esse método de coleta de dados é eficaz na localização de sítios arqueológicos.

Palavras-chave: Arqueologia, Informação oral, Pinturas rupestres

¹ Pós-graduando em Gestão Ambiental, Faculdade Frassinetti do Recife-FAFIRE
E-mail: andre@brasilarqueologico.com.br.

A COLONIZAÇÃO DO ESPAÇO: UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO DA ERMIDA DE SÃO GONÇALO DO PAIVA (CABO DE SANTO AGOSTINHO PE)

*Getúlio Alípio X. de J. Santos¹
Guilherme de Souza Medeiros²*

Este trabalho tem como objetivo a análise arqueológica da Ermida de São Gonçalo do Paiva, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, litoral sul do Estado de Pernambuco. Visto sob a ótica arqueológica, este monumento colonial remanescente de meados do século XVI apresenta vários elementos e características próprias, materializados na sua espacialidade, arquitetura e simbolismo. Com base na pesquisa de campo (prospecção superficial) e análise documental, fez-se uma reconstituição da antiga paisagem colonial, do sistema político, social e econômico no período de 1535 a 1654, na área estudada. Esta abordagem Arqueológica Histórica permitiu obter resultados satisfatórios, devido à cultura material ainda existente no local. A reconstituição possibilitou inferir o discurso ideológico materializado na Ermida e compreender de que forma a Empresa Colonial utilizou edificações religiosas para a ocupação do espaço e consolidação da América Portuguesa, em particular na antiga Capitania de Pernambuco. Segundo nossas conclusões, este monumento desempenhou um papel múltiplo e dinâmico no contexto histórico e cultural da região: durante a ocupação e expansão do território pelos colonizadores foi usada como marco de fronteira; durante a invasão holandesa para a defesa do território; após a expulsão dos invasores Flamengos, foi utilizada como símbolo de ostentação e de manutenção do status social. A partir da análise deste macroartefato inferiu-se que, na sociedade canavieira da Capitania de Pernambuco, as Ermidas exerciam funções visíveis como balizas territoriais, marítimas,

¹ Mestrando em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP/IPHAN.
E-mail: getulioggg@hotmail.com.

² Prof. Dr. do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. E-mail: guilhermemedeiros@univasf.edu.br.

votivas e/ou de status e funções invisíveis de dominação mental, espiritual e cultural sobre as diferentes camadas sociais. Este estudo demonstra que é possível fazer uma Arqueologia Above Ground (Acima do solo).

Palavras-chave: Período colonial, Arqueologia histórica, Ermida de São Gonçalo do Paiva

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO MUNICÍPIO DE CARUARU, AGRESTE CENTRAL DE PERNAMBUCO

*Thales Walmir do Espírito Santo Silva*¹

*Viviane Maria Cavalcanti de Castro*²

Ações de inventário e de tombamento de bens culturais são mecanismos utilizados para intervir positivamente sobre os bens patrimoniais. A realização de inventários é uma das formas mais antigas de proteger o patrimônio. Realizar um inventário pode se tornar a base de uma política de preservação que busca não apenas proteger os bens das elites, mas também o patrimônio mais amplo de todos os cidadãos. Este trabalho se propôs a inventariar bens materiais existentes no município de Caruaru, Agreste Central de Pernambuco, com foco especial nas edificações do núcleo urbano, quer sejam tombados ou não. A partir dos registros bibliográficos e do levantamento de campo, o estudo resultou em 17 edificações inventariadas. Em relação à situação em que se encontravam as edificações, verificou-se desde o abandono das edificações antigas, bem como a descaracterização completa do patrimônio, e até mesmo a revitalização dos espaços públicos e o tombamento a nível estadual ou municipal de algumas poucas edificações de relevância histórica. Foi constatado também que as edificações em melhor estado de preservação são as edificações consideradas excepcionais, normalmente produzidas e referenciadas na memória da elite de uma época; por outro lado as de caráter pluralista estão parcialmente descaracterizadas ou destruídas.

Palavras chave: Inventário, Patrimônio, Caruaru.

¹ Estudante do Curso de Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco E-mail: thales.arqufpe@gmail.com.

² Docente do Curso de Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco E-mail: vivianemcc@gmail.com.

O USO DA FLUORESCÊNCIA DE RAIOS-X POR DISPERSÃO DE ENERGIA NAS ANÁLISES DE PIGMENTOS DE FAIANÇAS ARQUEOLÓGICAS PROVENIENTES DA ÁREA ARQUEOLÓGICA DO PILAR, RECIFE, PE

*Henry S. Lavallo Sullasi*¹

*Paulo João de Oliveira Júnior*²

*Clara Diana Figueiroa Santos*³

A utilização de procedimentos físico-químicos na arqueologia tem se revelado cada vez mais frequente, estes trabalhos interdisciplinares têm representado significativas contribuições para o conhecimento mais amplo, preciso e confiável dos vestígios arqueológicos. Neste sentido este trabalho visa ajudar a compreender a origem, cronologia e as técnicas construtivas das faianças e faianças finas, para tal objetivo foi utilizada a técnica de análise elementar fluorescência de raios-X (FRX) por dispersão de energia e foram analisados os pigmentos de vários fragmentos de faianças e faianças finas. A técnica de FRX no estudo de pigmentos leva vantagem perante as outras técnicas analíticas por não ser destrutivas além de ser portátil, o que é fundamental na análise de material arqueológico. O equipamento de FRX utilizado neste trabalho foi o modelo X-Met-5100 da “Oxford Instruments”, foram feitas, 3 medidas, para cada ponto analisado o que permitiu calcular um valor médio e o desvio padrão de cada elemento, o método de medida selecionado foi Soil_LE_FP que usa o princípio de parâmetros fundamentais para quantificar a concentração dos elementos. As amostras utilizadas neste trabalho são provenientes da área escavada no Pilar, bairro de Recife, aonde além das faianças e faianças finas foram evidenciados, estruturas de alvenaria, um cemitério (evidenciados pela pre-

1 Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: henry.lavallo@gmail.com.

2 Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: paulo.arq.oliveira@gmail.com.

3 Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

sença de dezenas de enterramentos) e diversos tipos de materiais como tijolos, cerâmicas vitrificadas, materiais férreos, vidros entre outros. Os resultados deste trabalho mostraram que a pasta está composta basicamente pelos seguintes elementos Si, Ca, Al, Fe e K. O pigmento azul apresenta a presença dos elementos Pb, Co e Sn, em grandes quantidades, quando comparados com os elementos obtidos na pasta, no pigmento branco se destaca a presença do Pb e Sn em maior quantidade, os pigmentos verde e lilás ainda estão sendo objeto de estudos. O elemento Pb provavelmente este ligado com o branco de chumbo, o Co deve fazer parte do azul do cobalto e finalmente o Sn provavelmente este associado com a composição do vidrado.

Palavra chave: FRX, Faianças, Pigmentos

ESTUDO BIOARQUEOLÓGICO DOS REMANESCENTES ÓSSEOS HUMANOS DO CEMITÈRIO HISTÓRICO DO TÚNEL DA ABOLIÇÃO, RECIFE, PE (SÉC. XIX)

SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da ¹

ALBUQUERQUE, Marcos ²

SILVA, Roseane Figueredo da ³

CURADO, Maria Eleonora da Gama Guerra ⁴

LUCENA, Veleda ⁵

TABOSA, Taciana ⁶

O projeto Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área das Obras de Implantação do Túnel da Abolição do Corredor de Transporte Público de Passageiros Leste-Oeste, coordenado pelo arqueólogo Marcos Albuquerque, da UFPE, realizado em Recife, PE. Este estudo apresenta os resultados da análise bioarqueológica dos remanescentes de esqueletos humanos encontrados durante as atividades de campo deste projeto. Foram localizadas concentrações de ossos humanos que caracterizaram 11 deposições funerárias (SO1 a SO11), inseridas em um cemitério histórico. O objetivo deste trabalho foi caracterizar o perfil biológico dos remanescentes. Foram empregados métodos e técnicas osteoscópicas e osteométricas da bioarqueologia e da paleopa-

1 Docente do Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: sergioarqueologiaforense@gmail.com.

2 Docente do Programa de Pós-Graduação de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: marcos@brasilarqueologico.com.br.

3 Discente do Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: roseanefigueredo@gmail.com.

4 Arqueóloga do Laboratório de Arqueologia, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: eleonora.guerra@brasilarqueologico.com.br.

5 Arqueóloga responsável pelo Projeto, e-mail: veleda@brasilarqueologico.com.br.

6 Arqueóloga de campo do Projeto, e-mail: Taciana@brasilarqueologico.com.br.

tologia para determinar o número mínimo de indivíduos, sexo, idade, ancestralidade, estatura, patologias, traumas, anomalias e caracteres dentários. Nas primeiras conclusões cabe destacar: a amostra contém um número mínimo de 14 indivíduos (9 adultos masculinos, 4 femininos e 1 subadulto feminino); as estaturas médias variam entre 1,50 e 1,60m para as mulheres e 1,75 a 1,80m para os homens; em ambos os sexos, as áreas de origem e inserção da musculatura esquelética estão bem marcadas, indicando desenvolvimento da musculatura corporal; foram identificados sinais de traumas ósseos (como fratura cicatrizada de úmero e clavícula sem sinais de tratamento, fissura de processo zigomático direito de um occipital), desgaste oclusal severo e perda dentária antemortem, anomalias dentárias de número e forma, traços indicadores de estresses e doenças (hiperosteose, osteomielite, artrite, osteofitose e treponematose). Conforme as recomendações dos manuais de antropologia física, forense e bioarqueologia, a análise morfológica macroscópica dos ossos do crânio, dentes e fêmures indicou ancestralidade africana para, pelo menos, 7 indivíduos que apresentaram essas características.

Palavras chave: Túnel da Abolição, Cemitério histórico, Bioarqueologia, Arqueologia de salvamento.

Nota sobre Arqueologia e Patrimônio Cultural de Pernambuco: Pedra do Cachorro, um sítio pré-histórico com remanescentes humanos -Parna, Vale do Catimbau, Buíque

*Ana Solari*¹

*Sergio F. S. M. da Silva*²

*Viviane C. de Castro*³

*Carolina Sá Espinola*⁴

*Ilca Pacheco da Costa*⁵

O sítio Pedra do Cachorro está localizado na região de Buíque, dentro do Parque Nacional do Catimbau, microrregião do Vale do Ipanema, Pernambuco. O PARNA do Catimbau caracteriza-se por apresentar um grande potencial paisagístico, biológico e arqueológico com um total de 29 sítios registrados e de muitos outros, que, por estarem em áreas de difícil acesso, ainda não foram devidamente identificados. Pedra do Cachorro, caracterizado como um sítio pré-histórico, apresentou remanescentes de um esqueleto humano, que foram coletados em superfície, e encaminhados ao Museu Municipal de Buíque, entre os anos de 2010 e 2011. Posteriormente, em 2013, este material foi doado à UFPE, através do IPHAN-PE. Contudo, não foi realizada, até o momento, nenhuma intervenção arqueológica sistemática neste sítio. Análises ini-

1 Pós-doutoranda (CAPES-PNPD) Departamento de arqueologia – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – anasolari@gmail.com.

2 Professor do departamento de arqueologia – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Coordenador do Laboratório de Arqueologia Biológica e Forense (LABIFOR – UFPE) – sergioarqueologiaforense@gmail.com.

3 Professora do departamento de arqueologia – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Coordenadora da Graduação de arqueologia (UFPE) – vivianemcc@gmail.com.

4 Arqueóloga do departamento de arqueologia – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – carolsa2000@gmail.com.

5 Arqueóloga do departamento de arqueologia – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – ilcapc@hotmail.com.

ciais dos ossos indicaram a presença de inúmeras marcas intencionais de corte, sobre o crânio e ossos longos, visíveis macroscopicamente, assim como fraturas intencionais produzidas quando os ossos ainda estavam frescos e com presença de matéria orgânica. Tais ações indicam manipulação intencional do cadáver possivelmente vinculada a práticas funerárias complexas ou a tratamentos mortuários diversificados dos comumente identificados nos sítios pré-históricos do Nordeste do Brasil. As análises em andamento no Laboratório de Arqueologia Biológica e Forense (LABFOR) da UFPE também indicaram a necessidade de realizar, em caráter emergencial, atividades de prospecção e escavação arqueológica sistemática, por uma equipe de Arqueologia e Antropologia Física, com a finalidade de aprofundar os estudos sobre as práticas funerárias entre as populações pré-históricas de Buíque.

Palavras-Chave: Sítio Pedra do Cachorro, Educação patrimonial, Arqueologia da morte.

POR UMA VALORIZAÇÃO DO ARQUEOTURISMO SUBAQUÁTICO EM PERNAMBUCO

Endi Souza Ganem¹

Ramon Teixeira Miranda²

Anderson da Silva³

Luiza Madeira⁴

Rhaony Holanda Nunes⁵

O patrimônio arqueológico subaquático brasileiro necessita de uma maior valorização e reconhecimento, o que pode ser feito tanto pelo poder público, quanto pela sociedade, a fim de que seja superado o descaso atualmente vigente para com esse testemunho valioso e importante à formação e manutenção da memória e evolução da história brasileira. Ao patrimônio arqueológico subaquático é reconhecida a proteção jurídica, que se manifesta por meio de Leis, Normas e Portarias. Contudo, surge a necessidade de implementação de ações que confirmem efetividade à tutela normativa e à garantia de direito considerado como fundamental. Restaurar, proteger e preservar são obrigações impostas por lei ao poder público, além de constituir responsabilidade que recai sobre sociedade de forma geral. Portanto, na efetivação do direito ao patrimônio cultural, reconhecido como direito fundamental, deve-se desenvolver e implantar propostas alternativas de gestão e exploração sustentável dos elementos culturais. Um meio eficiente de se salvar este material e ao mesmo tempo de propagar um conhecimento valioso para a população em geral é o investimento em Arqueoturismo Subaquático. O trabalho apresenta uma proposta para o Galeão São Pau-

1 Discente do curso de Graduação em Arqueologia/ UFPE.

2 Discente do curso de Graduação em Arqueologia/ UFPE.

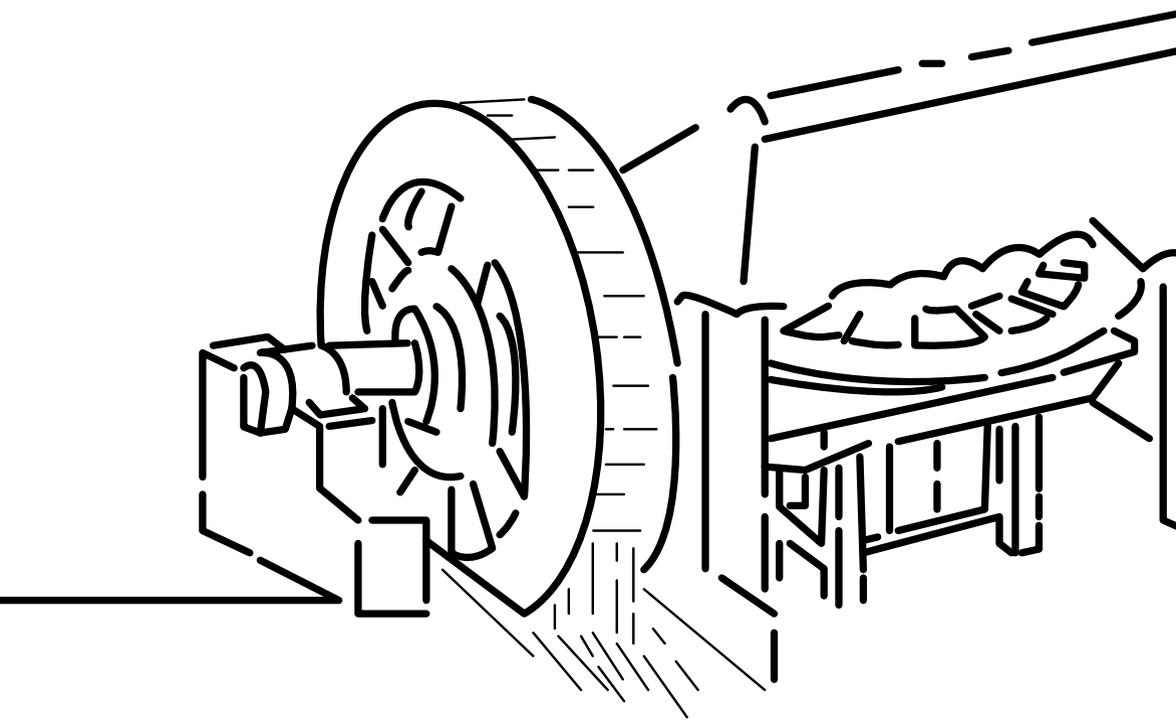
3 Discente do curso de Graduação em Arqueologia/ UFPE.

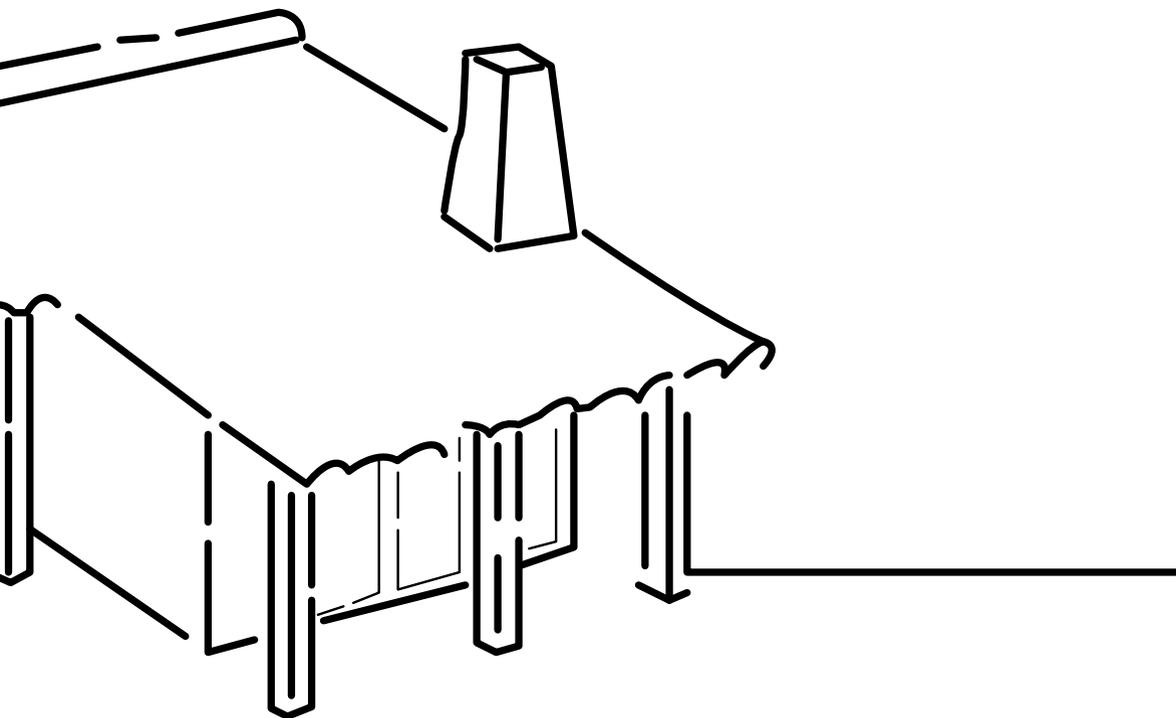
4 Discente do curso de Graduação em Arqueologia/ UFPE.

5 Discente do curso de Graduação em Arqueologia/ UFPE.

lo, afundado no mar adjacente ao litoral do Cabo de Santo Agostinho – PE, demonstrando-se assim a potencialidade não explorada desta prática em Pernambuco. Ele está localizado na latitude 08° 21' 154' S e na longitude 034° 56' 195" W, sua profundidade é de 16 metros. A área do sítio arqueológico é de 120 m², possuindo boa visibilidade a maior parte do ano (característica importante para ser explorado turisticamente). O potencial identificado no naufrágio do Galeão São Paulo para ser um museu em mar aberto e poder ser visto sob o viés turístico foi elemento essencial à sua escolha. Busca-se analisar o entorno do naufrágio e demais condições favoráveis, a fim de que se possa idealizar algo viável, destinado a render resultados satisfatórios, entre estes a visibilidade e temperatura da água para mergulho, pouca profundidade, sendo necessário apenas o curso de mergulho básico, proximidade da praia e belezas naturais ao redor. A metodologia empregada consiste na realização de ações que visem proteger e salvaguardar artefatos arqueológicos submersos é necessária no Brasil para o combate de atividades como caça ao tesouro ou destruição deliberada de tais bens. Assim sendo, a alternativa do Arqueoturismo Subaquático é válida. Com o planejamento e visão adequados a realidades locais, este pode ser um caminho promissor àqueles que possuam os meios necessários para realizá-lo.

Palavras- chave: Arqueoturismo subaquático, Naufrágio, Mergulho





RESUMOS

Políticas e estratégias
de preservação

ARQUEOLOGIA DE ENGENHOS: ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENGENHO RIACHO GRANDE EM CAPELA/SE

Gustavo Cabral Marins¹

Ton Ferreira²

No campo da arqueologia histórica, as fazendas coloniais e engenhos têm sido alvo de análises de estudiosos norte-americanos e brasileiros, que veem nestes ambientes um imenso potencial para o desenvolvimento de pesquisas que objetivam interpretar e até reinterpretar os vários aspectos históricos que envolvem estas estruturas produtivas. Sergipe despontou tardiamente para a economia do açúcar, possuindo características bastante singulares no que se refere à dinâmica social dos habitantes desse espaço. Este trabalho tem como intuito abordar os aspectos históricos sobre o Engenho Riacho Grande, localizado no município de Capela/SE. Os resultados aqui apresentados fazem parte do projeto desenvolvido junto ao mestrado em Arqueologia-PROARQ-UFS. Para instrumentalizar a pesquisa, foram utilizadas fontes primárias (inventários *post-mortem*) e secundárias, assim como faremos usos de fontes orais de trabalhadores e atuais proprietários. O objetivo perpassa a obtenção de dados que permitam buscar origens da propriedade, bem como o seu desenvolvimento, inserção na paisagem. Discutir a materialidade construtiva como mecanismo de objetivação do cotidiano vivido nesse espaço em tempos pretéritos. Os dados coletados permitem inferir que a propriedade em questão foi construída no final do século XIX e se extinguiu no século XX. Uma unidade açucareira que iniciou as suas atividades num processo contrário ao desenvolvimento desta produção. Uma unidade de pequena dimensão, mais adaptada ao tipo de exploração de um engenho banguê. As únicas estru-

1 Mestrando em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe. Licenciado em História pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE). Graduando em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: guga_marins@yahoo.com.br.

2 Doutor em Arqueologia y Patrimônio pela Universidade Autônoma de Madrid. Professor adjunto do Departamento de Arqueologia e PROARQ UFS
E-mail: ferreiraton@yahoo.com.br.

ras preservadas são da casa grande e da torre do engenho, as casas dos trabalhadores estão ausentes nesta paisagem e foram documentadas pelos representantes desta propriedade através da memória, de fotos e de uma prospecção superficial.

Palavras-chave: Engenho Riacho Grande, Sergipe, Arqueologia

ENGENHOS DE PERNAMBUCO: CONECTANDO OS FRAGMENTOS DE UMA LONGA HISTÓRIA. (FREGUESIAS DO CABO E JABOATÃO – SÉCULOS XVI-XVIII)

*José Lucas Barbosa Maia
Thiago Soares de Macedo Silva
George Felix Cabral de Sousa*

Este trabalho está voltado para o estudo dos engenhos das freguesias do Cabo e de Jaboatão situadas em Pernambuco. Estes engenhos eram parte principal na economia pernambucana durante o período. Os donos desses engenhos formavam a chamada “açucarocracia”, um grupo de homens que, apesar de nem sempre serem os mais ricos da Capitania, por diversas vezes se mostravam como os verdadeiros mandatários em suas respectivas regiões. Este trabalho teve como objetivo gerar uma base de dados a respeito da fundação, localização, extensão, tecnologia de moagem, propriedade e formas de transmissão de posse dos engenhos estabelecidos nas duas freguesias mencionadas da capitania de Pernambuco nos séculos XVI a XVIII, para demonstrar empiricamente a existência de uma reformulação da composição das elites açucareiras por intermédio de formas de transmissão de propriedade condicionadas por fatores econômicos e extra-econômicos. As fontes utilizadas na pesquisa foram os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino relacionados a Pernambuco (disponíveis graças ao Projeto Resgate), além dos *Anais Pernambucanos*, os Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, o *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, além de grande bibliografia sobre o tema, na qual se incluem, por exemplo, *O Bagaço da Cana* de Evaldo Cabral de Mello e *Segredos Internos* de Stuart Schwartz. As conclusões da pesquisa apontam para uma relativa rotação na propriedade dos engenhos de açúcar e, sendo assim, nas elites locais. Contudo, mesmo após a independência do país, os proprietários de engenhos de açúcar na região de Pernambuco continuaram a ditar as regras locais. Esta pesquisa de iniciação científica foi financiada pela FACEPE.

Palavras chaves: Engenho, Açúcar, Jaboatão, Cabo, Pernambuco

ENGENHOS QUE CAEM E CASAS QUE SE ERGUEM: ESTUDO DE CASO DO ENGENHO JAGUARIBE, ABREU E LIMA, PE

Rosemary Aparecida Cardoso ¹

Cláudia Alves de Oliveira ²

Alencar de Miranda Amaral ³

O Engenho Jaguaribe foi edificado em 1548, na sesmária homônima, por Vasco Fernandes em 1548, sendo um dos cinco primeiros engenhos construídos em Pernambuco, tendo permanecido em atividade até o século XVIII. A partir deste período, a área do engenho e seu entorno foi co-habitada e utilizada por colonos europeus e brasileiros, índios e negros, como informam as fontes históricas. Mais recentemente, na década de 1970, a administração pública do município Abreu e Lima/PE realizou o loteamento da área do antigo Engenho Jaguaribe, abrindo acessos e instalando a infra-estrutura básica para instalação de moradias. Assim, a ocupação da área, que até então ocorria de forma irregular, foi legalizada, atraindo uma nova gama de moradores para o local, e fomentando que as terras e as estruturas do antigo Engenho fossem gradativamente ocupadas e apropriadas por seus novos senhores. Nesse mister, lançamos mão de levantamentos bibliográficos e trabalhos *in locu* (prospecção e coleta de informação oral), com o objetivo de analisar a reapropriação das estruturas e contextos arqueológicos pela comunidade que atualmente ocupa os limites do antigo Engenho Jaguaribe. Mais especificamente centramos nosso estudo em um lote que há gerações é ocupado por uma mesma família. Neste lote, estão situadas as ruínas das estruturas do complexo arquitetônico da fábrica de açúcar, casa grande e da senzala, sendo encontrados em superfície diversos

1 Arqueóloga, doutoranda do Departamento de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE. E-mail: rsmrycardoso@gmail.com.

2 Arqueóloga, professora do Departamento de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE. E-mail: olivas@hotlink.com.br.

3 Doutor em arqueologia pelo Departamento de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE E-mail: aneeka07@gmail.com.

fragmentos de faiança, porcelana, cravos de ferro e cerâmica. Pudemos observar que ao erguer sua casa o proprietário do dito lote “reaproveitou” uma das paredes do antigo Engenho como parte integrante de sua nova moradia. Assim, sua residência não apenas se instala sobre a área do Engenho Jaguaribe, como também se apropria de seus remanescentes arquitetônicos em sua edificação. Por outro lado, a relevância deste sítio arqueológico histórico não é tão clara para seus atuais habitantes, e sua apropriação enquanto “patrimônio cultural” não foi efetivada. A mudança deste quadro, sem dúvidas, demandará diálogos e esforços coletivos por parte de pesquisadores, órgãos públicos e moradores locais. Contudo, é algo urgente e necessário, tanto para a conservação e valorização do Engenho Jaguaribe, quanto para o redimensionamento de políticas públicas que conciliem o crescimento urbano com a preservação de nosso patrimônio arqueológico. Deste modo, a ereção de uma nova realidade não demanda a queda e obliteração do passado, pelo contrário, dele se beneficia quando é capaz de se apropriar de algo mais do que simples paredes ou alicerces.

Palavras-chave: Engenho Jaguaribe, Arqueologia histórica, Arqueologia pública.

O PATRIMÔNIO CULTURAL NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

*Aramis Macêdo Leite Júnior*¹

Localizado na parte oeste de Palmares, no limite com Bonito, o Engenho Verde apresenta referências que datam de 1792. Durante vários anos de sua história, foi um engenho banguê que produzia açúcar mascavo para exportação e que depois passou a fornecer cana para a Usina Serro Azul, à qual passou a pertencer tempos depois. Durante a Revolução Praeira (1948-1950), última manifestação popular contra a monarquia ocorrida em Pernambuco, as matas do Verde figuraram como um dos redutos dos revolucionários prairieiros. Já no início do século XX, em 1917, nascia no Engenho Verde um dos principais autores de teatro de Pernambuco: o dramaturgo Hermilo Borba Filho, que lá permaneceu até 1936, quando foi morar no Recife. Atualmente a propriedade do Engenho Verde exibe um casarão do século XIX. Durante a pesquisa histórica, foram encontradas referências que indicam que o projeto da casa-grande data da segunda metade do século XIX e que teria sido projetada pelo engenheiro e arquiteto José Tibúrcio Pereira Magalhães, sendo seu único projeto elaborado para um particular. Tibúrcio foi autor de importantes prédios públicos como a sede da Assembleia Legislativa de Pernambuco (1870) e o Hospital de Santo Amaro (1872), no Recife, e o Teatro da Paz (1869) na cidade de Belém do Pará. O presente trabalho apresenta como o patrimônio cultural é tratado nos processos de licenciamento ambiental e traz como estudo de caso o Engenho Verde, que será inundado pelas águas da Barragem Serro Azul, Município de Palmares-PE. A metodologia se baseia na análise comparativa entre as recomendações das leis de proteção do patrimônio cultural presentes no ordenamento jurídico brasileiro e o que acontece de fato. Para tanto, foram feitos levantamentos de gabinete e de campo, no qual foi reconstruído o processo de licenciamento ambiental da Barragem Serro Azul e as ações efetivas de preservação executadas pelo empreendedor da obra

1 Arqueólogo / Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: aramismacedoleite@gmail.com.

(Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco). Assim, conclui-se que os estudos arqueológicos necessários ao licenciamento da obra ainda não foram iniciados na área que corresponde ao Engenho Verde; que, apesar de estar em processo de tombamento estadual, sua casa-grande encontra-se totalmente saqueada (e até o presente nada foi feito para remediar essa ação de vandalismo); e que nem mesmo o fato de o Engenho Verde ser um monumento-testemunho do ideal libertário do povo pernambucano foi suficiente para que se apresentasse uma nova alternativa locacional à implantação do empreendimento que preservasse a área do Verde. Destarte, demonstra-se que o patrimônio cultural (aqui apresentado como o Engenho Verde) é avaliado como de pouca importância dentro do processo de licenciamento ambiental, evidenciando um descompasso entre o que exige a lei e o que é executado na prática.

Palavras-Chave: Engenho Verde, Preservação cultural, Arqueologia, Barragem Serro Azul

USO E CONSERVAÇÃO DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DA EXTINTA RFFSA NOS MUNICÍPIOS DO SERTÃO DO PAJEÚ – PE

*Fabiano Henrique do Nascimento*¹

Este artigo pretende mostrar os resultados do levantamento do atual estado de uso e conservação das estações ferroviárias nos municípios da microrregião do Sertão do Pajeú que são cortados pela malha da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), levando em conta a necessidade de conhecer e proteger os bens culturais desse tipo na microrregião supracitada. A partir desse inventário, busca-se destacar a importância da preservação do patrimônio cultural ferroviário, incluindo estações, pátios e demais componentes, estes sendo encarados como símbolos históricos e culturais do desenvolvimento econômico do nosso estado e país. Além disso, para que posteriormente sejam traçadas políticas de preservação e difusão da memória ferroviária e seu aproveitamento turístico em prol do desenvolvimento sócio econômico local. Diante dos objetivos do artigo, nossa metodologia consistirá em analisar nos seguintes itens: **Integridade física** – levando em consideração sua condição e estrutura física como paredes, janelas, telhado e etc; **Fatores antrópicos e naturais de degradação** – Quais fatores, sejam eles provocados por atividades humanas ou biológicas, estão afetando e acelerando a destruição da estação; **Uso atual** – Como está sendo tratado o bem atualmente, no sentido de preservação e/ou revitalização pelo poder público; **Uso do entorno imediato** – Definir quais atividades são exercidas ao redor do prédio que favoreçam ou prejudiquem de alguma forma, sua integridade e preservação. A partir dos resultados, pudemos observar o descaso do poder público para/com o patrimônio ferroviário e a difusão da memória ferroviária, restando um estado de abandono e péssima conservação da maioria das estações ferroviárias estudadas, excetuando algumas que foram revitalizadas e viraram centros culturais e de atenção à saúde da população local.

Palavras-chave: Estações ferroviárias, Uso, Conservação

¹ Mestrando em Arqueologia – UFPE E-mail: fabianohn2008@hotmail.com.

CONSERVAÇÃO INTEGRADA E SUA APLICABILIDADE: O CASO DO SÍTIO DA TRINDADE, RECIFE, PE

Maria Carolina Correia Carvalho¹

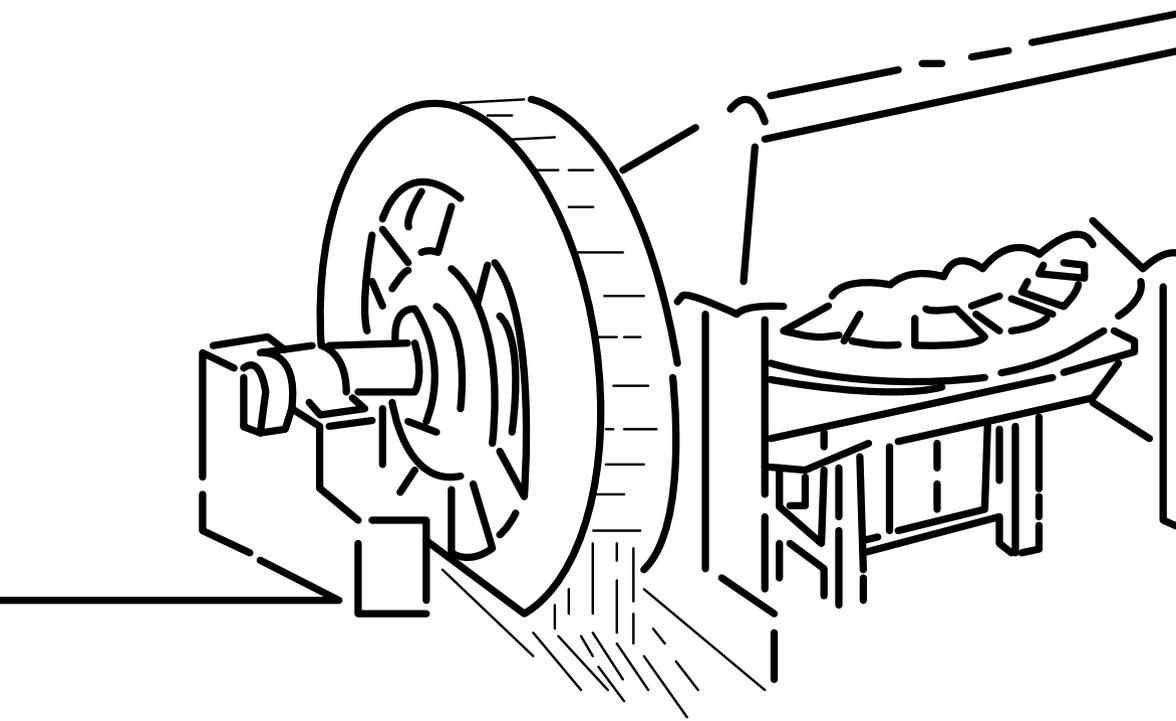
Neuvânia Curty Ghetti²

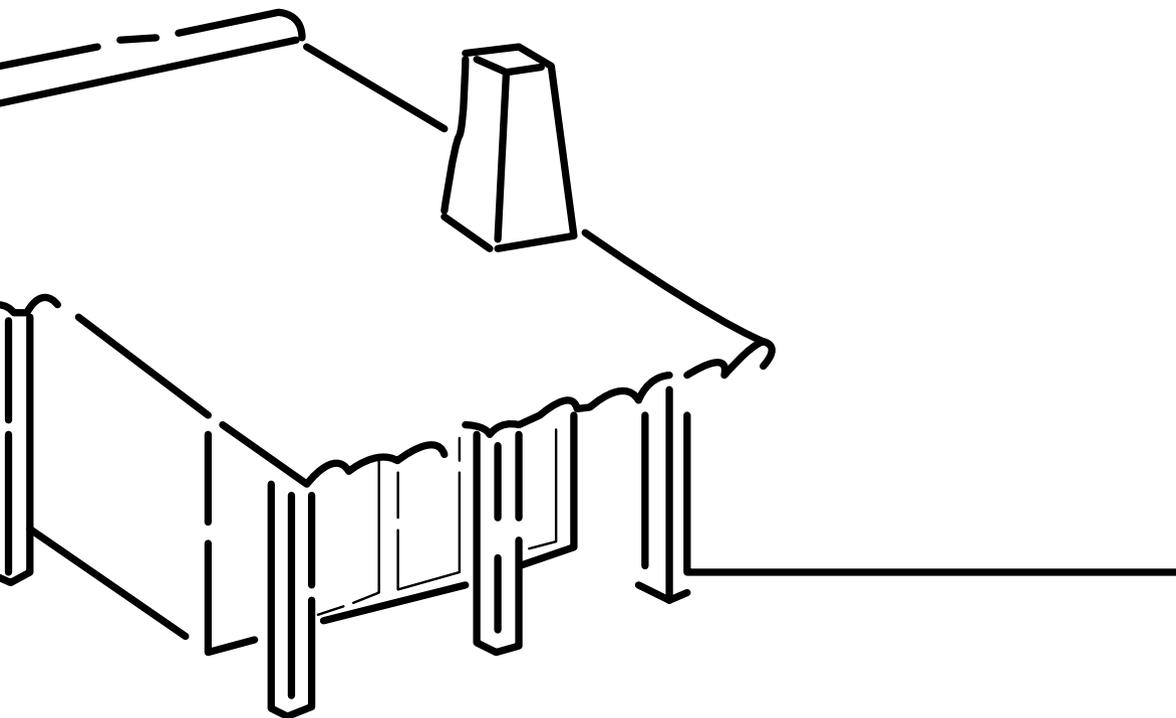
A ampliação dos conceitos de preservação e de conservação tem aplicação interdisciplinar nos estudos do Patrimônio Cultural. A conservação integrada é um conceito que vem sendo abordado em documentos internacionais, e trabalhado em contextos ligados à proteção, restauração e conservação de áreas históricas e paisagens culturais. Por vezes, na prática, o desenvolvimento das ações ligadas ao uso e à preservação do patrimônio arqueológico nessas áreas não se apresenta de forma tão simples, mas sim caracterizando um formato complexo e dinâmico para as intervenções ali realizadas. Assim, o objetivo desta pesquisa é apresentar, em um contexto amplo, a preservação e a conservação, incluindo a importância de se aplicar o conceito de “Conservação Integrada” para o Sítio da Trindade, localizado no bairro de Casa Amarela em Recife. Para tal, a metodologia empregada se apoia em análise documental e na observação sistematizada do espaço estudado. A partir dos resultados obtidos, será organizado um conjunto de diretrizes que poderão subsidiar o planejamento e a gestão do Sítio da Trindade e de seu entorno, contribuindo, assim, para ampliar o campo de reflexão para as intervenções em áreas históricas que apresentam situações semelhantes.

Palavras-chave: Conservação integrada, Sítio da Trindade, Preservação

¹ Discente do curso de Arqueologia – UFPE.

² Docente/ Pesquisadora do Departamento de Arqueologia – UFPE
E-mail: curty.quimicarqueologica@gmail.com.





ANEXO I

Comissão organizadora

Coordenação Geral

Profa. Dra. Cláudia Alves de Oliveira

Comissão Científica

Prof. Dr. Scott Allen

Profa. Dra. Neuvânia Curty Ghetti

Profa. Dra. Daniela Cisneiros

Profa. Dra. Viviane Castro

Prof. Dr. Sérgio F. S. Monteiro da Silva

Profa. Dra Lucila Ester Borges

Prof. Dr. Fernando Guerra

Prof. Dr. Carlos Rios

Comissão Eecutiva

Profa. Dra. Neuvânia Curty Ghetti - Presidente

Dr. Alencar Miranda

Aliane Pereira de Oliveira - Arqueóloga

Ana Claudia Sales – Graduando

Carolina Sá – Arqueóloga

Cássia Kelly Mária da Cruz- Mestranda

Celyne Rodrigues Brito dos Santos Davoglio - Graduando

Ms. Emília Almeida Arnaldo - Doutorando

Fabiano Henrique do Nascimento - Mestrando

Ms. Igor Pedroza - Doutorando

Ilca Pacheco da Costa – Arqueóloga

Maria Aparecida da Silva Oliveira - Mestranda

Rafaele Alexandrina da Paz - Graduando

Rayanne Aguiar Pimentel e Silva – Graduanda

Ms. Rosemary Aparecida Cardoso- Doutorando

Simone Fernanda de Oliveira Costa – Arqueotec

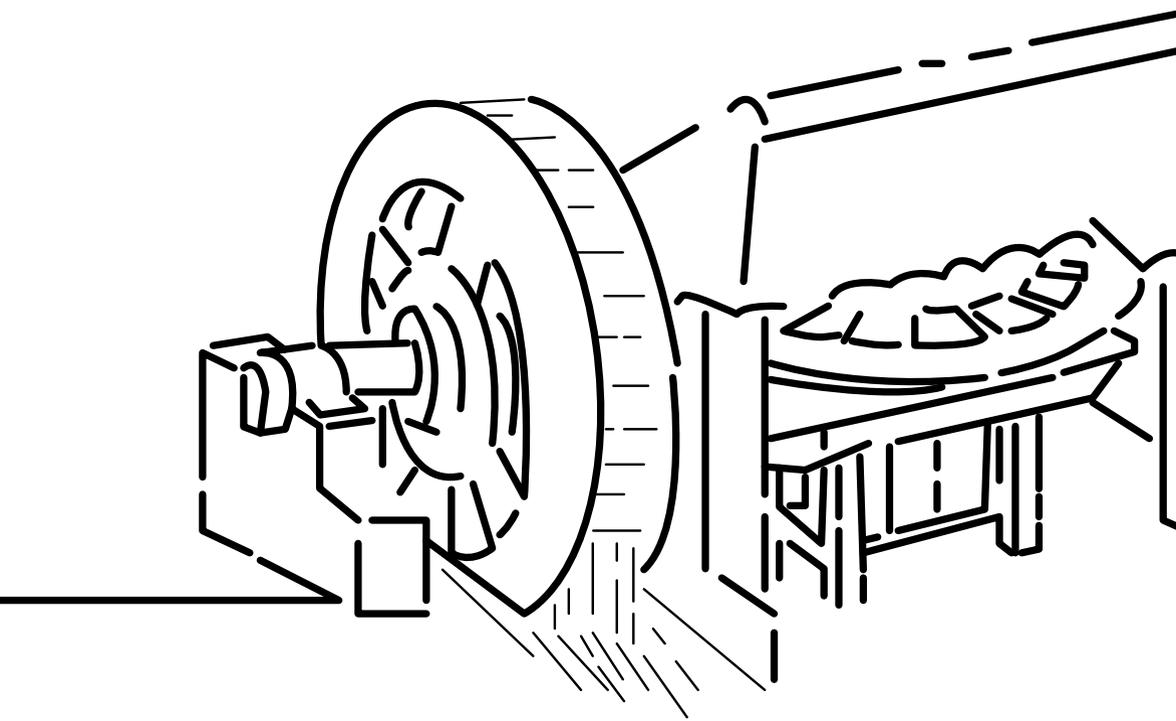
Josilene BezerraBatista– Arqueotec

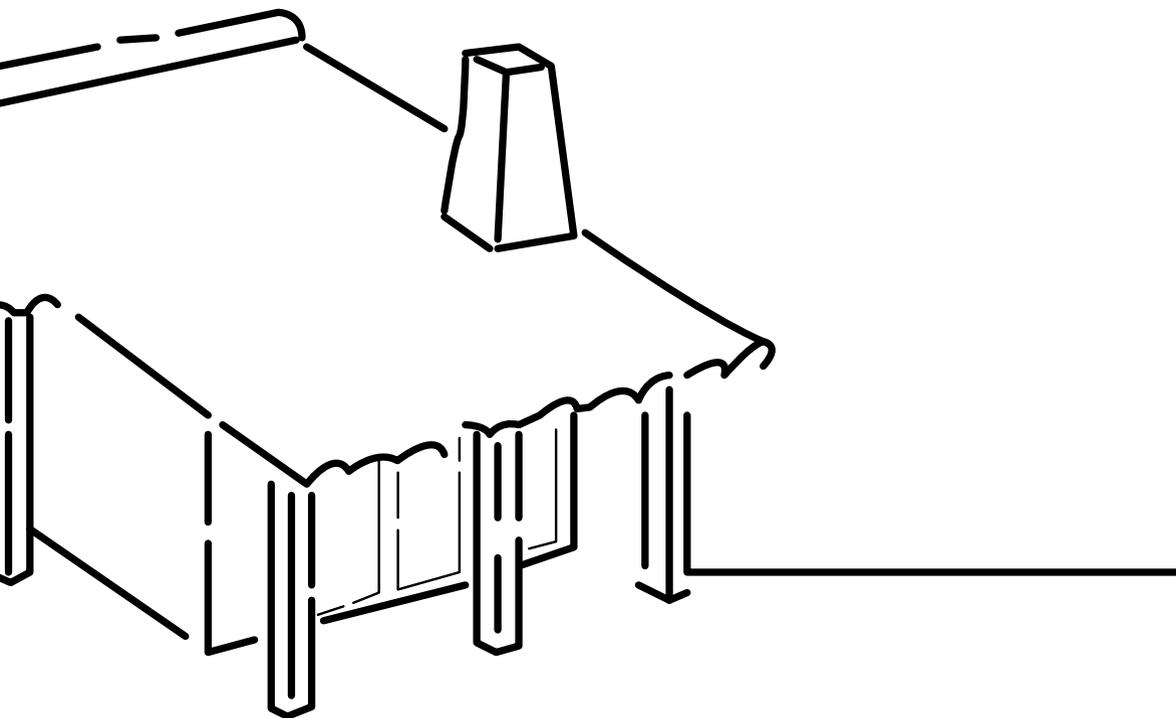
Thales Walmir do Espírito Santo Silva – Graduando

Vanessa Rodrigues - Mestranda

Marcela Castro - Arqueóloga

Amanda Azevedo – Arqueóloga





ANEXO II

Programação

23/09/2015 Quarta Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE	
08:00 h	CREDENCIAMENTO
09:00 h	ABERTURA
09:20 h	<p>CONFERÊNCIA</p> <p>O projeto político português: Implantação dos engenhos de açúcar no Brasil</p> <p><i>Dr. Maria da Conceição Lopes</i> Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal)</p> <p>Mediador <i>Dr. Scott Allen</i> Departamento de Arqueologia – UFPE</p>
10:00 h	<p>MESA REDONDA</p> <p>Coordenador <i>Dr. Scott Allen</i> Departamento de Arqueologia – UFPE</p> <p>Debatedor <i>Dr. Carlos Alberto Etchevarne</i> Departamento de Antropologia e Etnologia - UFBA</p> <p>Participantes</p> <p>A arqueologia da escravidão no maior engenho do norte fluminense: o Colégio dos Jesuítas de Campos dos Goytacazes</p> <p><i>Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski</i> Departamento de Antropologia e Arqueologia - UFMG</p> <p>Uma Arqueologia da interação entre pessoas e coisas: o processo de ocupação em uma região rural do centro-oeste brasileiro, século XVIII</p> <p><i>Dr. Marcos Torres de Souza</i> Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro</p> <p><i>Dr. Julio Cezar Rubin de Rubin</i> Universidade Católica de Goiás</p> <p>Engenhos para além da <i>Plantation</i></p> <p><i>Dr. Marcos Galindo Lima</i> Departamento de Ciência da Informação – UFPE</p>
12:00 h	ALMOÇO

23/09/2015 | Quarta | Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE

14:00 h	CONFERÊNCIA Malunguinho e os quilombolas da Zona da Mata Norte <i>Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho</i> Departamento de História – UFPE
14:30-15:30 h	SESSÃO TEMÁTICA
15:30 h	INTERVALO
16:50 – 18:10 h	EXPOSIÇÃO DE PÔSTERES
16:10 – 18:10 h	SESSÃO TEMÁTICA
18:30 h	ENCERRAMENTO

24/09/2015 | Quinta | Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE

08:00 h	ABERTURA Coordenação <i>Dra. Ana Catarina Torres</i>
08:10 h	CONFERÊNCIA O México no Sistema Colonial: Os Primeiros Engenhos açucareiros <i>Dr. Pedro Jiménez Lara</i> Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana (México) Mediador <i>Prof. Ms Luiz Severino da Silva Jr</i> Coordenador do Laboratório de Cultura Visual e Cidades – UNIVASF
08:40 – 09:10 h	CONFERÊNCIA Engenhos e Modernidade <i>Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat</i> Departamento de História – UFPE

09:40 hs	INTERVALO
10:00 h	<p>MESA REDONDA Coordenador <i>Dr. Sérgio Francisco da Silva</i> Departamento de Arqueologia – UFPE Debatedor <i>Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski</i> Departamento de Antropologia e Arqueologia – UFMG Participantes A Bahia dos Engenhos <i>Dr. Carlos Alberto Etchevarne</i> Departamento de Antropologia e Etnologia - UFBA História. Engenhos de Açúcar na cartografia colonial dos séculos XVI e XVII <i>Dr. Jose Luis Ruiz-Peinado Alonso</i> Universidade de Barcelona (Espanha) <i>Dra. Bartira Ferraz Barbosa</i> Departamento de História - UFPE As doenças nos Engenhos no período Colonial <i>Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda</i> Departamento de História - UFPE O georreferenciamento do mapa <i>Brasília Qua Parte Paret Belgis</i> de Georg Marcgrave - uma ferramenta prática para estudos do Brasil Holandês Levy Pereira Engenharia Aeronáutica – ITA</p>
12:00 h	ALMOÇO
14:00 h	<p>SESSÃO TEMÁTICA Estudos Arqueológicos no Engenho Monjope Coordenador: Dr. Scott Allen Departamento de Arqueologia – UFPE</p>
16:00 h	INTERVALO
16:20 – 18:30 h	SESSÃO TEMÁTICA
16:20 – 18:30 h	EXPOSIÇÃO DE PÔSTERES
18:30 h	ENCERRAMENTO

08:30 h	<p>CONFERÊNCIA O Engenho Alagadiço Novo e a Industrialização no Ceará <i>Dr. Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque</i> Departamento de História – UFPE</p>
09:30 h	<p>INTERVALO</p>
10:00h	<p>MESA REDONDA Coordenador <i>Dra. Neuvania Ghetti</i> Departamento de Arqueologia – UFPE Debatedora <i>Dra. Rosana Pinhel Mendes Najjar</i> Centro Nacional de Arqueologia - IPHAN Participantes Engenhos: Conservação e Uso <i>Dr. Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque</i> Departamento de História – UFPE O engenho Massangana <i>Antonio Carlos Montenegro</i> Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ A Igreja Velha - Engenho Belo Monte <i>Dra. Neuvania Ghetti</i> Departamento de Arqueologia – UFPE <i>Maria Aparecida Oliveira</i> Pós-Graduação em Arqueologia - UFPE <i>Dra. Claudia Alves de Oliveira</i> Departamento de Arqueologia – UFPE Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana-de-Açúcar nos Municípios do Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca, Moreno e Escada – PE <i>Marcelo de Brito Albuquerque Pontes Freitas</i> Superintendência Estadual do Iphan em Pernambuco (Iphan-PE)</p>
12:00 – 13:00 h	<p>ALMOÇO</p>

13:30 – 14:30 h	VISITA TÉCNICA Escavação arqueológica no Engenho Jaguaribe
15:00 h	ABERTURA <i>Marcos José da Silva</i> Prefeito de Abreu e Lima Wellington Tiago <i>Secretaria de Turismo e Cultura</i> Pró-Reitora: Maria Christina de Medeiros Nunes Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc)
15:20 h	MESA REDONDA Coordenador <i>Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho</i> Departamento de História – UFPE Debatedor <i>Dr. Fernando Guerra</i> Departamento de História – UFPE Participantes O Engenho Jaguaribe: Primeiros resultados <i>Dra. Claudia Alves de Oliveira</i> Departamento de Arqueologia – UFPE <i>Dr. Pedro Jiménez Lara</i> Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana (México) Transporte aquaviário na Sesmaria Jaguaribe nos séculos XVI e XVII <i>Dr. Carlos Rios</i> Departamento de Arqueologia – UFPE <i>Ms. Hamilton Marcelo Moraes Lins Junior</i> Proposta para Conservação dos sítios arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe <i>Dra. Neuvania Ghetti</i> Departamento de Arqueologia – UFPE <i>Maria Aparecida Oliveira</i> Pós-Graduação em Arqueologia - UFPE
18:30 h	ENCERRAMENTO

26/09/2015 | Sábado | MANHÃ - Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
da UFPE

09:00 h	VISITA TÉCNICA Visita ao Engenho Massangana Apoio: Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte (MECA)
12:00 – 13:00 h	ALMOÇO
14:00 - 16 h	VISITA TÉCNICA Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco Avenida 17 de Agosto, nº. 2187 – Casa Forte - Recife – PE

<i>Título</i>	Arqueologia de Engenhos Volume 3 - Arqueologia e Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco
<i>Organizadores</i>	Cláudia Oliveira Neuvânia Cutti Guethi Scott J Allen
<i>Projeto Gráfico/Capa</i>	Regianne Andrade
<i>Revisão de Texto</i>	Osvaldo Cesar
<i>Formato</i>	15,5 x 22,0 cm
<i>Fontes</i>	IBM Plex Serif, Merriweather
<i>Papel</i>	Offset 75g/m ² (miolo) Triplex 250 g/m ² (capa)
<i>Tiragem</i>	200 exemplares - 2018
<i>Impressão e Acabamento</i>	CEPE

Com o foco na figura dos engenhos de açúcar no Brasil e em outras partes do mundo, os organizadores desta publicação, Claudia Oliveira, Neuvânia Cutti Guethi e Scott Allen, professores da Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, apresentam uma substancial e variada coletânea de artigos que, com diferentes abordagens, tratam sobre engenhos açucareiros, em suas múltiplas modalidades de funcionamento.

Era esperada e é bem recebida no Brasil uma compilação de textos como esta, com perspectivas diferentes, que pudesse penetrar no universo dessa poderosa instituição, chamada engenho, sempre presente na história do país, desde as primeiras instalações do século XVI. Por serem os engenhos e, obviamente, sua produção, um dos eixos basilares da economia da colônia brasileira e do império e, portanto, tema de grande complexidade, a seleção de escritos abre-se, necessariamente, a assuntos diversos, com ênfase nos aspectos sócio-históricos, apresentados por quem trabalha nos campos da Arqueologia, História, Medicina, Bioantropologia e Arquitetura.

A obra foi dividida em três conjuntos criteriosamente divididos pelos conteúdos abordados, sendo que os dois primeiros são específicos sobre a produção açucareira. O Volume I trata das “Paisagens e pessoas”, ou seja, sobre cenários e atores no mundo dos canaviais. Os artigos do Volume II centra-se no tema “Tecnologias, produção e consumo”, expondo a cadeia operativa e tomando como ponto de partida exemplos nordestinos. Já o Volume III, um pouco mais aberto, chamado “Arqueologia e preservação do patrimônio cultural de Pernambuco”, contém diferentes estudos de casos em que se analisam situações arqueológicas, que aludem sempre à presença de um engenho e o seu território.

Por fim, deve ser ressaltado que esta coleção de artigos tem sido concebida, pela Profa. Claudia Oliveira, com o propósito de iniciar uma linha de publicações que aborde o tema dos engenhos, abrindo um novo campo bibliográfico especializado que atende, não somente a arqueólogos, mas também a outros cientistas de áreas afins. Com estes três volumes, a série Arqueologia de Engenhos está prestigiosamente iniciada.

Prof. Dr. Carlos Etchevarne

Dep. Antropologia /

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas -

Universidade Federal da Bahia

ISBN 978-85-415-0953-4



9 788541 509534